

Maria Ester Vaz da Silva



“Se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar!”

**Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice -
um estudo no Norte de Portugal**

Tese de Doutoramento em Sociologia

Sob a orientação de:

Professora Doutora Luísa Ferreira da Silva

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA, 2006

Tese para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia,
apresentada à Universidade Aberta, sob a orientação da
Professora Doutora Luísa Ferreira da Silva da
Universidade Aberta.

À minha avó Maria

Agradecimentos

A leitura deste trabalho evidencia dois eixos estruturantes da sua elaboração.

O primeiro, o domínio pessoal contido nos afectos, nos significados e na procura constante de construção de sentido das práticas explícitas e implícitas que interagem na complexidade do nosso mundo moderno. Nele me incluo e dele me distancio num caminho de descoberta e compreensão para nele voltar a entrar e retomar o caminho de um 'novo' horizonte de reflexividade.

O segundo, o domínio interpessoal que o processo de procura e construção impõe na configuração organizacional. A diversidade dos saberes, do 'estar' e do 'ser' encontrados na feitura deste trabalho formam a pluralidade que guiou e fortaleceu a construção e partilha do meu saber, do meu 'estar' e do meu 'ser'.

Explicito aqui a minha gratidão a todas as pessoas que de forma generosa contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora Professora Doutora Luísa Ferreira da Silva a confiança que depositou nas minhas dúvidas, inseguranças e reflexão crítica. Agradeço a magnitude da sua presença nos momentos mais difíceis vividos no processo deste trabalho. Agradeço o olhar lúcido, rigoroso, exigente e de questionamento atento com que me indicou novos caminhos de explicabilidade que me fizeram aceder à construção de uma progressiva compreensão inteligível.

Uma palavra de apreço ao grupo de pensadoras da equipa do projecto de pesquisa do CEMRI/UA Porto com quem partilhei reflexões com consequências fecundas.

Agradeço ao Professor Doutor Salvato Trigo, Magnífico Reitor da Universidade Fernando Pessoa, a doutrinal abertura institucional para o desenvolvimento do meu projecto de doutoramento.

À Ana Maria Saraiva pelo carinho e empenho demonstrados no apoio das lidas das pesquisas bibliográficas e documentais que foi além do profissional.

Uma homenagem sentida ao Bertrand que connosco partilhou a filosofia das suas reflexões na perspectiva do envelhecimento.

Um agradecimento às mulheres e homens ‘de idade’ que me confiaram as alegrias e angústias de um viver vivido e as ‘esperanças’ de um viver a viver.

Uma palavra especial aos amigos Manzambi e Esteves que, na aparência informal, comigo estiveram em constante reflexão, obrigando-me a repensar os argumentos que, por vezes, me pareciam sólidos na explanação.

À Teresa Frada e ao Paulo Frada a minha incontornável gratidão pela autêntica e constante disponibilidade com que acompanharam este meu percurso e que só a amizade lhe pode dar sentido. O arranjo gráfico e as correcções que primaram em fazer são um dos testemunhos.

À Clara Rabaça e ao Luís Santos o obrigado pelo que nos une, essencial neste período de crescimento crítico e que me ‘obrigaram’ a manter a lucidez e capacidade para aqui chegar. Sabem ser...

Ao Pedro, ao Carlos e ao Rui pelo que me ensinaram nas interacções tecidas com as individualidades mesmo quando delas estavam ausentes.

Por fim, os/as que não enuncio mas que com diligência, tranquilidade e subtileza configuraram os espaços e os tempos no meu crescimento científico e pessoal.

Resumo

A velhice é um conceito que na sociedade moderna do início do século XXI se configura, no discurso dominante, como problema social. É uma desconstrução desse conceito que se propõe neste trabalho, designadamente com apoio nos resultados de um estudo qualitativo por entrevista de 24 pessoas, homens e mulheres com idades superiores a 50 anos no norte de Portugal, sobre a representação social de velhice e de envelhecimento.

A associação que as racionalidades leigas fazem entre velhice e idade exclui a noção de idade cronológica como marco de fronteira entre o estado de adulto e o de 'velho', o que concorda com a crítica sociológica à institucionalização da velhice. Ser ou não ser velho/a não depende da idade pois que essa concepção se refere ao essencial do sujeito, à sua identidade como indivíduo, e não ao seu aspecto exterior ou às suas capacidades bio-fisiológicas. A visão leiga da velhice encara-a na sua dimensão de construção da sociedade, construção associada à problemática da inclusão social pelo trabalho. Ser reformado/a não é ser velho/a. É o olhar dos outros que 'faz' as pessoas velhas.

A interpretação do material recolhido pelas entrevistas permite concluir que a velhice, mais do que ser a assunção de uma identidade 'nova' atribuída socialmente, corresponde a uma auto-reconstrução que valoriza a continuidade da trajectória individual.

Palavras-chave:

Velhice, Envelhecimento, Identidade, Representação Social

Abstract

In the modern society of the beginning of the XXI century, ageing is faced as a social problem. In this work a de-construction of this concept is proposed, based on a qualitative research on the social meanings of elderly and ageing, obtained by means of interviews with 24 men and women older than fifty, in the North of Portugal.

Associations made by lay rationalities on elderly and age exclude chronological age as a borderline between adulthood and “old age”, which is in agreement with the sociological criticism about age institutionalisation.

To be or not to be old is not dependent on age once the lay concept of ‘old’ does not refer to external look or bio-physiological skills, but to the subject essence and identity as an individual.

Lay views of elderly take in account its dimension of society construction and relate it to work and social inclusion. To be a pensioner is not to be old. It is the eyes of the others that “get” people old.

Our results allow us to conclude that elderly is not only the assumption of a ‘new’ identity socially conferred, but is as well the self-reconstruction that raises the value of individual path continuity.

Keywords:

elderly, ageing, identity, social representation

Résumé

Dans la société moderne du début du XXI^e siècle, la vieillesse est envisagée en tant que problème social, dans le discours dominant. Ce texte propose une dé-construction de ce concept, notamment à partir de l'analyse des données d'une étude qualitative menée avec 24 sujets, hommes et femmes, dans le nord du Portugal, au sujet de la représentation sociale de la vieillesse et du vieillissement.

La critique sociologique de l'institutionnalisation de la vieillesse apparaît dans les rationalités profanes sous forme d'exclusion de la notion d'âge chronologique de l'association qu'elles établissent entre vieillesse et âge. Être ou ne pas être 'vieux/vieille' n'est pas fonction de l'âge puisque dans les rationalités profanes la vieillesse se rapporte à l'essentiel du sujet, à son identité en tant qu'individu et non pas à son aspect extérieur ou à ses capacités bio-physiologiques. La pensée profane envisage la vieillesse comme construction de la société, construction relative à la problématique de l'inclusion sociale par le travail. Être retraité/e n'est pas être 'vieux/vieille'. C'est dans le regard des autres qu'on devient vieux/vieille.

La vieillesse, plus qu'être une 'nouvelle' identité socialement attribuée, est une auto-construction qui met en valeur la continuité de la trajectoire individuelle.

Mots-clés:

Vieillesse, Vieillissement, Identité, Représentation Sociale

Índice

Agradecimentos.....	IV
Resumo	VI
Abstract	VII
Résumé	VIII
Introdução.....	11
I PARTE	21
CAPÍTULO UM	
O envelhecimento humano como realidade biológica e psíquica.....	22
CAPÍTULO DOIS	
A construção social da velhice	42
CAPÍTULO TRÊS	
As políticas sociais - da emergência ao fraquejamento	63
3. 1. Políticas sociais da velhice	75
3. 2. As concepções de velhice nos documentos	79
3. 3. A velhice e o Estado português	90
3. 4. Condições de vida na velhice em Portugal	104
CAPÍTULO QUATRO	
A identidade social da velhice	112
CAPÍTULO CINCO	
Representações sociais da velhice na sociedade actual	130
II PARTE	147
CAPÍTULO SEIS	
Objectivos e metodologia da investigação.....	148
6. 1. Opções metodológicas	156
6. 2. Amostra.....	166
6. 3. Procedimentos de análise.....	169

CAPÍTULO SETE

Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice	172
7. 1. A velhice como envelhecimento biológico individual.....	173
7. 2. Imagens de velhice	177
7. 3. Em que idade se é ‘velho’	183
7. 4. A velhice como acontecimento social	187
7. 5. Expectativas de ‘velhice’	194
7. 6. As instituições para ‘velhos’	200
 Síntese conclusiva	 209
 Bibliografia.....	 214

Introdução

A velhice é um conceito abstracto, uma categoria socialmente construída que, como escreveu Simone de Beauvoir (1990) é o que serve para referir o período de vida em que as pessoas ‘ficam velhas’.

Essa forma de dizer denuncia um olhar holístico que visa propiciar condições para uma mudança de perspectiva em torno do fenómeno, sobretudo, porque as diferenças individuais coexistem com a velhice o que contradita a tendência da sociedade moderna em homogeneizá-la num único grupo etário normativamente iniciado aos 65 anos de idade.

No mundo contemporâneo, a velhice humana transformou-se numa questão social e política, rompendo com o estatuto que manteve até ao final da primeira metade do século XIX, em que era um assunto quase exclusivamente restrito à esfera privada e familiar. O século XX, sobretudo a partir da década de 60, institucionalizou o *curso de vida* (Featherstone e Hepworth, 1996), sustentando-se na abordagem científica de gerontólogos e geriatras que apresentam as debilidades físicas, psíquicas e sociais das ‘pessoas de idade’ como problemas objectiváveis que justificam a concepção de respostas sociais enquadradas em serviços especializados.

Desde o final do século XIX que o exponencial aumento demográfico, a maior longevidade humana, as melhores condições de vida, a diversidade de estilos de vida e a maior exigência no desempenho de cidadania, propõem e sedimentam uma nova dinâmica social face à velhice, diferente da presenciada e vivida nos períodos anteriores. A recomposição demográfica que tem por base o aumento do índice de envelhecimento,

associada à maior qualidade de vida das 'pessoas de idade' (nomeadamente com mais saúde), alterou as atitudes e os comportamentos face à velhice e ao envelhecer. Foi neste segmento que se desenvolveu o Estado-Providência e foi também, no final do século XX, que ele começou a fraquejar. À 'velhice' como categoria populacional é atribuída grande parte da responsabilidade pela crise desse Estado-de-Bem-Estar. É nesse sentido que a velhice é um problema social das sociedades modernas do início do século XX.

O envelhecimento demográfico em Portugal entre 1960 e 2001 caracterizou-se por um decréscimo de 36% na população jovem (0-14 anos) e um aumento de 140% da população com 65 ou mais anos de idade. Dentro deste mesmo grupo acentua-se o envelhecimento das pessoas com idade igual ou superior a 75 anos que em 1960 era de 2,7% e passou em 2001 para 6,7% do total da população. A população com idade igual ou superior a 85 anos aumentou de 0,4% para 1,5% entre 1960 e 2001. Os indivíduos com 100 anos eram cerca de um milhar com maior longevidade nas mulheres. "Assiste-se assim, ao fenómeno do envelhecimento da própria população idosa" (INE, 2002: 11). A esperança média de vida aumentou, no mesmo período, cerca de 11 anos para os homens e cerca de 13 para as mulheres. O declínio do índice de dependência de jovens, que desceu de 59 em 1960 para 48 em 2001, implicará o declínio da própria população em idade activa nos próximos anos. As preocupações crescentes que o fenómeno de envelhecimento revela levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a convocar a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, para 2002, no sentido de se equacionar um plano internacional para o envelhecimento numa

perspectiva estratégica de longo prazo.

A tarefa sociológica de análise de um problema social é a de recensear os espaços, os tempos e os contextos em que foram elaboradas as políticas que o suportam, a que estão associadas as características profissionais dos especialistas e as representações sociais construídas em torno da sua especialização. Bourdieu (1998) fala-nos das evidências resultantes de uma inculcação simbólica que se impõe permanentemente através do poder e se mostram desprovidas de qualquer alternativa. A tarefa dos investigadores é analisar a produção e a circulação desses discursos.

Os primeiros discursos de carácter científico sobre a velhice vêm da medicina e deram lugar à emergência das disciplinas de gerontologia e geriatria em que predomina o modelo patológico.

Também no domínio da política social as pesquisas sobre a velhice têm incidido, essencialmente, na perspectiva do grupo como problema social, encarado em função das suas possibilidades e direitos 'providencializados'. Assim, conjuntamente, a ciência médica e a política vieram a categorizar as 'pessoas de idade' como grupo dependente, separado e diferente do resto da sociedade, ou seja, na perspectiva funcional do desvio. Neste contexto social, os valores considerados na temática do envelhecimento, passam a derivar de uma análise sobre a existência real que leva a pessoa a confrontar-se com a ambiguidade entre a ideia de continuidade associada à vida e a ideia de ruptura associada à morte que surge como o culminar do processo de envelhecimento. Essa dualidade tem influência na preponderância assumida pela dicotomia da relação entre dependência e autonomia. A análise da velhice é, assim,

orientada pela premissa enviesada do princípio de que as ‘pessoas de idade’ têm debilidades que as tornam dependentes de terceiros.

Anne-Marie Guillemard (1988) sublinha que o Estado, quando dispõe de fraca margem de autonomia e manobra perante a ordem das relações sociais, inflecte o curso da sua acção a favor das forças sociais que têm a dominância na sociedade. A autora mostra que a política de velhice e de ‘reforma’ vingou pela pressão dos representantes sindicais e políticos de uma classe operária organizada, com o Estado a intervir para marcar o seu papel de redistribuidor de recursos. O modelo burocrático utilizado na aplicação dessa política reforça o Estado como gestor da população e tem subjacente a elaboração e o reconhecimento de princípios universais e abstractos de classificação que distingue as propriedades dos titulares de direito, assim como a produção de agentes especializados e contratados para aplicar esses princípios.

O sistema de protecção social foi definido como universal e a redistribuição de benefícios concretizada na prestação de serviços burocráticos despersonalizados. Esses benefícios são “benevolentemente repressivos” e concebidos para dar resposta à crescente atomização da vida social (Santos, 1999b). A relação estabelecida passa a ser entre os detentores de direitos e os agentes socialmente mandatados para classificar as pessoas nas categorias jurídicas que lhes correspondem. Como diz Sara Arber e Jay Ginn (1991), as ‘pessoas de idade’ são vistas como um grupo de pessoas ‘parasitas’ do Estado. Como forma extrema desta imagem sucedeu a relação de desequilíbrio entre trabalhadores e pensionistas em

que os primeiros são vistos como os únicos que produzem rendimento e pagam impostos para sustentar as reformas dos pensionistas.

Querer atribuir 'uma' identidade às pessoas que a sociedade moderna categoriza como 'velhas' é violentar a sua inserção social, construída, reconstruída e protagonizada em trajectórias individuais. As 'pessoas de idade' devem ser olhadas pela sua diversidade. Estamos perante o que Ruano-Borbalan (1998) designa por "o paradoxo da identidade", simultaneamente, idêntico e distinto.

Analisar a velhice das pessoas enquanto objecto de estudo implica perceber a sua concepção e como ela se constituiu em problema social. A definição de problema social envolve quatro dimensões associadas a um trabalho de *reconhecimento*, *legitimação*, *pressão* e *expressão* (Lenoir, 1998). O *reconhecimento* implica a existência de grupos socialmente organizados por um interesse e objectivo comuns, capazes de produzir uma nova categoria de percepção do mundo social e um novo campo de acção. Incluímos aqui a gerontologia e a geriatria. A *legitimação* pressupõe o trabalho de enunciação e formulação públicas do problema social com vista a ser integrado nas preocupações dos actores sociais e políticos. Os seus discursos e acções ocupam-se da formulação de soluções por eles consideradas adequadas e legítimas, concretizadas em políticas sociais. É um processo de *consagração estatal* que reconhece publicamente determinados problemas que afectam a vida privada das pessoas através de instrumentos legais, de equipamentos sociais e de transferências económicas que servem de meio para resolver esses problemas. Ao problema social estão inerentes, também, formas de *pressão*

protagonizadas e legitimadas por grupos de interesses que se assumem como representantes das pessoas que comungam um mesmo problema. Nessa qualidade, actuam de forma a pressionar os actores políticos e sociais a intervirem na resolução dos problemas enunciados. No caso concreto da categoria velhice, essa representatividade por actores sociais, sejam políticos, organizações sindicais ou associações voluntárias organizadas, cuja competência é oficialmente reconhecida, torna-se mais pertinente dado que as pessoas na categoria de “velhas” não dispõem, tradicionalmente, de meios sociais nem de instrumentos de acesso à opinião pública. Essa tarefa tem vindo a tomar maior expressão através dos especialistas em gerontologia que se evidenciaram ao longo do século XX. Reinventaram as definições de velhice e de envelhecimento reformulando a sua imagem com novas *expressões* significantes e significativas do problema social (Debert, 2000).

As ‘pessoas de idade’ são excluídas da vida social, política e económica com base nos interesses económicos de produção que provocam o conflito entre os jovens e as ‘pessoas de idade’, na conquista de postos de trabalho ocupados pelas últimas. As pessoas ‘mais novas’ associam ao aspecto físico das ‘pessoas de idade’ a lentidão nas respostas psicomotoras e as disfunções sensoriais e psicológicas ou as perdas de vivacidade intelectual. A interiorização desses preconceitos no modelo económico capitalista induz, por um lado, a uma individualidade egoísta que acarreta uma das dimensões do conflito de gerações e, por outro lado, remete para o processo da passagem para a situação de reformado de forma brusca e igualitária, sem que haja etapas intermédias aconselháveis para uma retirada gradual da actividade profissional desempenhada por

cada pessoa.

Está-se perante uma forma de dominação institucionalizada com a dimensão simbólica que põe em acção estruturas cognitivas susceptíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais, como escreve Bourdieu (1998). Os actos de submissão e de obediência, são actos de conhecimentos e de reconhecimentos que, no dizer de Bourdieu (1998), são estruturas estruturantes historicamente construídas de forma arbitrária produzindo o:

Efeito de incorporação “automático” das estruturas sociais, redobrada pela acção do Estado, que, nas sociedades diferenciadas, está em condições de inculcar de maneira universal, à escala de um certo território, um princípio de visão e de divisão comum, estruturas cognitivas e avaliativas idênticas ou semelhantes (Bourdieu, 1998: 152).

A associação dessas práticas ao fenómeno da velhice, definindo-o como problema social, é um dos obstáculos que a sociologia enfrenta quando quer estudar o processo do envelhecimento e da velhice pois que se defronta com representações construídas em torno do seu objecto de estudo, responsáveis pela forma como ele é apreendido e como induz a maneira de o conceber e definir. Bourdieu (1998) defende que a sociologia e as ciências sociais, em geral, têm condições para desmascarar essas estratégias de dominação, analisando-as racionalmente e, particularmente, a contribuição que o conhecimento racional pode dar à monopolização dos benefícios da razão universal.

É com o intuito de demarcação dessas representações instituídas e interiorizadas que, desde já, justificamos a nossa opção terminológica relativa às pessoas ‘mais velhas’. Historicamente, a expressão “terceira idade” ganhou peso no âmbito da União Europeia até à década de 90. Em 1992 os resultados de um estudo realizado pela Comissão das Comunidades Europeias sobre “Idade e Atitudes” expressaram a sua desadequação como consequência do aumento da esperança de vida, propondo o uso acrescido de “quarta idade” (INE, 2002). Em contexto português, próximo da francofilia, as expressões não têm correspondência exacta com as usadas em contexto anglófilo. Para *age*, o termo idoso/a, pode constituir uma tradução aproximada embora associe a si a conotação de velhice que *age* pretende evitar. Para *aging*, a língua portuguesa (e a francesa) não criaram tradução, mantendo a noção de envelhecimento, aparentemente sem sensibilidade à tentativa de desconstrução do significado social de ‘velhice’ que o conceito anglo-americano de *aging* pretende constituir. Assim, lida-se, na língua portuguesa, com as noções de ‘idoso/a’ ou de ‘velhice’ quase indistintamente e, correspondentemente, com a de envelhecimento. A(s) primeira(s) refere-se ao estado de ‘ter mais idade’ ou ‘ser velho/a’ e a segunda representa o processo de aproximação desse estado. A reflexão que temos vindo a fazer sobre os sentidos atribuídos a essas expressões levam-nos a dizer que a noção de ‘idoso/a’ se articula pela concepção de segmentação da idade em três ciclos procurando com isso agrupar indistintamente as pessoas em função dos interesses do mercado de trabalho. Os campos económico e político, no sentido de Bourdieu (1992), usaram e usam as expressões ‘idoso/a’ e ‘terceira idade’ para inculcarem a ideia de um grupo homogéneo que já trabalhou e, a partir dos 65 anos, dispõe de uma reforma remunerada e

tempo para viver o período de não trabalho afastado do circuito de produção, por que nele deixou de ser útil. Essa representação social construída colocou em confronto a geração de substituição dos que perfazem 65 anos no sentido de lhes ocuparem os lugares. No sentido de não reproduzirmos essa noção de 'inutilidade', adaptamos as expressões de 'envelhecimento' e 'velhice' e, quando nos referimos ao indivíduo no estado de velhice, usamos indistintamente 'pessoa de idade' que adoptámos da linguagem corrente.

A desconstrução do conceito de velhice é objecto da I Parte deste texto e foi organizada em cinco capítulos. O capítulo um - *O envelhecimento humano: realidade biológica e psíquica* - delimita a evolução contextual das concepções biológica e psíquica sobre o envelhecimento e a velhice e os seus efeitos no desenvolvimento da interiorização actual dessa concepção. O capítulo dois - *A construção social da velhice* - evidencia a categoria idade como medida abstracta de manipulação social, política e económica e indutora de conflito de gerações. Vê-se como a idade é associada a reforma e inutilidade e, apesar da sua interiorização, como a auto-percepção de velhice dela se demarca. No capítulo três - *As políticas sociais - da emergência ao desmantelamento* faz-se uma abordagem histórico-política das políticas sociais. Explica-se o contexto da sua emergência, a sua função reguladora da sociedade e a reacção da contemporaneidade aos efeitos dessa regulação. O capítulo quatro - *A identidade social da velhice* completa o equacionamento da problemática à luz da teoria sociológica da estruturação da(s) identidade(s) na sociedade moderna. São mobilizados quer o conceito de *habitus* (Bourdieu, 1979) que orienta a noção de identidade para a diversidade de inserção social,

quer o de agência (Giddens, 1999) que a situa mais do lado das trajectórias individuais. A essa luz, a identidade de ‘velho/a’ desmultiplica-se, obrigando à destruição da representação de senso comum sobre ‘uma’ velhice. O capítulo cinco - *Representações sociais da velhice na sociedade actual* fecha esta I Parte com uma revisão do conceito de representações sociais e a leitura dos estudos empíricos sobre as representações sociais de velhice.

A II Parte estrutura-se em dois capítulos onde evocamos uma leitura sociologicamente reflexiva da realidade empírica. No capítulo seis - *Objectivos e metodologia da investigação* apresentam-se os pressupostos que fundamentam os objectivos da pesquisa e o seu equacionamento metodológico. A compreensão do processo de envelhecimento e velhice contextualizados dirigiu-nos para a observação do auto-conhecimento do envelhecimento e da velhice justificando a opção pelo método qualitativo onde os discursos ganham relevância, com recurso à técnica de entrevista compreensiva (Kaufmann, 1996). O capítulo sete - *Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice* apresenta os principais resultados da análise dos dados empíricos sobre o envelhecimento e velhice. Por fim, elaborou-se uma síntese conclusiva onde se evidencia a complexidade leiga da noção de velhice - “e é isso que a gente pensa na velhice, que não sabe o que será de nós. Não podermos e fazerem-nos mal. Por que, de resto, se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar”.

Finalizado o trabalho, damos conta do quanto ele engrandeceu o nosso saber induzindo-o para uma nova compreensão do mundo.

I PARTE

CAPÍTULO UM

O envelhecimento humano como realidade biológica e psíquica

As primeiras noções de envelhecimento e velhice humana foram apanágio da medicina na convicção de que as determinações biológicas são determinantes nas mudanças fisiológicas e mentais do corpo humano. O avanço da ciência social fez reconhecer uma abordagem holística do envelhecimento e da velhice, evidenciando as diferenças culturais na construção dessas noções.

O trabalho deste capítulo sustenta-se em autores especialistas em geriatria cuja selecção foi sugerida pelo Professor Doutor João Barreto da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto que, neste domínio, nos apoiou em algumas sessões de trabalho, a quem manifestamos aqui o nosso agradecimento público.

Este capítulo foi lido e corrigido pelo Dr. Rui Romero que, na qualidade de médico especialista em hematologia/patologia, deu o rigor científico à escrita do texto a quem igualmente publicamente agradecemos.

1. O envelhecimento humano como realidade biológica e psíquica

O envelhecimento é um conceito de duplo sentido que engloba a senescência como expressão do *desenrolar do tempo biológico*, e o avanço da idade como o *desenrolar do tempo cronológico* (Henrard, 1997).

Henrard, diz que:

A senescência é definida habitualmente como o conjunto dos processos biológicos que, na medida em que a idade avança, coloca os indivíduos mais sensíveis aos factores susceptíveis de levar à morte. A morte pode acontecer após o declínio das capacidades de adaptação do organismo para manter as suas funções internas face às agressões exteriores tais como as doenças ou os acidentes. Os processos próprios à senescência respondem a quatro critérios largamente aceites: ser universal, progressivo, endógeno e degenerativo (Henrard, 1997: 1).

Como fenómeno biológico, o envelhecimento tem sido interpretado em ligação com teorias que explicam as causas do envelhecimento celular e do aparecimento de perturbações de saúde que, por sua vez, fazem diminuir as probabilidades de sobrevivência à medida que a idade avança. Zinberg, e Kaufman (1987) afirmam que estudos realizados mostram que a capacidade reprodutora das células diminui a partir dos 20 anos de idade porque as células vivas não possuem nutrientes suficientes para impedir a divisão celular, aumentando assim o número de células disfuncionais e a diminuição da sua funcionalidade. Mas Sáiz Ruiz (2001) acrescenta que esse processo não é igual para todos os órgãos na medida em que as células do organismo são diferentes entre si. Por exemplo, no domínio do

envelhecimento cerebral Meier-Ruge¹ afirma que o cérebro de um indivíduo saudável aos 75 anos não mostra qualquer mudança na actividade da essência das enzimas glicolíticas (Meier-Ruge, 1985b referido em Meier-Ruge, 1990).

Sáiz Ruiz (2001) salienta que a razão para o envelhecimento se produzir está na incapacidade das células do corpo humano se poderem substituir a si mesmas e, por conseguinte, morrerem ou perderem gradualmente uma parte da sua função. Esclarece que esse processo é provocado, não só por factores intrínsecos das células, mas também por factores extrínsecos relacionados, nomeadamente, com o ambiente ou com a organização hormonal. O declínio na capacidade de adaptação às influências do meio ambiente resulta de uma gradual diminuição da execução metabólica e uma consequente carência de reserva funcional das células nervosas o que se manifesta na redução da capacidade de adaptação.

¹ Meier-Ruge é editor da revista *Gerontology*, órgão da International Association of Gerontology (IAG) fundada em 1957. É Professor no Institut für Pathologie der Universität Basel, Gerontologische Forschung, na Suíça. Desde 1968 desenvolve investigação na área do envelhecimento normal do cérebro e das doenças associadas à demência. Para leituras de aprofundamento destacam-se as seguintes publicações: Role of Mitochondrial Deterioration in Physiological and Pathological Brain Aging in *Gerontology*, vol. 50, n.º 3 (pp. 187-192), 2004. Aging and Well-Being in Business Life in Bergener, Manfred & Finkel, Sanford I. (Eds.) *Clinical and Scientific Psychogeriatrics: the Holistic Approaches*. Vol. 1, New York: Springer Publishing Company, Inc. (pp 51-65), 1990. Neurochemistry of the aging brain and senile dementia in C.M.Gaitz & T. Samorajski (Eds.), *Aging 2000: Our health care destiny*. New York: Springer-Verlag (pp. 101-112), 1985. Metabolic changes in senile dementia and pharmacological approaches to its treatment. *Revista Iberoamericana de Geriatria y Gerontologia* (Madrid) n.º 1 (pp. 153-162), 1985. Stereologic findings in normal brain aging and Alzheimer's Disease in J. Wertheimer & M. Marois (Eds.), *Senile dementia: Outlook for the future* New. York: Alan, R. Liss Inc. (pp. 125-135), 1984.

A abordagem constitutiva das teorias do envelhecimento celular emergiu no século XIX em resultado das pesquisas de um grupo de médicos, nomeadamente, Bichat, Broussais, Charcot e Louis que propuseram a utilização de novas técnicas e teorias para o tratamento de pessoas mais velhas (Haber, citado por Groisman, 2002). Segundo o mesmo autor até esse período, a medicina não separava as ‘pessoas de idade’, como categoria, dos outros pacientes, prescrevendo-se terapêuticas de forma indiferenciada, sem consideração das especificidades das idades do organismo:

Os médicos franceses haviam rejeitado o modelo da energia vital em favor de outro modelo, baseado na degeneração dos tecidos. Se, antes, o estado patológico parecia diferir da normalidade apenas em grau, com o trabalho de Bichat e daqueles que o seguiram, a velhice passou a ser vista como um estado patológico qualitativamente diferente, com uma natureza fisiológica própria. (...) De facto, o que a elite médica europeia fez foi isolar o envelhecimento em unidades cada vez menores. Nesse processo de reformulação, o envelhecimento veio a ser definido como uma doença progressiva, causadora de múltiplas modificações fisiológicas (Groisman, 2002: 71).

Na história da geriatria do século XIX destacou-se Charcot (1825-1893) que, durante 20 anos, no *Hospice de la Vieillesse-Femmes de Salpêtrière*, em Paris, observou minuciosamente as pacientes internadas num hospício, registando os seus movimentos, os seus reflexos e sensibilidades, com posterior estabelecimento de comparações entre elas:

Um dos expoentes desse período é Charcot que, a partir de sua experiência com os velhos da Salpêtrière, dedicou um dos

seus cursos às doenças na velhice. Publicado em 1881, o seu “Leçons cliniques sur les maladies des vieillards et les maladies chroniques” representa a ideia de que a patologia da velhice deve ser considerada separadamente (Groisman, 2002: 70).

O método científico de observação (fichas com cerca de seiscentos registos cada uma, a história clínica de cada paciente, gráficos de temperaturas, desenhos de deformações ou alterações observadas, placas anatómicas macroscópicas ou esquemas de lesões microscópicas, resultados de análises químicas de urina ou de líquido articular) induziu Charcot a diagnosticar e a detectar as doenças de maior prevalência nas ‘pessoas de idade’ e a afirmar que as obras médicas que até então se referiam à “idade senil” eram simples textos literários ou filosóficos (Lellouch, 1992).

A palavra atrofia é, para Charcot, a que melhor designa as alterações anatómicas dos órgãos e dos tecidos (Lellouch, 1992). A atrofia geral dos indivíduos manifesta-se, nas ‘pessoas de idade’, por uma diminuição da estatura e do peso do corpo e por um emagrecimento mais ou menos pronunciado. Para o autor, o processo de atrofia senil é já um estado de doença e desenrola-se em duas fases sucessivas. Num primeiro estado, de “atrofia simples”, não apresenta nenhuma modificação essencial na estrutura. No segundo estado, de “degenerescência”, apresenta alterações qualitativas na estrutura interna dos órgãos e dos tecidos.

No entanto, segundo Charcot, nem todas as funções dos órgãos diminuem ao longo do processo de envelhecimento. Refere as capacidades do

aparelho cardio-circulatório ou das do sistema de regulação térmica que se mantêm intactas durante um longo tempo no processo de envelhecimento. Já o aparelho genital e a força muscular, as funções do sistema nervoso e da vida de relação, as funções respiratórias e a maior parte das secreções, vão sofrendo um enfraquecimento, no processo de envelhecimento (Lellouch, 1992).

Esta noção de envelhecimento multiforme anunciada por Charcot no século XIX, é corroborada por Henrard (1997), no final do século XX quando afirma que:

As modificações celulares traduzem-se por mudanças morfológicas dos tecidos orgânicos degenerados e por uma diminuição de desempenhos fisiológicos e de certas funções intelectuais. (...) Existe um envelhecimento diferencial dos órgãos e das funções num mesmo indivíduo. Para múltiplas funções, o envelhecimento é um processo contínuo. Prova disso são as relações entre as estruturas de idade e os postos de trabalho: geralmente, as funções que põem em jogo a rapidez e a flexibilidade são as primeiras a enfraquecer (Henrard, 1997: 1-2).

No domínio do envelhecimento psíquico, James Birren (1961), citado por Lehr (1988), distingue três períodos históricos da investigação científica. Um período inicial compreendido entre 1835 e 1918, um segundo período situado entre as duas guerras mundiais e no qual começou a investigação sistemática sobre o envelhecimento, e um terceiro período a partir da década de quarenta e denominado *fase de expansão das investigações*

sobre o envelhecimento (Lehr, 1988). Foi no segundo período que, no contexto anglo-americano, foram desenvolvidos estudos experimentais que recorriam a testes psicológicos direccionados para a avaliação dos problemas a nível intelectual, da psicomotricidade e da capacidade de reacção.

Nesse mesmo período, investigações decorriam paralelamente na Rússia onde se destacou Pavlov (1894-1936) com os estudos de conexões entre os aspectos fisiológicos e psicológicos, as funções dos sistema nervoso central e os modos de comportamento observáveis. Pavlov desenvolveu experiências com animais tendo demonstrado que os animais mais velhos reagiam a estímulos rápidos num estado de confusão o que foi atribuído a uma menor condutabilidade das vias nervosas. Esta teoria é ainda hoje usada para explicar os processos de envelhecimento no processo de aprendizagem.

Foi na Rússia que emergiu o termo gerontologia, em 1929, assim definido pelo investigador russo N. A. Rybnikov:

(...) ramo de especialização dentro das ciências do comportamento. A finalidade desta ciência é a investigação das causas e condições do envelhecimento, assim como o estudo e descrição cuidadosa das mudanças do comportamento regularmente progressivos e que se achem relacionados com a idade (Streib e Orbach, 1966 citado por Lehr, 1988: 31).

Também no Japão, entre 1920 e 1930, foi dada particular atenção à psicologia do envelhecimento com ênfase para o interesse sobre as

modificações antropométricas e as respectivas mudanças da esfera mental. Na década de vinte, o investigador Kirihara mostrou que, a partir dos 20 anos, há um decréscimo na inteligência.

No terceiro período - fase de expansão das investigações sobre o envelhecimento (Lehr, 1988) - os estudos orientaram-se para uma avaliação da relação entre a realização de operações cognitivas formais e a idade cronológica. A evolução dos estudos neste período contrariou a ideia sustentada pela perspectiva psicométrica de que a cognição durante a idade adulta sofre um progressivo declínio associado à deterioração neurológica que acompanha o processo de envelhecimento. A perspectiva piagetiana ganhou consistência ao introduzir a ideia de que não são os produtos da inteligência que devem ser estudados, mas sim os processos através dos quais esses produtos são construídos.

Marchand (2001) fala das várias perspectivas que se expandiram, no século XX, no sentido de ultrapassar as limitações das anteriores - psicométrica e piagetiana. A perspectiva neo-piagetiana procura analisar os aspectos não contidos na teoria piagetiana como: "(1) de que modo as estruturas cognitivas se aplicam a domínios específicos, (2) qual o papel das diferenças individuais nas estruturas, (3) de que modo se faz, nas estruturas, a integração das componentes cognitiva e emocional ou afectiva" (Marchand, 2001: 12). A perspectiva do ciclo de vida (baseada nas teorias de Baltes desenvolvidas nas décadas de 70 e 80) defende que o desenvolvimento humano se faz ao longo de toda a vida e caracteriza-se por perdas e ganhos que não se constituem em declínio intelectual na vida adulta ou adulta mais velha. O desenvolvimento humano efectua-se em

diferentes direcções, em diferentes dimensões e em diferentes contextos. A perspectiva do processamento de informação analisa “os processos fundamentais ou componentes considerados responsáveis pelos desempenhos humanos” (Salthouse, 1992: 261 citado por Marchand, 2001). O seu propósito é analisar os processos mentais, as representações e as estratégias ocorridas entre a interiorização da informação e as respostas dadas em determinados momentos.

Estas perspectivas de análise evidenciam a influência de determinadas variáveis, como a escolaridade e o nível sócio-económico dos indivíduos, nos desempenhos na idade adulta mais velha, assinalando que a regressão intelectual que os resultados dos estudos psicométricos apresentam nos desempenhos na idade adulta mais velha é devida ao facto deles nunca terem sido adquiridos (no sentido de não desenvolvimento de competências) e não ao declínio de uma coisa que nunca tiveram. É nesse sentido que cada vez mais se alerta que a vida dos indivíduos é influenciada por factores como a motivação, a ocupação, a memória e a classe social. Marchand (2001) sintetiza a evolução destas teorias ao afirmar que o declínio intelectual era encarado como realidade até à década de 70, deixando de o ser no fim do século XX. Mais concretamente, actualmente pode-se afirmar que o declínio intelectual opera a partir dos setenta ou oitenta anos de idade com a ressalva de que não afecta necessariamente todas as capacidades, nem todos os indivíduos. Os estudos não comprovam que haja declínio intelectual antes dessa idade, desde que não haja qualquer patologia. A autora é clara:

Quer isto dizer que não só o envelhecimento cognitivo normal se manifesta em idades avançadas, como não é um processo

homogéneo que afectaria da mesma maneira as diferentes capacidades, havendo pessoas, sobretudo as que desenvolvem intensa actividade intelectual, que não perdem capacidades intelectuais, durante todo o seu ciclo de vida
(Marchand, 2001: 70).

Há claramente uma distinção entre idade cronológica e idade funcional em que esta última depende das características específicas de cada indivíduo e do modo como as desenvolveu ao longo da vida. Marchand (2001) realça que actualmente já não se questiona que o envelhecimento seja um facto biológico inevitável, associado ao código genético de cada um, mas questiona-se que haja correspondência exacta entre envelhecimento físico e declínio intelectual. A autora reafirma essa não correspondência, fazendo sobressair uma evolução em que a cognição e a afectividade interagem fortemente na idade adulta mais velha.

Relativamente ao fenómeno biológico do envelhecimento, também Rogado (1986) afirma que os factores genéticos são os responsáveis por esse fenómeno de acordo com as teorias de *programação genética da senescência* e de *acumulação dos erros*. A primeira teoria refere-se à existência de uma “expressão genética” na pessoa que influenciará o desenvolvimento da célula nas suas diferentes fases. Esse efeito determinará a duração e a reprodução da mesma e, por consequência, a do organismo que a integra. A segunda teoria reporta-se à “acumulação dos erros” e apresenta-se em duas versões. Uma versão vai no sentido de afirmar que a nível das variadas etapas da divisão celular e das sínteses proteicas é frequente a ocorrência de erros no organismo. Esses erros são

reparados através de um mecanismo que, simultaneamente, entra em função. Todavia, adverte que esse mecanismo de correcção é insuficiente no caso desses erros se tornarem demasiado frequentes. Uma versão mais complexa é suportada por Leslie Orgel (1963) que designa esta teoria de “acumulação catastrófica dos erros”. Ela difere da anterior no que se refere às consequências que essa acumulação de erros tem na senescência. Para este autor, a senescência não ocorre só pela acumulação de erros mas também porque esses erros implicam modificações irreversíveis na informação genética o que impede uma correcta reparação dos erros ou mesmo a sua não reparação. É o crescendo das não reparações ou reparações imperfeitas que leva à senescência (Rogado, 1986).

A teoria imunológica incide no sistema imunitário. Quando este se debilita impede uma luta eficaz contra as agressões declarando-se assim a senescência. Com o avanço da idade, a frequência de auto-anticorpos e das doenças auto-imunes diminuem. Esta teoria preconiza que:

A causa directa da morte do organismo não é o envelhecimento em si; na maior parte dos casos, são doenças diversas que o organismo já não é capaz de vencer devido à diminuição das suas defesas. (Reis Jr., 1980: 33).

Esta abordagem pode induzir o entendimento de que há uma relação recíproca entre envelhecimento e doença (Henrard, 1997; Lellouch, 1992; Rogado, 1986; Reis Jr., 1980), na medida em que, se por um lado a doença ajuda a acelerar a senescência, por outro lado, a idade nos indivíduos mais velhos predispõe para um conjunto de distúrbios

patológicos. Mas Sáiz Ruiz (2001) discorda deste pressuposto afirmando que não há uma razão clara para associar velhice com doença. A velhice tece-se num processo evolutivo próprio e natural dos seres vivos, enquanto que a doença é o resultado de uma interacção entre factores etiológicos exteriores e hereditários que podem ser modificados. O imperativo biológico do indivíduo que conduz à senescência é um fenómeno natural, não patológico, que evolui de forma progressiva desde que nascemos (Sáiz Ruiz, 2001; Henrard, 1997; Rogado, 1986). Nos últimos 20 anos, o avanço nas investigações da medicina tem mostrado que se eliminarmos as causas de morte concorrentes, permanecendo apenas as inerentes à própria senescência, os limites biológicos da longevidade da espécie humana teriam, nos anos 80, *como limite máximo cerca de 100 anos* (Rogado, 1986: 14), nos anos 90, cerca de 110 anos (Navarro-Montes, 1994) e na primeira década do século XXI, *entre 115 a 120 anos* (Henrard, 1997: 1).

Também Meier-Ruge (1990) afirma que o envelhecimento não é uma doença mas sim um declínio gradual na eficiência do processo metabólico. Em consequência do aumento da idade aparecem mudanças secundárias nos tecidos que são, muitas vezes, interpretadas como doenças da velhice o que induz a dificuldade em distinguir o que é doença do que é envelhecimento. No âmbito de saúde pública e envelhecimento Cruz Jentoft (1999), argumenta que ainda hoje há dúvidas quanto à afirmação de que as cataratas ou a hipertrofia da próstata sejam doenças. A ausência de estudos aprofundados, sobre este domínio, permite colocar a hipótese de as classificar como características inevitáveis do envelhecimento e não como doenças. Os estudos sobre as doenças são

imprecisos neste domínio, na medida em que se baseiam em investigações realizadas, essencialmente, com pessoas jovens e não tanto com pessoas 'de idade'. Os próprios instrumentos de diagnóstico e os meios terapêuticos são utilizados de forma distinta e, por vezes, discriminatória em relação às 'pessoas de idade'.

Um aspecto a ter em conta é que, na relação entre actividade, profissão e estado de saúde, cada um dos termos pode ser causa ou efeito, na medida em que uma má saúde dificulta a aquisição de uma qualificação ou de estudos prolongados, da mesma forma que a falta de qualificação pode provocar o desemprego que, por sua vez, pode induzir perturbações no estado de saúde. Um estudo efectuado por Mizrahi e Mizrahi (1997) sobre a morbilidade individual, em França, mostra que a ausência de qualificação e a situação de desemprego aparecem como os riscos sociais mais importantes que contribuem para o envelhecimento prematuro:

Os desempregados acusam um envelhecimento prematuro de cerca de 3 anos por relação aos activos. (...) uma diferença de envelhecimento relativo de mais de 5 anos entre um operário não qualificado no desemprego (envelhecimento prematuro de 3 anos), e um quadro superior activo (envelhecimento retardado de 2.6 anos) (Mizrahi e Mizrahi, 1997: 1).

Os estudos de Lehr (1988) sobre situações de conflito e sobrecarga no meio profissional permitem-lhe afirmar que é notória a imagem negativa atribuída pela sociedade moderna ao trabalhador que vive a “segunda parte da carreira” (Gauillier, 1988). É uma imagem de desconfiança e cepticismo na sua capacidade de adaptação, associada a esteriótipos

expressos na visão de que as ‘pessoas de idade’ “não servem para nada”, “estão desactualizados” e “não aderem à mudança”. Essa falta de confiança é justificada com a influência que essa imagem negativa exerce, carecendo de fundamento a atribuição de falta de confiança nas próprias faculdades.

A visão da heterogeneidade da velhice tem vindo a ser afirmada, essencialmente na segunda metade do século XX, pelos estudos que demonstram a associação do envelhecimento enquanto quebras psico-orgânicas e as práticas de vida. Por exemplo, descobre-se que a quebra de relações profissionais e sociais induz a uma menor exercitação dos desempenhos que favorece uma atitude de passividade e de compressão de energias. Existe uma relação favorável entre o exercício físico e as capacidades cognitivas, nomeadamente o raciocínio, a memória activa e o tempo de reacção (Clarkson-Smith e Hartley, 1989 citado por Paúl, 2001). Também Giurgea (1993), tendo por base Williams (1987), afirma que diversas funções fisiológicas podem manter-se ou ser melhoradas na velhice com exercício apropriado. Gyll (1980) vai no mesmo sentido quando afirma:

Quanto mais for utilizada uma aptidão intelectual, mais ela será protegida do envelhecimento (Gyll, 1980: 70).

No entanto, um estudo (Everard, 1999), realizado em Washington sobre a saúde das ‘pessoas de idade’, mostra que o envolvimento num grande número de actividades não significa que o bem estar esteja assegurado, podendo mesmo ser-lhe nocivo se essas actividades estiverem simplesmente equacionadas com o intento de passar o tempo. As razões

que as 'pessoas de idade' evocam como básicas na sua motivação para o desenvolvimento de certas actividades tornam-se mais importantes do que a ocupação em si mesma. Os dados do estudo contrariam as noções da teoria da actividade que defende que o bem estar dos indivíduos é tanto maior quanto mais actividades tiverem:

O envolvimento em mais actividades não é mais benéfico para o bem estar do que o envolvimento em menos actividades quando as razões para essas actividades são tidas em conta (Everard, 1999: 335).

Esta rápida revisão dos estudos sobre o envelhecimento bio-psíquico coloca-nos perante o essencial da compreensão do envelhecimento humano enquanto consequência material inevitável do percurso de vida, condicionada pelas condições - onde se incluem as estratégias pessoais - desse mesmo percurso. O envelhecimento é uma consequência da base filogenética, da hereditariedade única de cada pessoa, do meio físico e social em que as predisposições genéticas se exprimem, e é o efeito do pensamento e da escolha (Birren e Cunningham, 1985 citados por Paúl, 1991). Também Binney (1989), citado por Paúl (1991), critica a "biomedicalização" do envelhecimento, propondo uma atitude de integração dos problemas psico-sociais que coexistem com o processo de envelhecimento.

Groisman (2002) suporta-se nos estudos de Cohen (1998) para, através do exemplo da doença de Alzheimer, mostrar a diferença cultural das noções médicas sobre a velhice o que apelida de "conflito de mundos morais". Na cultura ocidental ela é encarada como um mal biológico e universal

enquanto que na cultura oriental é algo inexistente, ou seja, que não acontece. A relação entre a senilidade e a descontinuidade ou diferença nas manifestações de afecto, mudanças na cognição, no carácter, no comportamento ou no discurso, na Índia, é vista como “ficar fraco de cérebro”, e no Ocidente é identificada como “ter doença de Alzheimer”. Para Cohen (1998), em ambas as situações, esta não é mais do que:

Um processo dialógico, envolvendo tanto o idoso, quanto o outro, que o define como ‘diferente’ ou ‘mudado’ (Cohen, 1998, citado por Groisman, 2002: 75).

Esta perspectiva sugere que cada sociedade constrói a imagem da velhice de acordo com a sua estrutura social e com os valores que criam a sua própria identidade.

Surge, assim, uma variabilidade histórica e cultural quanto ao valor adstrito à velhice e às posições socialmente reconhecidas às ‘pessoas de idade’, cuja explicação deve ser perspectivada no contexto da reprodução social como concepção que pressupõe que a transformação dos papéis sociais confere ou retira prestígio às pessoas (Lima e Viegas, 1988):

A questão central que parece colocar-se na análise da velhice é o da forma como cada sociedade resolve o problema da substituição dos indivíduos enquanto pessoas sociais que desempenham um determinado papel social e que dominam um conjunto de saberes que asseguram a continuidade da sociedade (Lima e Viegas, 1988: 154).

A compreensão das atitudes da sociedade moderna face à velhice torna-se mais clara com a leitura do pragmatismo das soluções encontradas por algumas populações nómadas. Lima e Viegas (1988) recorrem aos registos de William Graham Sumner (1960) para se referirem a dois aspectos que poderão revestir as atitudes dessas populações nómadas perante as pessoas mais velhas. Por um lado, o respeito pelos mais velhos devido à sua sabedoria e aos seus conselhos como valor tradicionalmente transmitido pela educação. Por outro lado, a depreciação das 'pessoas de idade' tomadas como fardos sociais, na figura de uma perda de energia para a sociedade. Esta última atitude revela-se em alguns povos nómadas que criaram condições para forçar as 'pessoas de idade' a decidir morrer por iniciativa própria ou por iniciativa dos parentes.

Também Francisco Martins Ramos (1993) numa revisão da literatura etnográfica, no domínio da velhice, sobre o comportamento de algumas populações nómadas encontrou diferenciação de comportamentos. Por exemplo, no grupo dos tasmanianos (habitantes da ilha situada na costa sueste da Austrália), a sabedoria e a experiência das 'pessoas de idade' confere-lhes prestígio e posição social, aumentando o estatuto dos homens mais velhos com o número de mulheres desposadas. As primeiras mulheres a serem desposadas passam a ser denominadas por "mais velhas" e é-lhes conferida uma autoridade junto das gerações mais novas. Todavia, quando se encontram em situação de incapacidade ou doença, as 'pessoas de idade' são abandonadas pela tribo com uma pequena quantidade de alimentos e um purgante. Já na Austrália Central, os Aranda, tribo de caçadores e colectores, cuidam e tratam as 'pessoas de idade' e doentes, homens e mulheres, até à morte, dando-lhes a maior

parte do produto das caçadas e da recolha realizada. O mesmo acontece com as tribos Semang, da península Malaia, os Haidas da antiga Colúmbia britânica, os pigmeus M'Buti da floresta do Ituri (Zaire) e com as sociedades da África intertropical. Algumas tribos atribuem às mulheres mais prestígio do que aos homens, como por exemplo, os Iroqueses e os Yanomamo, da selva amazónica brasileira e venezuelana (Ramos, 1993).

Actualmente ainda se encontram algumas sociedades camponesas tradicionais que asseguram a reprodução social através de uma estrutura de parentesco onde os papéis sociais estão implicitamente definidos com uma lógica própria e assumida. Mas desde a revolução industrial que o equilíbrio dos recursos económicos levou as gerações mais novas a abandonarem os terrenos agrícolas e a integrarem-se no proletariado industrial ou no sector de serviços com a consequente alteração das formas de organização familiar e dos modos de vida, ficando fortemente abalada a função social das 'pessoas de idade' (Lima e Viegas, 1988).

Na história das sociedades ocidentais a estrutura familiar, nos séculos XVIII, XIX e princípios de XX, assegurava a protecção das pessoas mais velhas que, quando ficavam incapazes de se bastarem a si próprias, eram recolhidas por um dos seus filhos. O desenvolvimento do trabalho assalariado aliviou progressivamente a família das funções educativa e de segurança social passando-as em parte para a esfera da responsabilidade pública (Prost, 1991; Fernandes, 1997).

Na lógica de mercado, as pessoas são classificadas como activas, as que têm uma actividade com valor de mercado, e inactivas as que, na acepção

restritiva de produção, não têm actividade. A esta classificação associa-se uma outra destinada a segmentar a valorização do tempo de vida das pessoas em “tempo de aprendizagem”, onde se enquadram as crianças e jovens em idade escolar e que são olhadas como um investimento na preparação para a vida activa; “tempo de produção” que contempla todos os adultos a quem é reconhecido um valor social e económico e atribuído um prestígio profissional condizente com a sua condição de vida; e “tempo de descanso” que aparece para as pessoas com 65 ou mais anos de idade, que saíram da vida activa por deixarem de ser úteis ao processo produtivo. Na lógica deste modelo, a valorização só é efectiva no “tempo de produção” sendo os outros dois tempos marginalizados havendo, contudo, uma distinção entre eles. O “tempo de aprendizagem” é encarado como investimento e expectativas no futuro. O “tempo de descanso” é de desinvestimento e de descrença. As ‘pessoas de idade’ são aqui reduzidas a uma situação de “espera pela morte”, negligenciando-se as suas capacidades criativas, e encaradas como objecto de necessidades. A satisfação dessas necessidades é, em parte, sustentada pela participação dos “activos” no sistema de protecção social que, por esse facto, atribuem às ‘pessoas de idade’ a designação de “fardo pesado” com um desprestígio social e individual (Amaro, 1997).

A exclusão profissional induz quer a perda do estatuto conferido pela actividade profissional, quer a perda do reconhecimento social que ela sustentava. Aí se inclui a passagem à situação de reforma, como perda de identidade anteriormente alicerçada num desempenho profissional que facilitava as trocas sociais. A reforma, como marco cronológico da velhice, representa, tendencialmente, (...) *“um momento de alto risco para o*

equilíbrio e o bem-estar psicológico da pessoa". (Cordeiro, 1987: 235) já que à perda da actividade profissional se associa um sentimento de perda de meios pessoais de fazer face ao *stress* de origem interna (a angústia), ou o *stress* de origem externa (aquele que deriva de situações de mudança).

A compreensão da passagem à reforma enquanto marca da velhice individual faz apelo à teoria do ciclo de vida de Erikson (1994). A fragilidade psico-afectiva que tendencialmente acompanha a mudança de papéis e de estatuto social faz-se acompanhar de um auto-questionamento ou estágio de integridade do Ego *versus* desespero e desgosto, definido como a aceitação do ciclo vital humano e dos indivíduos que nele tiveram importância. Nele se integram as transformações de nível biológico e seus efeitos psicológicos conflituosos entre a imagem que o indivíduo tem do seu corpo na sua juventude e a imagem do seu corpo envelhecido. As transformações são encaradas como irreversíveis o que gera um sentimento de proximidade do fim da vida. Esta realidade é, muitas vezes, vivida num contexto depressivo, de insegurança e angústia agravado pelo isolamento familiar e sócio-profissional. O processo de adaptação aos novos estímulos é consistente com o estilo de vida anterior e com o modo como foram resolvidas as crises individuais no passado.

Em síntese, o percurso realizado pela investigação gerontológica conduz à problemática da identidade como expressão que condensa a relação entre a estrutura social e a agência individual. Investigar as identidades da velhice exige então que se averiguem os processos sociais conducentes às imagens da velhice na sociedade.

CAPÍTULO DOIS

A construção social da velhice

A construção social da velhice aparece como um valor simbólico que se modifica ao longo da história por razões associadas a poderes políticos, religiosos e económicos.

A categoria idade serve de medida abstracta de manipulação social e gera uma discriminação geracional que conduz à institucionalização do curso de vida. O envelhecimento social é, assim, conotado com a situação de reforma que leva, por um lado, a uma percepção de envelhecimento e velhice que a associa a inutilidade e, por outro, a uma auto-percepção que se distancia da primeira.

2. A construção social da velhice

O mundo social constitui-se por interações subjectivas protagonizadas pelo indivíduo como realidades objectivas. O resultado dessa interacção apreendida como objectiva é a institucionalização das práticas sociais capazes de se poderem transmitir às gerações seguintes para a sua continuidade (Berger e Luckmann, 1999). A velhice, como qualquer outro conceito, é expressão dessa construção que se produz nos sistemas sociais e com eles se modifica.

A velhice foi sempre percebida como um momento particular da vida humana em relação ao qual foram variadas as perspectivas sociais e culturais desde a Antiguidade. Na civilização grega, Hipócrates associava a velhice à estação do ano “Inverno” e à idade de 56 anos. Aristóteles situava a velhice nos 50 anos e, mais tarde, Santo Agostinho, com base numa filosofia de vida fraccionada em seis partes afirmava que a velhice aparecia aos 60 anos. No século VI², Isadora de Sevilha, retoma este fraccionamento e apresenta a idade da velhice como sendo aos 70 anos enquanto que, na mesma época, Filipe de Navarra afirmava ser a idade de 60 anos (Bourdelaís, 1993).

² Na Idade Média era frequente referirem que a vida humana estava dividida em sete ou quatro partes. A divisão em quatro partes apoiava-se no sistema de mundo fundado sobre os quatro elementos, os quatro humores, e as quatro estações do ano. Ela era também comparada a duas ladeiras, a ladeira da fase ascendente que terminava aos trinta e cinco anos e era associada à idade em que Adão foi expulso do Paraíso terrestre e a ladeira da fase descendente, que corresponde à velhice, e começa aos 60 anos e perdura até aos 70 anos ou ao termo da vida. Trata-se de uma compilação latina cristã do século XIII que se estendeu até ao século XVI (Bourdelaís, 1993).

O século XVII diferencia-se pelo aparecimento de dicionários que incluíam a definição de “velho”. O dicionário de Richelet é o mais antigo e estabelece uma diferença entre a velhice masculina e a velhice feminina em que os homens velhos são caracterizados por atributos de ordem moral e as mulheres velhas a partir de elementos exteriores associados ao aspecto físico como a postura do corpo:

[O homem é] *velho depois dos 40 anos até aos 70. Os velhos são geralmente imaginados como invejosos, avaros, tristes, faladores, queixam-se incessantemente, os velhos não são hábeis no afecto. [A mulher é] velha dos 40 até aos 70 anos. As velhas são fortemente fastidiosas. Velha decrépita, velha encarquilhada, velha borbulhenta* (Richelet, 1679 citado por Bourdelais, 1993: 19).

Bourdelais (1993) afirma que embora esta percepção de velhice se tenha mantido até ao século XVIII ela foi acrescentada, no decurso do século XVII, com uma visão complementar baseada no Novo Testamento segundo a qual a velhice era um tempo privilegiado da reforma espiritual na preparação para a morte. O século XVIII constrói uma nova imagem de velhice com contornos positivos em que, sendo ainda frequente encontrarem-se os estereótipos tradicionais, se verifica que eles dão cada vez mais espaço a uma nova imagem de pessoa mais velha, progressivamente mais simpática em que se desenvolve a imagem forte da velhice associada a sabedoria que induz respeito e legitimação da autoridade. Os/as avós assumem um novo lugar na vida das famílias, com o estatuto de educadores que transmitem às crianças e aos jovens o gosto pelas histórias e por tudo que é extraordinário. Esta nova atitude indicia

uma ruptura com o Antigo Regime que associava a velhice à morte, encarada como a elevação à espiritualidade divina (Bourdelaís,1993).

O olhar científico da medicina no domínio da velhice, percebendo as causas de morte e as razões da maior incidência de certas patologias, retira a morte do plano metafísico e integra a velhice na continuidade da vida e da sociedade. A lógica científica impõe a velhice como resultante da deterioração das capacidades físicas e não de uma aspiração à reflexão como preconizavam os teólogos ou os filósofos.

Sob uma tal influência materialista, no século XVIII, há uma maior preocupação do que anteriormente, a ponto de uma grande proporção de pessoas atingirem a velhice com uma boa saúde, sendo esta um dos elementos que parece contribuir para o progresso (Bourdelaís, 1993: 30).

No contexto científico surgem propostas novas de melhoria e manutenção da saúde para uma boa velhice. Os argumentos vão no sentido de cuidar o corpo como forma de garantir a manutenção de uma velhice activa e plena até à morte. Também a visão católica sobre a velhice se modifica, com a Igreja Católica a defender que a velhice é um período da vida para ser vivido plenamente na Terra, em família, na companhia dos filhos.

Consequentemente com esta nova visão de velhice, é no final do século XVIII que se começa a vislumbrar o direito à “reforma” através da criação de sistemas de capitalização económica, como as associações mutualistas e as caixas de seguros. “Reforma” é uma palavra nova que emerge dessa concepção e que derruba a perspectiva de decrepitude na velhice

acentuando, por parte dessa nova sociedade, uma consideração pelas pessoas mais velhas activas (Bourdelaís, 1993).

No século XIX, a emergência de uma classe operária, sob os auspícios da industrialização e da urbanidade desregulada, faz emergir uma configuração de velhice abandonada, numa sociedade que privilegia o trabalho na fábrica. Por outro lado, a economia começa a sentir o ónus duma população envelhecida sem trabalho, sem rendimentos próprios e sem protecção familiar. As associações filantrópicas e o Estado iniciam um processo de institucionalização para as pessoas mais velhas como resposta à situação de indigência neste novo contexto.

A industrialização inverteu a posição de poder dos grupos de idade ao incorporar cada vez mais indivíduos jovens no trabalho mecânico, dispensando os indivíduos 'de idade' com o pretexto de inutilidade e destituindo-os do poder que anteriormente gozavam. Na sociedade de manufactura, as 'pessoas de idade' asseguravam o controlo dos seus lugares e a sua posição hierárquica pela transmissão das técnicas de fabricação na aprendizagem dos indivíduos jovens. A industrialização trouxe o princípio da divisão do trabalho e com ele uma estruturação dos grupos sociais em que os indivíduos mais velhos vêm cada vez mais reduzido o seu espaço de influência.

A institucionalização do curso de vida na modernidade tem por base a idade cronológica. Como diz Sara Arber e Jay Ginn (1991) é preciso proceder a uma análise sociológica sobre a razão por que a partir de uma

determinada idade a maioria das pessoas são chamadas de “idosas” e, simultaneamente, são encaradas como problema social.

O termo idade³ define a duração da vida que ocorre depois do nascimento e, na sociedade moderna, serve para balizar os percursos de vida individuais segundo papéis e estatutos socialmente consagrados. Na sociedade portuguesa actual, aos 6 anos entra-se para o 1.º ciclo do ensino básico, aos 15 anos termina-se o ensino básico obrigatório e os 16 anos são a idade legal para começar a trabalhar no sistema de produção. O direito de voto começa aos 18 anos de idade, o acesso ao rendimento social de inserção fixa-se a partir dos 25 anos e a idade de reforma é estipulada aos 65 anos.

O conceito de idade como critério de classificação apareceu, pela primeira vez, no século XVI em França, associado ao início da inscrição generalizada dos nascimentos nos registos paroquiais (Lenoir, 1998 referindo Ariés, 1975). Antes, os nossos ancestrais, ignoravam o número exacto dos seus anos e o seccionamento das suas vidas fazia-se em função dos eventos e das mudanças que ocorriam no curso das suas existências. Na modernidade instituiu-se a noção de idade para facilitar as acessibilidades segmentadas a produtos e serviços estruturados. Remi Lenoir sustenta que a idade é:

³ Não há consenso quanto à origem da palavra. De uma forma geral atribui-se a sua origem ao latim *aevum*, ou seja, “tempo”, “duração” que deriva do grego *aiôn*, “duração”, “força vital” (Pujalon e Trincaz, 2000).

Medida abstracta cujo grau de precisão – reconhecido em certas sociedades – é explicado sobretudo pelas necessidades da prática administrativa (na medida em que já não é suficiente a identificação dos indivíduos, o nome e o lugar de moradia)
(Lenoir, 1998: 65).

Maurice Halbwachs (1972 citado por Lenoir (1998) contesta a utilização da idade para a constituição de grupos reconhecidos política e socialmente, argumentando que a idade não é um dado natural mesmo quando serve de instrumento para medir a evolução biológica dos humanos ou dos animais. Para o autor, a idade não é um dado imediato da consciência universal porque:

Um indivíduo humano isolado, privado de qualquer relação com os seus semelhantes e que não se apoiasse na experiência social, nem chegaria a saber que vai morrer (...) É, portanto, uma noção social, estabelecida por comparação com os diversos membros do grupo (Halbwachs, 1972 citado por Lenoir, 1998: 65).

A base social do critério aparentemente natural de classificar segundo a idade torna-se visível na manipulação da categoria idade consoante a composição numérica das gerações. Enquanto a idade de velhice era de cinquenta anos no início do século XX, o aumento demográfico da velhice fê-la avançar para sessenta e cinco na actualidade (Caradec, 2002). Também segundo Lenoir (1998) a definição social das idades tem como fundamento a composição numérica das gerações. Em França, em consequência da I Guerra Mundial, a diminuição da população masculina com idades entre os 23 e os 38 anos, compeliu os mais jovens a exercer

responsabilidades até aí da competência de pessoas que tinham mais idade o que lhes conferiu o estatuto de adulto, legitimado pela redefinição da idade para o casamento.

Ainda segundo o mesmo autor, a jovem e pequena burguesia francesa, no período de 1830, foi alvo de um reajustamento de idade, que a colocou na posição de “adolescentes prolongados”. Essa reclassificação resultou de um bloqueio existente nas profissões liberais e nos quadros da alta administração.

Outro exemplo de manipulação da categorização pela idade liga-se com o ‘envelhecimento profissional’ em que o critério da idade se associa ao critério da produtividade. Lenoir (1998) refere os resultados de um inquérito aplicado em França, em 1961, a chefes e directores de empresas em que, segundo os responsáveis, a idade do envelhecimento (ou diminuição da capacidade profissional) se inicia pelos 50 anos nos trabalhadores manuais, cerca dos 56 anos nos que têm cargos de direcção e perto dos 60 anos nos quadros técnicos.

A outra dimensão de manipulação da idade é a questão geracional manifesta na discriminação dos indivíduos ‘de idade’ pelos indivíduos jovens. Bodily (1994) refere o termo *ageism*, apresentado por Robert Butler em 1975, para caracterizar a discriminação que os indivíduos jovens fazem dos ‘de idade’ uma vez que lhes permite vê-las como diferentes delas

próprias. O termo *ageism*⁴, traduzido para português como *idadismo*, designa uma discriminação com base na idade. Moragas (2003) afirma que o termo surge associado à palavra idade mais o sufixo “ismo” que implica uma exclusão do ‘outro’ para benefício próprio a exemplo dos termos racismo, fascismo e nacionalismo. O *idadismo* constitui a primeira etapa da discriminação por idade e aparece, à revelia da jurisdição, como limitação aos direitos básicos dos indivíduos com base na idade. Concretamente, o preconceito sustentado no conflito entre gerações, é um dos exemplos. O que uma geração consegue, fá-lo em detrimento da outra, numa visão conservadora e pouco realista da dinâmica económica e social. O autor acrescenta que a expressão *ageism* discrimina tanto os indivíduos ‘de idade’ como os jovens considerando que é tão discriminatório afirmar que alguém é muito jovem para entender um determinado assunto, como atribuir sabedoria a alguém, simplesmente, porque é cronologicamente mais velho.

Bernadette Puijalon e Jacqueline Trincaz (2000) resistem ao uso do termo *ageism* nomeadamente pelo sufixo “ismo” que apela a racismo e ao que o mesmo implica. Para as autoras, a palavra racismo pressupõe uma atitude de exclusão biológica, de determinados grupos de indivíduos, associada à sua cultura, aos aspectos psicológicos, políticos e económicos. A proposta

⁴ Na Europa, a discriminação, pela idade, inicia-se a partir da convencional idade de reforma de 65 anos, estabelecida em 1886 pelo chanceler Bismarck. Atingida essa idade, o trabalhador converte-se em reformado/aposentado, sem um papel social reconhecido e aceite por uma sociedade que valoriza o trabalho como fonte de estatuto económico e social. Nessa lógica o indivíduo reformado/aposentado não produz, é passivo e gasta recursos públicos através das reformas o que acarreta uma avaliação negativa (Moragas, 2003).

vai no sentido de se usar a noção de heterofobia que definem como uma fobia que se transforma na recusa do outro através da agressividade. Argumentam que este termo faz analogia com a segregação das diferenças sociais atribuídas às mulheres, aos homossexuais e a indivíduos portadores de deficiência. No caso da velhice, o termo sublinha as diferenças pela idade, estigmatiza e marca a perda do que foi vivido na actividade económica, no dinamismo, nas capacidades sensoriais, motrizes, mentais, e outras. Tende a valorizar os indivíduos jovens em detrimento dos 'de idade', e a desvalorizar o termo velho.

A noção de idade remete-nos, também, para o recenseamento de subcategorias de idade. A idade cronológica e a idade social são duas subcategorias que não podem ser confundidas. A idade cronológica refere-se à idade de nascimento, exprime-se em anos, meses e dias e serve as definições de terceira idade e quarta idade às quais são afectadas idades concretas. A idade social é a idade da vida reconhecida e definida segundo as regras de uma dada sociedade que atribui a cada idade papeis e estatutos distintos (Puijalon e Trincaz, 2000). Cada indivíduo é o produto de um processo dinâmico de socialização que implica a interacção de várias dimensões da vida humana, nomeadamente, a vida familiar, escolar e o trabalho. Essas vivências têm campos distintos que interagem com as disposições e posições de cada indivíduo, donde emerge e se constrói o estilo de vida e a percepção do mundo (Bourdieu, 1992). Os valores simbólicos acompanham a pessoa ao longo da vida o que induz que o envelhecimento e a velhice se manifestem com percepções diferentes entre as pessoas mesmo que vivam em contextos sócio-económicos semelhantes e tenham a mesma idade.

Em suma, o factor idade é central à construção do significado atribuído à velhice. A percepção da velhice em função da idade ou 'idade subjectiva' não é, no entanto, coincidente com a 'idade objectiva' que define socialmente a velhice. Alguns estudos sobre a auto-percepção de idade revelam relações interessantes que vão desde o facto de indivíduos que se sentem com menos idade do que a idade cronológica terem uma auto-estima mais elevada ao facto de, comparativamente, ser maior a distância entre a idade objectiva e a idade subjectiva, nos americanos do que nos alemães, sugerindo que nos Estados Unidos da América é maior o incentivo para manter uma identidade jovem (Westerhof *et al*, 2003). Segundo os autores, na origem desta atitude podem estar os diferentes sistemas de protecção social, liberal e corporativista, dos dois países:

*As pessoas idosas alemãs esperam receber do Estado as suas pensões enquanto que as pessoas americanas são mais auto organizadas na planificação das suas vidas na velhice. Porque o sistema americano atribui uma maior responsabilidade às pessoas na planificação individual da sua velhice, e mantém-na economicamente produtiva, isto proporciona um estímulo de grande valor sobre a juventude (...) O significado de idade é também diferente entre a Alemanha e os Estados Unidos como resultado da extensa variedade com que a idade é usada como característica da individual categorização e estatuto atribuído. O nivelamento da idade é mais saliente na Alemanha, porque o sistema corporativo, muitas vezes, usa a idade cronológica como critério para atribuir pensões. Por exemplo, a Alemanha tem uma idade obrigatória de reforma (65 anos), enquanto que nos Estados Unidos não existe qualquer obrigatoriedade para se reformar (Westerhof *et al*, 2003: 369).*

A institucionalização da velhice pela idade está intimamente associada com a idade da reforma. Essa associação tem contribuído para que a definição de velhice contenha uma dimensão relacionada com o tempo de vida afastado dos circuitos de produção.

Vincent Caradec (2002) recorre a Martin Kohli (1986) para sustentar que a modernidade é acompanhada de uma institucionalização do curso de vida com base na idade cronológica. Ela tem como função repartir a existência das pessoas em três tempos: um primeiro tempo de preparação para o trabalho, um segundo tempo relacionado com a actividade profissional e um terceiro tempo dedicado à reforma. Essa institucionalização do curso de vida responde a quatro problemas estruturais das sociedades modernas. (i) As organizações dispõem de critérios objectivos que permitem uma *racionalização* na gestão das pessoas que nelas trabalham. Ocupam-se delas no período de trabalho e desvinculam-se dos tempos não produtivos da vida, incluindo a pessoal. Atribuem aos indivíduos a responsabilidade de conduzirem a sua existência a partir de projectos individuais e previsíveis. (ii) Assegura um *controle social* que detém a função de disciplinar o trabalhador através da normalização da sua existência e com a promessa de uma reforma remunerada no terceiro período da sua vida. (iii) Organiza a *sucessão* dos fluxos de trabalhadores nas organizações através da definição da idade de entrada e saída no mercado de trabalho, períodos geridos pelos sistemas de ensino e de reforma, respectivamente. (iv) Contribui para a *integração dos diversos domínios da existência* porque permite aos indivíduos organizar de forma previsível os seus tempos de trabalho, familiar e de lazer. Acrescenta que estas formas de racionalidade, desconhecidas nas sociedades pré-

modernas, apresentam-se como o fundamento da *economia moral* das sociedades modernas:

Ao organizarem uma “justa recompensa do trabalho”, ao institucionalizar uma solidariedade pública entre as gerações a nível nacional, ao transformar os indivíduos modernos em “cidadãos sociais”, lançaram as bases de novas normas de reciprocidade, constituindo assim uma peça essencial da nova ordem social (Caradec, 2002: 13).

Garantir aos indivíduos uma situação de reforma remunerada é um dos mecanismos de racionalização do seu tempo de vida útil, porque os defende do risco de perda de rendimentos aquando da ruptura com a vida activa, ao mesmo tempo que tem um efeito de policiamento na exclusão do sistema produtivo.

Fernandes (2001) chama “envelhecimento social” ao processo de desvalorização económica do saber e da experiência dos indivíduos a partir dos 50 anos que os encaminha para situações de “salário sem trabalho” excluindo-os socialmente de participar na vida activa, apesar de serem fisicamente aptos. Essa situação agravou-se a partir de meados dos anos 70 ao registar-se uma redução de actividade nos grupos de idade com mais de 55 anos. Guillemard (1997) mostra-o num estudo comparativo entre vários países da Europa onde Portugal aparece, em 1971, com uma taxa de actividade masculina de 82.1% de pessoas com idades entre os 55 e os 64 anos tendo baixado em 1995 para 59.1%. Os dados tornam mais clara essa tendência quando olhamos para as taxas de actividade masculina, no mesmo período, de indivíduos com idades entre

os 60 e os 64 anos e indivíduos com mais de 65 anos. O primeiro grupo de idade tinha, em 1971, uma taxa de 78.5% passando para 51.6% em 1995. O segundo grupo de idade contava, em 1971, com 41% sendo de 21.2% em 1995.

A idade de reforma como ferramenta de controle social é tratada num estudo de análise monográfica de seis organizações empresariais (Jolivet, 2002) que mostra uma atitude de discriminação dos trabalhadores 'de idade' ao excluí-los dos processos de formação, de promoção e de recrutamento. A percepção dos trabalhadores com mais de 50 anos é de que o seu desempenho tem virtualidades que merecem valorização, que lhes é negado com base em limitações que reconhecem ter mas não impeditivas. A experiência, o conhecimento do trabalho, a consciência profissional, a fidelidade à empresa e a prudência são características positivas dos trabalhadores que as empresas, de um modo geral, negligenciam em favor de aspectos que catalogam de negativos como a desmotivação, a resistência à mudança, a fadiga, menor rapidez nas tarefas, e dificuldades de assimilação de novos conhecimentos. Um outro aspecto realçado prende-se com a variação encontrada entre as empresas sobre a atribuição da idade da velhice. Esse limiar é de 60 anos nas empresas ligadas aos serviços. É inferior nas empresas ligadas ao ramo automóvel que oscila entre 40 a 50 anos, na de construção de móveis e obras de arte que apontam para 45 e 55 anos e na indústria química que se situa entre 50 a 57 anos (Jolivet, 2002).

Os indivíduos reformados são olhados como alguém que usufrui de um salário sem a contrapartida da prestação de trabalho, ou seja, um privilégio

social. A reforma tem com efeito uma dupla significação que representa o afastamento do circuito de produção e a possibilidade de direito a um repouso remunerado. A primeira significação, associa-se ao efeito do afastamento do circuito de produção, porque provoca *sentimentos de inutilidade e vazio* decorrentes da diminuição dos contactos sociais estabelecidos ao longo de uma vida profissional, acrescidos de uma baixa auto-estima e de um empobrecimento pela diminuição de rendimentos. A segunda significação associa-se a aspectos positivos da situação de reforma (Assis, 2002). Os indivíduos 'de idade' passam a ter mais tempo livre que, idealmente, favorece a experiência de novas competências no sentido de redefinir a sua nova posição no sistema de *reprodução social* (Santos, 1992a) capaz de contribuir para uma satisfação e realização pessoal.

Fonseca (2005) define a reforma como um *acontecimento de vida* ou situação concreta que ocorre num determinado momento histórico da vida do indivíduo, induzindo mudanças assinaláveis e importantes que podem gerar afectos positivos ou negativos. Como acontecimento que exige a reestruturação dos papeis sociais, a passagem à situação de reforma induz consequências negativas ou positivas, dependentes de aspectos relacionados com o período que a antecede numa relação directa com o trabalho e as tarefas desempenhadas, como o desgaste físico e mental, o interesse manifestado pela actividade desenvolvida, o grau de satisfação profissional, a remuneração auferida, e a rede de relações e amizades constituída.

Assim sendo, a reforma é um acontecimento de vida mas condicionado pelo registo biográfico, ou seja, a reforma não é um atributo que dispense a heterogeneidade resultante da origem dos saberes individuais, dos quadros de referência das práticas e das estratégias, ou seja, das lógicas da vida do quotidiano.

Foi nesta perspectiva do registo biográfico que Thomas Troadec (1998) construiu uma tipologia de actores - *inovador, funcional e pluriactivo*. Concebida a partir de um estudo realizado com indivíduos entre os 40 e os 60 anos, a tipologia criada esclarece sobre as expectativas dos trabalhadores activos em torno da reforma e da velhice. Define *actor Inovador* como o que combina a actividade profissional com a actividade familiar valorizando ambas ao mesmo nível, desenvolve as capacidades e competências e percepção as mudanças organizacionais ou profissionais como possíveis enriquecimentos. No período de vida que decorre a partir dos 40 anos de idade e que Gaullier (1988) designa por *segunda parte da carreira*, esse actor singulariza-se por um dinamismo profissional e pessoal, mostrando-se atento às interacções e trocas que possam revalorizar o seu desempenho. Para este tipo de actor, na reforma, o trabalho continua a ser um factor de identidade que o leva a reconstruir a vida preenchendo-a com outros trabalhos. O *actor funcional* é aquele cuja implicação no trabalho revela a interiorização dos objectivos de produção e a execução de um trabalho consciencioso mas limita-se a cumprir, de forma desinteressada, as normas e regras prescritas pela organização. Presta uma atenção especial às condições concretas da execução, mas encara as novidades como desestabilizadoras das suas práticas. Apresenta um relativo desinteresse pelas perspectivas de evolução

profissional na *segunda parte da carreira* dado que a experiência de trabalho foi repetida e monótona. A vida familiar e associativa são os seus espaços de identificação, e ocupam um lugar predominante na construção da sua identidade. Na situação de reforma apresenta uma “cultura nostálgica” pelas solidariedades colectivas e comunitárias experienciadas no seu universo profissional. Tem tendência a rejeitar as novas gerações. O *actor pluriactivo* diferencia-se dos anteriores pela ambiguidade da relação com o trabalho durante a *primeira parte da carreira*. Não se sente realizado profissionalmente devido ao desnível entre as suas motivações profissionais iniciais e a realidade do trabalho. Enfrenta a profissão porque depende dela financeiramente mas procura actividades associativas e culturais para, a par com a família, se poder exprimir e enriquecer intelectualmente. Na *segunda parte da carreira* vai-se interessar pela política de modernização do posto de trabalho, motivado pela expectativa de evoluir profissionalmente. Na situação de reforma projecta-se num futuro com confiança utilizando a lógica da competência como uma possibilidade de exercer uma nova actividade dentro da mesma profissão.

Um outro nível de expectativas sobre a reforma e a velhice aparece no estudo realizado por Didier Vrancken (2002) com 71 indivíduos com idades entre os 50 e os 75 anos. A representação social que têm sobre a reforma foi agrupada em quatro polos: *providência, antecipação, social e activa*. No polo da *providência* os indivíduos colocam o destino da sua reforma em algo exterior a si, como no próximo, na sorte, em Deus, numa atitude de denegação do seu reconhecimento associada a uma perda de confiança em si próprio. No polo da *antecipação* as representações construídas sobre o período da reforma levam a duas atitudes distintas em que uns

projectam planos de actividades diversas a concretizar nesse período, e outros se recusam a pensar nela numa atitude de negação associada a expectativas negativas sobre a velhice. No polo *social* agrupam-se os indivíduos que se dedicam à esfera doméstica, mais concretamente, à guarda de crianças, ao *bricolage* ou às pequenas tarefas do quotidiano. Essa situação de reformado conduz a uma ruptura progressiva com o mundo social. O polo *activo* inclui os indivíduos que se projectam na reforma em continuidade com a actividade profissional, mantendo-se no mercado de trabalho.

Se compararmos a tipologia de actores trabalhadores construída por Thomas Troadec (1998) com as expectativas dos indivíduos agrupados em polos por Dider Vrancken (2002), sobressai um grupo de indivíduos, situado na classificação de *actor inovador e pluriactivo* e nos *polos activo e antecipação*, que encara a reforma como a continuidade da vida activa. Os restantes grupos associam-se ao que Anne-Marie Guillemard (1972) definiu como *morte social* na reforma quando se referia a indivíduos que, no curso de vida, efectuaram tarefas de mera execução no processo de produção. Ao serem afastados do processo de produção os indivíduos tendem, na reforma, a reproduzir essa prática com a intenção de manterem activos os recursos pessoais. Mas a nova configuração de vida afasta-se dos padrões anteriores contrariando as expectativas traçadas. Isso coloca os indivíduos numa situação de *morte social*, apesar de, visivelmente, verem satisfeitas as necessidades biológicas e terem acesso aos serviços e apoios sociais.

Como vimos a saída precoce dos indivíduos do mercado de trabalho associada às melhorias das prestações sociais na reforma e das condições de saúde, comparadas com as vivências anteriores ao Estado Providência, coloca, cada vez mais, indivíduos 'activos' fora do processo de produção. Apesar dos efeitos da discriminação objectiva, a preferência social dos indivíduos, vai para a classificação de *jovem reformado* à de *velho trabalhador*, numa atitude de resignação e incapacidade de reacção.

Anne-Marie Guillemard (2002) no estudo sobre as práticas na reforma mostra um novo mecanismo de discriminação pela reforma que coloca fora do mercado de trabalho indivíduos em idade activa por serem encarados como envelhecidos. Esse contexto económico e político provocou, nas duas últimas décadas, mudanças significativas. A mesma autora refere que, do ponto de vista sociológico, a categoria velhice e respectivas fronteiras estão a ser reformuladas dado que a velhice, associada a reforma, começa cada vez mais cedo com a desvalorização precoce da força de trabalho dos 'com mais idade', no mercado de trabalho. Nesse contexto a autora define velhice como:

O tempo de negação do direito ao trabalho e da rejeição no mundo dos improditivos. A velhice encontra-se, pela mediação dos novos dispositivos de saída precoce, declarada "de inutilidade pública" e condenada a viver de rendimentos de substituição (Guillemard, 2002: 61).

Essa definição de velhice denota uma imbricação dos dois indicadores, idade e reforma. Mas os estudos que temos vindo a analisar mostram como esses indicadores servem a legitimação do poder económico e

político que, nas últimas três décadas, induziu a criação do *complexo social industrial* (Santos, 1992b) como forma de compensar as obrigações do Estado Providência ocupando os indivíduos no período de vida chamado “descanso”. A dependência que este modelo propõe é, também ele, indutor da *morte social* (Guillemard, 1972) ao excluir os indivíduos da participação do processo de desenvolvimento da sociedade. Ele apresenta-se como um paradoxo entre os esforços da medicina, em prolongar a vida humana, e a obrigação do Estado de assegurar transferências de recursos para as ‘pessoas de idade’ ou reformadas.

O estudo de Anne-Marie Guillemard (2002) mostra que alguns dos actuais indivíduos reformados contestam esse modelo económico e procuram desenvolver novas práticas que induzem ao que a autora chama de *reforma solidária*. Isso acontece porque o espaço de reforma foi alargado, por cessação antecipada da actividade, e pelo prolongamento da idade devido ao aumento da esperança de vida. Os novos reformados confrontam-se com um mercado que apenas lhes proporciona o consumo de lazer e férias, condenando-os a viver dele até o fim da vida. Nesse contexto, a reacção de alguns vai no sentido de inventar novas práticas associadas ao sentimento de utilidade e de produção que passa pelo investimento das pessoas num trabalho livre. É uma atitude que recusa a identificação com simples alocatário dum dispositivo público associado ao modelo do Estado Providência. Os reformados “solidários” vêem no meio associativo o principal suporte das novas actividades. Reivindicam a policronia e os investimentos múltiplos no trabalho de dádiva, de lazer, no apoio à família e na melhoria das condições da sua zona residencial. Essa nova configuração de reforma solidária questiona a classificação dos três

tempos sociais (Amaro, 1997), da sociedade moderna. Para a autora, este modelo reivindica uma forte articulação entre formação, trabalho e lazer à margem da sectorização das idades. Reivindica, também, o distanciamento em relação a grupos de indivíduos reformados, chamados de “terceira idade”, ligados a clubes e equipamentos sociais ‘da terceira idade’, símbolos de segregação social e de atribuição de uma identidade social que os seus usuários assimilam e reproduzem.

CAPÍTULO TRÊS

As políticas sociais - da emergência ao fraquejamento

O eixo da nossa abordagem associa a invenção das políticas sociais ao capitalismo organizado que separa a velhice humana das gerações mais novas. A análise processa-se em torno de três dimensões: contexto em que surgiram as políticas sociais de velhice, a função de regulação das políticas sociais de velhice, e os desafios da contemporaneidade nas políticas sociais de velhice.

As consequências das mudanças geopolíticas e económicas proporcionam interrogações sobre a falência das políticas sociais na modernidade avançada. Elas confrontam os modelos de políticas sociais tradicionais, que protegem as 'pessoas de idade', e induzem para concepções de política social sustentadas na filosofia de subsidiariedade.

3. As políticas sociais - da emergência ao fraquejamento

A expressão “política social” serve para definir as características dos Estados modernos democráticos que definem para si próprios objectivos direccionados para o bem-estar e a cidadania das pessoas. A palavra “política” é entendida como a habilidade e conhecimento dos factos precisos para a condução e administração da *polis*. Teresa Montagut (2000) refere-se ao conceito como expressão de uma acção sobre determinados meios para concretização de determinados fins. Essa acção implica que ocorra uma mudança com modificação de situações, de sistemas ou de práticas de conduta. A definição de política social associa a relação entre o Estado e os serviços engendrados especificamente para cumprir objectivos de resolução de problemas sociais.

A velhice passou a ser uma preocupação das políticas sociais quando a sua visibilidade se tornou expressão pública por razões demográficas. Até ao século XVIII, a velhice era publicamente “invisível” já que:

A solidariedade para com os idosos [era] praticamente uma solidariedade familiar, privada, remetida para o interior do espaço doméstico. Na ausência desta, a velhice desprotegida era atirada para o espaço público, identificada com a mendicidade e recebia então algum consolo das instituições de caridade (Fernandes, 1997: 23).

Este contexto de relação entre a invisibilidade da velhice e as instituições de caridade leva-nos a dizer que antes da invenção de “problema social” e “política social” já havia o social. Referimo-nos ao que Robert Castel

(1998) designa por “social-assistencial” e que marca a prática das instituições de assistência. Nesse período, de sociedade pré-industrial, o social entrelaçava-se num sistema de regulações não mercantis alheio da lógica económica e da lógica de jurisdição política. Por um lado, a velhice não integrada na família era olhada como situação de indigência e integrada, socialmente, através de mecanismos repressivos que actuavam para garantir a manutenção da organização do trabalho. Por outro lado, a velhice integrada na família gozava de uma situação de respeito e privilégio em que a função social das ‘pessoas de idade’ era reconhecida. Estava patente uma lógica familiar que assumia a sabedoria das ‘pessoas de idade’ como essencial e vantajosa para garantir a transmissão aos jovens dos saberes e experiências inerentes ao sistema de produção vigente que assentava na detenção e domínio de todos os meios de produção para a prossecução dos produtos finais.

A alteração dos modos de produção abalou esse sistema de garantia de assistência às ‘pessoas de idade’. A industrialização da produção separou o trabalho da estrutura familiar e criou a necessidade de aprendizagem de ofícios não decorrentes da sabedoria tradicional. Deu lugar ao aparecimento de um grupo de idade - os ‘idosos’ - fragmentado dos restantes grupos e reconduzido para um estatuto de inutilidade. É assim que, na transição do século XIX para o século XX, a velhice passou a ser encarada como um fenómeno social passível de respostas sociais.

As reflexões produzidas sobre as condições de emergência do Estado de bem-estar não oferecem consenso. Giddens (1985) aponta as duas guerras mundiais do século XX como o principal motor para a emergência

das políticas sociais. Associa-a à crise económica dos anos trinta que obriga a uma intervenção do Estado na economia. Essa actuação solidifica-se, após a segunda guerra mundial, com as ideias sustentadas pelo economista John Maynard Keynes quanto à necessidade de conceber o planeamento e a intervenção do Estado na economia, no sentido de regular o bom funcionamento da sociedade. Uma outra perspectiva é apontada por Esping-Andersen (1990) (citado por Rodrigues, 1999) que atribui à história das coligações de classe o factor que influenciou a institucionalização do Estado de bem-estar. A política social anuncia-se num contexto de conflito de interesses entre a economia e a comunidade onde o Estado intervém como mediador e regulador desses conflitos propondo-se modernizar as economias com instrumentos propiciadores do seu crescimento e, paralelamente, assegurar a estabilidade social com a situação de pleno emprego. A política social é, assim, entendida como uma actuação do Estado num determinado campo sendo um âmbito da política económica (Montagut, 2000). A intervenção do Estado tem-se manifestado em várias configurações relacionadas com os contextos evolutivos da história. As políticas sociais foram aparecendo e solidificando-se numa relação de forças entre o Estado e a economia.

No projecto da modernidade Santos (1999a) identifica dois pilares - da regulação e da emancipação - que se foram constituindo desde o século XVI e eclodiram nos finais do século XVIII. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, articulado por Hobbes, pelo princípio do mercado, associado a John Locke e pelo princípio da comunidade cuja fundação se inscreve no trabalho da filosofia política de Rousseau. O pilar da emancipação define-se pela articulação de dimensões lógicas de

racionalidade como a moral-prática expressa pela ética e pelo direito, a cognitivo-experimental assente na relação entre ciência e técnica e a estético-expressiva assumida pela arte e a literatura. Estas lógicas de emancipação racional têm uma correspondência de inserção no pilar da regulação e, no seu conjunto, vão orientar a vida prática no quotidiano dos cidadãos:

A racionalidade estético-expressiva articula-se privilegiadamente como princípio da comunidade, porque é nela que se condensam as ideias de identidade e de comunhão sem as quais não é possível a contemplação estética. A racionalidade moral-prática liga-se preferencialmente ao princípio do Estado na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito. Finalmente, a racionalidade cognitivo-instrumental tem uma correspondência específica com o princípio do mercado, não só porque nele se condensam as ideias da individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também porque já no séc. XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva (Santos, 1999a: 71).

O desenvolvimento harmonioso de cada um desses pilares e as relações dinâmicas desenvolvidas entre eles são o esteio do equilíbrio desejado entre a regulação e a emancipação, que nunca foi alcançado devido às trajectórias paralelas e próximas da modernidade e do capitalismo que fortaleceram o pilar da regulação em detrimento do pilar da emancipação. A supremacia da regulação resultou em desequilíbrios no interior dos dois

pilares. No pilar da emancipação evidenciou-se a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica que colonizou as demais racionalidades. Esse desenvolvimento superior da instrumentalidade da ciência e da técnica induziu uma progressiva imposição da hegemonia epistemológica do positivismo que teve fortes influências na relação estreita entre ciência e força produtiva no capitalismo. No pilar da regulação sobressaiu o princípio do mercado, o do Estado que, aliados, se impuseram ao princípio de comunidade. Santos (1999a) expressa-o afirmando que:

Trata-se de um processo histórico não linear que, nas sociedades capitalistas avançadas, inclui uma fase inicial de hipertrofia total do mercado, no período do capitalismo liberal; numa segunda fase, de maior equilíbrio entre o princípio do mercado e o princípio do Estado sob pressão do princípio da comunidade, o período do capitalismo organizado e sua forma política própria (o Estado-Providência); e, por último, uma fase de rehegemonização do princípio do mercado e de colonização, por parte deste, do princípio do Estado e do princípio da comunidade, de que a 'reaganomics' e o 'thatcherismo' são chocantes manifestações (Santos, 1999a: 205).

O princípio do mercado tem prevalecido nas várias fases das sociedades capitalistas avançadas, marcando um protagonismo de liderança sobre o Estado e à comunidade. Essa relação de preponderância do mercado em relação ao Estado e a comunidade foi um dos factores que exerceu um papel determinante na concretização do Estado de bem-estar e das políticas sociais, nomeadamente as dirigidas à velhice.

Boaventura de Sousa Santos (1999a) propõe uma periodização do projecto da modernidade que nos permite entender a acção do Estado e das políticas sociais na provisão da sociedade e da velhice. No primeiro período, situado no século XIX e designado por capitalismo liberal, os princípios do Estado, do mercado e da comunidade apareciam na concepção de Adam Smith, como desenvolvimento harmonioso que viria a ser decepado pela fragilidade do princípio do Estado assente na filosofia política de *laissez faire* facilitador do desenvolvimento do princípio do mercado com a consequente atrofia da comunidade. Nessa configuração dá-se o surto crescente da industrialização com a expansão das cidades industriais e engrandecimento das cidades comerciais. A filosofia de comunidade concebida por Rousseau, baseada em relações de comunidade dos cidadãos e com soberania do povo, é convertida numa sociedade civil onde o indivíduo é formalmente livre e igual e faz parte de uma “agregação competitiva de interesses particulares” (Santos, 1999a: 74) na esfera pública. A filosofia política do *laissez faire*, a captação de mão de obra do meio rural para as cidades industriais e os poucos salários atribuídos a essa mão de obra, associados ao desmantelamento das relações sociais comunitárias invertidas para um individualismo de liberdade e igualdade, colocaram os indivíduos, fisicamente extenuados, numa situação de desprovisão de meios de sobrevivência. Paralelamente, e no pilar da emancipação, o domínio da racionalidade cognitivo-instrumental desenvolve-se vinculando a ciência à força produtiva e ao mercado lançando, constantemente, novas exigências técnicas aos trabalhadores (Santos, 1999a). Nesta fase inicial do capitalismo liberal, perante o desempenho de um Estado modelado para facilitar o desenvolvimento da economia e desfeitas as solidariedades de

comunidade, a velhice perdeu a sua base de suporte, remetida para o domínio individual em que o mercado e o Estado se isentam de qualquer responsabilidade.

O segundo período, designado por capitalismo organizado (Santos, 1999a), atinge o seu pleno desenvolvimento entre as duas guerras mundiais do século XX e nas duas décadas subsequentes à II guerra mundial. Nesse período delineou-se e desenvolveu-se o Estado social ou Estado Providência. O pilar da regulação evidencia-se pelo princípio do Estado que demarca a sua actuação do período anterior, tornando-se agente activo das transformações ocorridas na comunidade e no mercado, empenhando-se na regulação do mercado e institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. O pilar da emancipação desenvolve-se ao mesmo nível do pilar da regulação expressando-se pela afirmação da autonomia na arte e na diferenciação entre culturas. Os dois pilares convergem e interpenetram-se caminhando-se para uma hegemonia emoldurada por uma racionalidade que sanciona as transgressões humanas nos vários domínios. Surge a grande preocupação do Estado com a protecção dos trabalhadores numa articulação com a comunidade garantindo formas de consumo colectivo nos sectores da saúde, educação, transportes e habitação. A velhice deixa de ser olhada como indigente e passa a ser protegida pelo Estado providência com a atribuição do estatuto de 'reformado', substituindo a função tradicional familiar com a criação de serviços dirigidos ao provimento do bem-estar da velhice:

O Estado-providência é a forma política dominante nos países centrais na fase de "capitalismo organizado", constituindo, por isso, parte integrante do modo de regulação fordista. Baseia-se

em quatro elementos estruturais: um pacto entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado, com o objectivo fundamental de compatibilizar capitalismo e democracia; uma relação constante, mesmo que tensa, entre acumulação e legitimação; um elevado nível de despesas em investimentos e consumos sociais; e uma estrutura administrativa consciente de que os direitos sociais são direitos dos cidadãos e não produtos da benevolência estatal (Santos, 1993: 43-44).

O Estado Providência serve para consagrar os direitos sociais e concretizar a cidadania social inscrita no princípio da universalidade, dos direitos equacionados na articulação entre a participação do Estado e a sociedade. O conceito de cidadania - direitos civis, políticos e sociais - toma expressão na modernidade em resultado de sucessivas conquistas dos trabalhadores, nos domínios do direito à associação e ao voto, das relações de trabalho, segurança social, saúde, educação e habitação. Na prática, expressam-se no volume de legislação social e no aumento de formas de consumo colectivo ao nível dos vários sectores de política social (Barbalet, 1989).

O Estado-Providência corporiza-se num conjunto de instituições públicas que procedem a uma redistribuição de benefícios através de prestações directas ou indirectas de bens e serviços a que legitimamente o cidadão tem direito. A sua concretização faz-se pelo financiamento do Estado através da tributação do capital e dos salários. Essas receitas são transformadas em capital social canalizado para as despesas com os bens e serviços públicos, na forma de *investimento social*, que terão o efeito de

aumentar a produtividade do trabalho e baixar o custo de reprodução da força de trabalho através do *consumo social* (Santos, 1992b). A universalidade dos direitos, que o “capitalismo organizado” implicou, associada à prestação abstracta de serviços burocráticos, inscreve-se na estrutura de exploração capitalista onde o Estado assume uma intervenção sistemática no domínio social e económico para, de algum modo, garantir a reprodução das relações sociais pela elaboração da legislação assegurando, também, o seu poder e a ordem económico-social vigente.

O terceiro período tem início no final dos anos sessenta do século XX, designado por Santos (1999a) de capitalismo desorganizado. Sustenta-se no colapso processual das formas de organização que vigoraram no segundo período, fazendo emergir a colonização pujante do princípio do mercado sobre o princípio do Estado e o princípio da comunidade. Para o autor, os finais da década de sessenta até aos nossos dias, são um período de docilidade ou passividade dos indivíduos, atitudes que são consequentes com as formas de “felicidade oferecida” à maioria da população induzidas por convites ao consumo de mercadorias e serviços.

A política social da velhice, abriu um novo canal no domínio da gestão das organizações prestadoras de serviços a ‘pessoas de idade’, com o pressuposto de que o protagonismo do processo é da competência do Estado sem nele incluir os beneficiários. Na perspectiva funcionalista a natureza dessa relação é específica das políticas sociais, orientação que é comum entre os decisores de política e os agentes directamente implicados na gestão e execução das políticas sociais. O discurso político evoca o voto eleitoral como meio de assegurar a representatividade

democrática que garante a expressão dos anseios e das necessidades da população representada. (Santos, 1999a) afirma que o desequilíbrio entre os princípios do Estado, do mercado, da comunidade e as lógicas da racionalidade, dá visibilidade às transformações profundas operadas nas sociedades capitalistas que esgotaram o projecto da modernidade. Reinstala-se o capitalismo liberal com o crescimento e expansão do mercado mundial permissivo à mobilidade das empresas multinacionais que decidem, de forma unilateral, a instalação e o desmantelamento das suas empresas fugindo à capacidade de regulação nacional de cada Estado. O Estado social é abalado pelo aumento do desemprego sustentado em três dimensões económicas: o fim do crescimento económico, o fim de pleno emprego e a crise fiscal do Estado. Os financiamentos sociais decaem com uma incapacidade de gestão do Estado dos problemas sociais subsequentes. Ou seja, os serviços e benefícios destinados a satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, na sociedade capitalista moderna, sofreram restrições com o conseqüente desequilíbrio dos rendimentos dos cidadãos levando a restrições nos cuidados de saúde, de educação, habitação e segurança social decorrentes do emagrecimento dos orçamentos estatais.

Santos (1999a) admite que a desindustrialização dos países centrais, com a conseqüente industrialização dos países periféricos, possibilitou a despolitização e até a naturalização de novos imperativos da produção. A reestruturação do mercado e do capital, associado ao desenvolvimento tecnológico, programou um cenário de dispensa de mão-de-obra que, treinada em tarefas e competências relacionadas com os dispositivos da organização industrial tradicional, não encontrou abertura social e

económica para uma reciclagem profissional. Esses elementos têm conduzido, compulsivamente, a uma situação de desemprego e de reforma antecipada, com base em acordos políticos entre o Estado e o grande patronato. Isso deu origem ao aparecimento de um grupo de “novos reformados”. Nessa situação, os indivíduos confrontaram-se com a diminuição dos seus rendimentos e a exclusão do processo de relacionamento pessoal e social nas suas empresas. Viram-se privados da capacidade de satisfazerem as suas necessidades básicas objectivas, engrossando deste modo o grupo dos excluídos da participação social activa.

Os eixos de leitura desse intervencionismo estatal na economia liberal perfilam-se em duas correntes. A conservadora que atribui a causalidade da crise actual a uma perversidade do sistema de intervenção do Estado que, na sua actuação de gastos públicos, provoca “desequilíbrios orçamentais, inflação, redução de poupança” e desemprego. A que assenta numa crítica à incapacidade do Estado de bem-estar em se ajustar às mudanças evolutivas das sociedades capitalistas. Isso revela-se na instalação de uma burocracia de racionalidade não democrática pelo Estado, que provoca um distanciamento dos cidadãos na sua participação nos destinos da comunidade (Rodrigues, 1999). Essa não actuação dos cidadãos é consequência das rotinas de produção e de consumo, consolidadas no segundo período, que retirou aos indivíduos espaço para o exercício da autonomia e criatividade e os habituou a:

*Uma prestação abstracta de serviços burocráticos
benevolentemente repressivos, concebidos para dar resposta à
crescente atomização da vida social mas, de facto,*

alimentando-se dela e reproduzindo-a de modo alargado

(Santos, 1999b: 214).

3. 1. Políticas sociais da velhice

As políticas sociais da velhice inserem-se no Estado-Providência que se estrutura como estabilizador político-social e garante aos indivíduos os direitos sociais. A noção de política social distingue-se da concepção de Estado-Providência no sentido de que a primeira é um conceito genérico, e o segundo tem uma conotação histórica, situada no tempo, normativa, associada às instituições juridicamente mandatadas para executar e fiscalizar prestações sociais (Mishra, 1995).

No caso das políticas de velhice, a sua formatação e negociação tem sido feita entre as associações patronais, sindicatos e Estado como principais interventores na sociedade moderna. O objectivo do primeiro tem sido definir as relações entre velhice e sociedade que melhor se adequem aos imperativos do sistema produtivo de cada conjuntura. Os sindicatos têm procurado fazer prevalecer uma definição de política de velhice orientada para medidas de política de ‘reforma’, entendidas como um direito social do trabalhador. O Estado tem assumido um papel de moderador dos compromissos sociais entre essas duas forças inclinando-se, em cada momento, para uma das partes conforme o jogo de forças presente (Guillemard, 1988). O sistema de segurança social, corporizado nas instituições e regimes, resultou da superação da situação de conflito entre o grande patronato e as fracções da classe operária excluídas dos interesses de produção (Offe, 1984). Isso percebe-se na história da

‘reforma’ dos indivíduos nos Estados Unidos, engendrada pela política patronal, ao criar a categorização de “trabalhadores profissionalmente idosos” associada à difusão da organização científica do trabalho e aos esforços da sua mecanização e intensificação (Graebner, 1980).

A velhice como problema social tornou-se visível na classe operária devido à extensão rápida, sobretudo a partir de meados do século XIX, da organização capitalista do sistema produtivo e do sistema de atitudes que lhe advieram (Lenoir, 1998), associadas à manipulação da idade da velhice. A questão colocou-se no sentido de saber quem assumiria a responsabilidade social dos indivíduos “profissionalmente idosos” que deixavam de ter salário. Estava em causa a organização estratégica do equilíbrio de forças antagónicas o que colocou o Estado a assumir essa responsabilidade numa lógica de “condensação material de forças” mostrando-se o local privilegiado para a classe dominante se organizar.

Nesta perspectiva, as políticas sociais são vistas como forma de atenuar tensões e, ao mesmo tempo, de plataforma legitimadora do poder político, criando condições para que a política estatal regulamente e socialize todo o processo de proletarianização. Denotam, também, uma capacidade das classes trabalhadoras em reivindicarem melhores condições de vida enquadradas na expansão do mercado que corre em paralelo com o fenómeno de concentração do capital e da indústria. Nesse contexto emergem as práticas de classe (sindicatos, associações patronais, partidos operários) organizadas para a defesa e negociação colectivas. A evolução do sector económico terciário reforçou a expansão de uma classe média associada ao sector de serviços que, no quadro dessas negociações,

passou a assumir o papel de actor político. Nesse contexto surgem as preocupações do foro político-social associadas à manutenção e legitimação da ordem vigente que induziu a inflexão da teoria Keynesiana, baseada na ideia de igualdade, para uma intervenção estatal baseada na ideia de segurança (Isuani, 1991).

As políticas sociais de velhice são a estruturação, explícita ou implícita, das relações entre a velhice e a sociedade através das intervenções públicas. As políticas de velhice dirigem-se à população ‘não produtiva’ encarada como grupo homogéneo que vive num período de vida que se apresenta com necessidades e problemas sociais comuns. Afirmamos que não há uma velhice, mas velhices distintas na medida em que as ‘pessoas de idade’ têm cursos de vida diferenciados e é em função das condições específicas de existência, da posição que cada uma ocupa na estrutura das relações sociais e do seu estatuto social, que se pode perceber a variedade de práticas sociais desenvolvidas pelas ‘pessoas de idade’.

Conhecer a orientação dada às políticas sociais de velhice implica compreender de que forma os vários agentes constróem as diversas dimensões que as constituem. Mais concretamente, associar essas dimensões a correntes de ideias, crenças e representações, a formas como se organiza a experiência, a formas de gerir o tempo e o espaço, a idade e o género, o trabalho e o dinheiro, a festa e o luto, e interrogar-se sobre o perfil ideológico dos agentes que concebem as políticas sociais e o dos agentes destinatários. Bourdieu (1992) afirma que as diferentes condições de existência são interiorizadas na forma de sistemas de disposições que, por sua vez, se constituem em estruturas

condicionadoras da acção. Nesse caso, o modo como cada indivíduo sente e vive a velhice, o que os agentes sociais pensam, dizem ou fazem, depende em larga medida de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e situam, uns em relação aos outros, em posições sociais distintas, com desiguais recursos e poderes, oportunidades e disposições.

Associamos aqui a noção de *habitus* de Bourdieu (1992), porque dá conta de que os agentes sociais não são partículas de matéria determinadas por causas externas, nem pequenas “manadas” que executam programas de acção racionais guiados por razões internas de um dado grupo. No caso das ‘pessoas de idade’ a sua retirada da participação no processo produtivo, confronta-as com mudanças bruscas nas estruturas objectivas, não coincidentes com as estruturas mentais associadas ao seu lugar de classe. Isso cria um desfasamento que as induz para reacções de inadaptação com comportamentos inoportunos, aos olhos do modelo económico e político vigente. Bourdieu afirma que são esses comportamentos que validam a concepção de políticas sociais numa perspectiva de regulação da ordem desses grupos sociais. O ajustamento do *habitus* às condições objectivas é uma situação particular de cada indivíduo dado que os agentes sociais tendem a persistir no seu próprio “ser” por que são dotados de disposições duráveis, capazes de sobreviver às condições económicas e sociais da sua própria produção. Esse processo não pode ser universalizado sob pena de ser confundido com o modelo de reprodução social, apenas viável quando as condições de produção do *habitus* e as condições do seu funcionamento são idênticas.

A situação de ‘reforma’ dos indivíduos induz a um confronto que passa pela diminuição de rendimentos repercutindo-se no empobrecimento dos níveis de vida, com restrições económicas e sociais, agravados pelo aumento de despesas com saúde. Releva-se o caso das reformas antecipadas como um duplo confronto que, no dizer de Guillemard (1988), surgiram como um instrumento racional para afastar da produção os trabalhadores com mais idade e menos produtivos, a fim de favorecer a promoção e recrutamento de indivíduos jovens considerados mais eficazes. Nesse quadro, as empresas encaram a ‘reforma’ como meio de controlo do respectivo grupo de assalariados. O Estado reconhece tecnicamente a velhice e empenha-se na criação de estruturas de apoio dirigido aos “trabalhadores”, recenseados como tal, e classificados de “idosos”.

3. 2. As concepções da velhice nos documentos

Os documentos divulgados sobre a velhice reflectem o percurso das concepções de velhice na formatação das políticas sociais. As políticas sociais universais, como base do Estado-Providência, tratam os cidadãos de forma homogénea. Isso engendra uma personalidade humana menos multifacetada que a do *habitus* inicial, ou seja, menos imprevisível e mais unidimensional, na perspectiva de quem sofre o processo, com a interiorização da racionalidade formal. Lenoir (1998) associa as políticas sociais universais à filosofia de inserção social de ‘pessoas de idade’ cujos modos de vida são definidos como um processo de retraimento da vida social e uma redução dos seus papéis sociais. Esse processo inclui especialistas que, no dizer de Castel (1985), exercem uma acção nos

indivíduos que tem por efeito transformar as categorias mentais em instituições, no sentido de adquirirem uma força e uma eficácia reais. Exercem um magistério fundamentado num saber que produz “factos normativos”, qualificações e desqualificações que têm o estatuto de direito. O mandato do especialista, mais do que um mandato técnico, é um mandato que exige capacidade para definir normas, em que não arbitra entre opções técnicas, mas sim na escolha de valores.

As políticas do ‘modo de vida’ aparecem como “contra-decisão” sobre a filosofia central da política de velhice e de ‘reforma’ do Estado-Providência. Associam-se a um acentuar de políticas que privilegiem um acolhimento do ‘modo de vida’ das ‘pessoas de idade’. A dinâmica dessas políticas de velhice baseia-se numa relação dialéctica entre o sistema administrativo público e a sociedade civil, articulada por grupos intermédios. Esses grupos, designados de “notables” (Guillemard, 1988) são os interlocutores representantes de grupos de interesses independentes da pertença de classe e têm condições para liderar processos de negociação com o Estado. Nessa relação, o Estado redefine o seu papel quanto à gestão das relações entre velhice e sociedade civil.

A prevalência das políticas do ‘modo de vida’ tem vindo a ganhar força através de documentos oficiais. A sua tendência levou a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1991, a adoptar oito princípios de defesa das ‘pessoas de idade’ (Recomendação 46/91). Um dos princípios refere-se à *dignidade e segurança das pessoas idosas* e tem como objectivo o fim da violência sobre as ‘pessoas de idade’. Já a Primeira Assembleia Mundial de Envelhecimento realizada em Viena, em 1982, através do Plano

Internacional de Acção, apontou medidas para retrain esse tipo de violência. Mais recentemente, o Conselho da Europa emitiu a Recomendação de 18 de Setembro de 1998 onde se afirma que *“quando a liberdade de escolha não é possível em razão da incapacidade da pessoa idosa, uma protecção jurídica deve ser assegurada”*.

Evidencia-se um diagnóstico e uma posição das organizações mundiais sobre a forma como a velhice é tratada socialmente. Com o intuito de resgatar a dignidade das ‘pessoas de idade’, a Assembleia Geral das Nações Unidas decretou o ano de 1999 como o “Ano Internacional das Pessoas Idosas” convidando os países da união europeia a desenvolver actividades em favor das mesmas. No caso português foi criada a “Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Idosas” que cessou funções em 31 de Março de 2000. Essa decisão das Nações Unidas é reveladora da preocupação com as particularidades dos modos de vida das ‘pessoas de idade’, numa concepção de Estado que promove políticas de inserção social da velhice e reconhece a cidadania dos indivíduos com os direitos que daí lhes advêm. Remete-nos também para concepções de política do modo de vida que ultrapassam a que é centrada em transferências monetárias na forma de pensões de idade e de reforma. Essa intenção acentua-se na Segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento das Nações Unidas, realizada em Abril de 2002 em Madrid, com a aprovação do Plano Internacional de Acção sobre o Envelhecimento e a Declaração Política. O envelhecimento esteve no centro do debate mundial e foi reconhecido o objectivo de construir uma sociedade inclusiva para todas as idades, garantindo um envelhecimento com segurança, dignidade e participação na sociedade usufruindo dos

plenos direitos. A Declaração Política mobilizou a cooperação internacional como complemento das acções nacionais para potenciar os conhecimentos das 'pessoas de idade' (Nações Unidas, 2002). Esses dois documentos evidenciam uma atitude em contrariar a tendência que, na modernidade avançada, nega aos indivíduos a experiência de serem reconhecidos e valorizados pelos outros, induzindo a sua exclusão. Sennett (1999) afirma que a inclusão exige o reconhecimento mútuo aos indivíduos de estarem legitimamente envolvidos num empreendimento comum. Ou seja, a legitimidade dos membros de um grupo sentirem que são ouvidos, que lhes é dada atenção e que possuem aquilo a que a lei chama "estatuto":

Acreditamos em direitos humanos universais que proclamam que todos os seres humanos possuem uma dignidade igual e intrínseca. Pretendemos que todos os cidadãos reconheçam o valor daqueles que professam opiniões contrárias ou têm necessidades e interesses diferentes (Sennett, 1999: 1).

Sublinha-se a actuação da Fondation Nationale de Gérontologie - FNG ao elaborar, em 1997, a *Carta dos Direitos e Liberdades da Pessoa Idosa Dependente*⁵ no sentido de se reconhecer a dignidade e preservar os

⁵ A *Carta dos Direitos e Liberdades da Pessoa Idosa Dependente* foi divulgada com o patrocínio do Ministério dos Assuntos Sociais do governo francês. Foi traduzida para português por Paula Guimarães, jurista, ao tempo coordenadora da Divisão das Políticas de Envelhecimento e Dependência do Instituto para o Desenvolvimento Social e membro da Comissão de Juristas para a Protecção dos Maiores Incapazes. Também por Maria de Lourdes Quaresma, ex-directora do Serviço de Investigação e Análise Social da Direcção Geral da Acção Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade; representante da União das Mutualidades Portuguesas no Conselho Nacional para a Política da 3.ª Idade; responsável da pos-graduação em gerontologia social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (www.fng.fr consultado em 8 de Maio de 2004).

direitos das ‘pessoas de idade’ dependentes. O documento acentua o direito dessas pessoas a delinear o seu projecto de vida escolhendo o modo de vida propiciador do seu bem-estar. Qualquer que seja a estrutura de acolhimento que a enquadra - no próprio domicílio, em instituição, em família de acolhimento ou outro domicílio - a constante deve ser a qualidade de vida e o conforto moral e físico de forma a manter a sua privacidade e favorecer a acessibilidade e mobilidade. Na referida Carta são focados aspectos associados ao direito à informação da própria situação facilitando a sua inclusão social, o exercício dos direitos e protecção jurídica do indivíduo no sentido de exprimir as orientações para a sua vida, o respeito pelo fim de vida do indivíduo, o direito à prestação de cuidados por pessoas qualificadas, a liberdade de consciência e prática religiosa, a preservação da autonomia e prevenção da dependência com valorização das actividades que exprimem aspirações do indivíduo e não actividades estereotipadas e infantilizadas. Releva-se também o direito à vida social activa com a presença de uma rede sócio-familiar, a preservação e gestão do seu património e rendimentos disponíveis, a investigação multidisciplinar sobre o envelhecimento com vista ao melhor conhecimento do tema e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das ‘pessoas de idade’ dependentes e prevenção da dependência.

Nessa reformulação dos princípios gerais de olhar a gestão da velhice, os Estados designam, de igual maneira, os novos grupos mediadores entre o Estado e a sociedade civil. As autarquias locais e as instituições públicas e particulares sem fins lucrativos que perseguem fins de acção social, constituem o canal para o encadeamento de uma nova política de modo de vida que servirá de âncora social para a acção pública. Trata-se de um

olhar para a velhice, não tanto numa perspectiva assistencial, mas no sentido da produção de serviços apropriados a uma velhice saudável com carácter preventivo. É o caso de políticas focalizadas com programas específicos de promoção da mobilidade das 'pessoas de idade'. Promovem estratégias que incentivam actividades físicas recomendadas para ambientes seguros, preservação da qualidade de vida e do meio ambiente.

Sant'Anna *et al* (2003) com base no relatório da Organização Mundial de Saúde de 2002 dão conta de programas sociais e investigações realizadas no campo do envelhecimento, particularmente, na prevenção da dependência. Referimo-nos a alguns que evocam a qualidade de vida das 'pessoas de idade' quer nas dimensões individuais, quer nas dimensões estruturais. Temos na Suíça um programa para pessoas com mais de 60 anos (WHO, 2002) com objectivos de aumentar o nível de mobilidade dessas pessoas, estimular a utilização de meios de transporte disponíveis na comunidade local, motivar as pessoas a testar diferentes modos de transportes, promover actividade física diária como prevenção contra doenças mais comuns nas 'pessoas de idade' e aumentar a autonomia e independência dessa população. O apoio em cursos modulares visa renovar o conhecimento existente sobre o sistema de transportes na comunidade, reduzir as ansiedades e as barreiras associadas às modernas tecnologias envolvendo os transportes públicos. Em Graz existem "Lojas de Mobilidade" (FGM-AMOR, 2002) que embora sejam dirigidas ao público em geral, favorecem as 'pessoas de idade' nos seus deslocamentos. Disponibilizam diversas informações sobre transportes, público ou privado, motorizados ou não, incluindo o sistema de *car-sharing*,

com folhetos informativos referentes a horários, tarifas, serviços especiais, mapas e roteiros turísticos e de deslocamentos urbanos.

Em termos de mobilidade discutiu-se, na última conferência sobre Gestão de Mobilidade (em Gent, 2002), a introdução de novos actores e novas estratégias de gestão de oferta de bens e serviços, bem como a importância das parcerias na identificação destes novos "mercados" associados a 'pessoas de idade'. No campo da promoção da saúde, destaca-se o incentivo ao uso de bicicleta nos países em que o seu uso é tradicional. Neste domínio, a Bélgica e a Holanda desenvolvem programas voltados para a mobilidade da população com 60 ou mais anos de idade, concretamente o patrocínio de dois projectos pelas associações de ciclistas dos dois países, com o objectivo de permitir e incentivar as 'pessoas de idade' a pedalar por mais tempo e de forma segura na hostilidade no trânsito. São cursos que duram um dia e incluem palestra sobre a importância de continuar a pedalar; teste interactivo sobre regras de trânsito; medidas de acuidade visual e auditiva; noções de revisão mecânica e de condições de manutenção da bicicleta. Promovem exercícios físicos e formação de habilidades específicas como melhores formas de começar a pedalar, como parar repentinamente e pedalar com uma mão. O curso termina com um passeio na comunidade e uma avaliação final. Um produto derivado dos cursos são os "clubes de idosos" que reúnem indivíduos a pedalar juntas semanalmente (WHO, 2002). Israel promove incentivos para viagens pedestres dado que 40% dos acidentes pedestres envolvem 'pessoas de idade'. Foi criada uma comissão nacional para a concretização de um programa dirigido a pessoas com 60 anos de idade ou mais, com o objectivo de promover

saúde e hábitos seguros de caminhada. Cada cidade ou região do país possui um voluntário, responsável pelo programa. Os que gostam de andar e têm perfil para serem líderes de grupo, participam numa formação e constituem grupos de caminhadas com ‘pessoas de idade’ da vizinhança. Participaram no programa cerca de 6000 pessoas, em 2001 (WHO, 2002).

Relativamente à educação de trânsito, o autor refere-se a um programa desenvolvido na Alemanha para motoristas ‘de idade’, organizado em quatro seminários com o objectivo de actualização das normas de trânsito e resolução de problemas associados à experiência do motorista ‘de idade’. Na Holanda, foi desenvolvido um manual de segurança no trânsito para as ‘pessoas de idade’, com vista à motivação das organizações locais em promover segurança no meio ambiente. Foi criado um programa de avaliação para motoristas voluntários com mais de 50 anos – BROEM, subsidiado pelas autoridades municipais, incluindo a avaliação do estilo de condução, acuidade visual e um curso de reciclagem para condução defensiva. O Reino Unido tem priorizado programas, a nível local, de auxílio prático a motoristas ‘de idade’ onde são tratadas questões que envolvem habilidades físicas e desempenho ao volante.

Ao nível da prevenção na condução o autor salienta o *American Institute for Public Safety – AIPS* (AIPS, 2002), nos Estados Unidos, como mentor de cursos em vídeo para motoristas ‘de idade’ *Mature Driver* que inclui informações relativas a tempo de reflexão, perda de visão e outros factores associados ao processo de envelhecimento. Uma vez concluído o curso com êxito (em sala de aula, por video ou *web-sites*), o motorista pode obter um abatimento no prémio do seguro do automóvel. Os cursos podem ser

compulsórios, no caso do motorista ter cometido infracção grave. A maioria dos estados americanos oferece programas educativos para motoristas com 55 ou mais anos de idade. Também a Foundation for Traffic Safety criou uma página na internet (*Senior Driver Website*, 2002) com o objectivo de informar e auxiliar os motoristas ‘de idade’ na condução segura tendo em conta a saúde, preparação para a condução, condução em si e planeamento da viagem. Nos Estados Unidos é oferecido o curso de reciclagem *Alive@55*, orientado para a segurança do motorista com idade igual ou superior a 55 anos, onde se aborda o processo de decisão ao volante, as mudanças físicas e a segurança pessoal, quando confrontados com situações agressivas. O mesmo tipo de actuação ocorre no Brasil, com a Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo - CET/SP, que promove o *Programa de Educação de Trânsito para a Terceira Idade* com objectivo de informar e sensibilizar a ‘pessoa de idade’ para um comportamento preventivo no trânsito.

A economia de mercado, na sociedade moderna avançada, revela-se atenta ao novo segmento de mercado - ‘pessoas de idade’ - ao fazer sobressair as empresas da indústria automóvel que adaptam as diversas tecnologias na fabricação dos automóveis, para atender as necessidades específicas dos motoristas ‘de idade’. Exemplo disso são a *General Motors*, que coloca o painel mais baixo para ajudar na leitura com óculos bifocais; a *Mercedes-Benz*, com faróis para auxiliar a reduzir os reflexos da via; a *Lincoln Town*, com o controle duplo de som e ar condicionado, instalado no painel e no volante, maçanetas e mudanças em formato ergonómico para mãos com artrite, faróis com lâmpadas cujo reflexo nas placas é semelhante à luz do dia, e ajuda na diferenciação de cor (por

exemplo, vermelho e laranja). A mensagem contida nestes comportamentos é que o aumento da segurança para os motoristas ‘de idade’ pode dar-se através da difusão de informação e força do mercado com produtos diferenciados para este segmento (Sant’Anna *et al*, 2003).

A Organização Mundial de Saúde elaborou o guia de envelhecimento *Keeping Fit in Old Age* (traduzido para português, em 2002, pela Direcção Geral de Saúde do Ministério da Saúde), onde faz recomendações de manutenção da saúde nas ‘pessoas de idade’. Sugere que se adquiram hábitos diários de caminhar, fazer exercício físico, praticar natação, andar de bicicleta e dançar. No âmbito alimentar a recomendação é de uma dieta equilibrada alertando para os perigos da má nutrição, falta de sono, higiene pessoal, e não actividade intelectual e social. Alerta para as alterações da visão, do olfacto e paladar, audição, osteoporose, falta de ar, vertigem, incontinência e para o domínio da prevenção de acidentes⁶.

⁶ Pode ser consultada a legislação internacional produzida no âmbito do envelhecimento e dependência:

Convenção dos Direitos Humanos e Biomedicina;

Carta dos Direitos e Liberdades da Pessoa Idosa Dependente;

Princípios das Nações Unidas em Prol das Pessoas Idosas;

Declaração de Amsterdão sobre a Qualidade Social da Europa de 10 de Junho de 1997;

Declaração de Viena da Conferência internacional Especializada “Envelhecer na Europa: a solidariedade entre gerações, base da coesão social”, 16 de Novembro de 1998;

Recomendação n.º R(98)9 do Comité de Ministros aos Estados-Membros;

Declaração Final do Parlamento dos Idosos, de 22 a 24 de Novembro de 1993;

Recomendação n.º R(99)4 do Comité de Ministros sobre os Princípios Relativos à Protecção Legal dos Adultos em Situação de Incapacidade;

Plano Internacional de Acção para o Envelhecimento da Organização Mundial de Saúde (VIVER, 2002).

Podemos encarar o alcance preventivo destes compromissos como tendo um duplo significado. Por um lado, dirige-se a um conjunto de grupo de idades, e não apenas ao sector dos mais desfavorecidos desse grupo, apanágio das políticas sociais tradicionais. Por outro lado, abre um campo de actuação aos trabalhadores sociais, de saúde e outras áreas profissionais, oferecendo-lhes a possibilidade de revalorizarem e desenvolverem as suas profissões, até aí de índole assistencialista, e num espaço restrito:

O encaminhamento para a execução de uma política nova do modo de vida da velhice resulta das interacções complexas entre um projecto tecnocrático inovador, concebido no quadro de um Estado voluntarista, na procura de novos canais de intervenção mais directos sobre os problemas sociais que neste contexto se coloca, de alguma forma, como animador da sociedade civil, e uma série de actores locais políticos e profissionais que, por razões diversas, encontram um interesse comum na promoção de um modelo alternativo de gestão da velhice (Guillemard, 1988: 130).

Esse modelo de gestão conduz as negociações para um novo campo, no qual os protagonistas passam a ser os responsáveis político-administrativos e os especialistas da instituição. Lenoir (1998) interpreta o discurso institucionalizado de gestão da velhice, como a reacção às exigências dos indivíduos que ganham força como grupo.

3. 3. A velhice e o Estado português

Em Portugal, o avanço da industrialização ocorreu tardiamente e com poucos investimentos, dado o condicionamento dos imperativos políticos do Estado Novo, que manteve o país essencialmente ligado a uma agricultura de subsistência inibindo uma parte substancial da população de aceder aos regimes de caixas de reforma.

Do mesmo modo, o envelhecimento da população portuguesa e a política de velhice mereceram, pela primeira vez, na sessão n.º 169 da Assembleia Nacional, a 13 de Fevereiro de 1969, a atenção do Estado português num período em que outros países da Europa o abordavam de forma desenvolvida. Nesse mesmo ano realizou-se em Portugal um seminário intitulado *Política para a Terceira Idade*, orientado por Paul Paillat, com o objectivo de contribuir para a definição das bases de uma política social dirigida às ‘pessoas de idade’. Subjacente a essa definição inovadora na época, estava o reconhecimento da necessidade de intervenção pública com vista a suprir deficiências provenientes de uma política de reforma ineficaz e insuficiente. Aos funcionários do Estado era garantida uma pensão de reforma, concedida de acordo com o número de anos de serviços prestados. No sector privado, apenas alguns sectores da indústria e do comércio estavam organizados em caixas particulares de reforma que abrangiam os trabalhadores desses sectores que para elas descontassem (Quaresma, 1988).

A década de setenta do século XX, marca a época em que começou a falar-se dos problemas da “população idosa” e de políticas de velhice. O

Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro, alterou a orgânica do Instituto de Assistência aos Inválidos, que se transformou no Serviço de Reabilitação e Protecção aos Diminuídos e Idosos, do Instituto da Família e Acção Social dependente da Direcção-Geral de Assistência Social (Quaresma, 1988). Esta modificação revelava sinais de preocupação emergente nos órgãos de decisão política do Estado Novo. Numa lógica assistencial é criado o departamento responsável pelo estudo e soluções para os problemas das 'pessoas de idade'. A velhice adquire uma autonomia relativa motivada por uma certa identificação de categoria de indivíduos com contornos específicos a que se associavam necessidades várias mas igualmente específicas (Fernandes, 1997).

Sustentava-se em duas modalidades de protecção: *assistência social* (Lei n.º 1998, de 15 de Maio de 1944) cujas actividades resultavam das iniciativas particulares e *previdência social* (Decreto-Lei n.º 23048, de 23 de Setembro de 1933) que remete para as entidades profissionais e para os trabalhadores o financiamento da previdência social e a administração das respectivas instituições de previdência social que tinham o papel de proteger os trabalhadores na invalidez, desemprego involuntário e pensões de reforma (artigo 48.º). O alargamento das eventualidades cobertas pelas caixas de previdência, fez-se mais tarde pela Lei n.º 2115, de 18 de Julho de 1962, passando a considerar-se os familiares dos beneficiários.

Em 1974, no âmbito da instauração da democracia política e da organização dos partidos, lutou-se pelo reconhecimento paralelo dos direitos cívicos e políticos, dos direitos económicos e sociais e dos direitos à qualidade de vida e ao ambiente. Foram também reconhecidos os

direitos às contratações colectivas dos trabalhadores, ao salário decente, à saúde e à segurança social. O programa de acção do II Governo Provisório em 1974 não valorizou, no conjunto das medidas de política social, a prioridade de adopção de novas providências na invalidez e velhice. Serviu-se de um diagnóstico preliminar dos problemas para indicar algumas medidas de carácter correctivo como a criação de unidades residenciais para acolhimento das ‘pessoas de idade’ sem família e a remodelação dos “asilos” existentes. As preocupações, na época, estavam viradas para a generalização e actualização das reformas (Quaresma, 1988).

Santos (1992b) afirma que a Constituição Política de 1976 aponta para a instauração de um Estado-Providência e uma sociedade socialistas. Adianta que aquando da sua promulgação o projecto de Estado e sociedade, nela consignado, estava já em crise na medida em que se evidenciava a aproximação entre política e economia. À medida que o Estado-Providência se ia consolidando, as suas políticas mudaram de natureza, nomeadamente, as políticas distributivas que foram sendo gradualmente substituídas por políticas produtivas de cariz capitalista:

Se antes de 74 não houve a participação autónoma dos trabalhadores, depois de 74 não houve a participação autónoma do capital e, dada a natureza dos processos políticos desencadeados pela revolução, é mesmo duvidoso que tenha havido participação autónoma dos trabalhadores. Se antes de 74 se procurou tornar dispensável a democracia, no imediato pós 74 procurou-se tornar dispensável o capitalismo. Trata-se de dois períodos de sinal político completamente diferente mas

em nenhum deles se procurava constituir um Estado capitalista e democrático do tipo Estado-Providência. Em ambos os períodos existe um Estado capitalista, que no primeiro período não quer ser democrático e no segundo não quer ser capitalista (Santos, 1992b: 215-216).

A adopção de modelos de Estado de Bem-Estar, em 1974, de países europeus desenvolvidos e a integração efectiva na União Europeia, em 1986, designada por Comunidade Económica Europeia - CEE na época, provocaram uma inflexão do processo com tendência progressiva para uma liberalização da economia e do mercado, com o concomitante atenuar da intervenção do Estado no domínio das políticas sociais. Portugal importou a ideia de crise do Estado-Providência e as medidas de restrição das práticas desse modelo, escamoteando os desníveis de maturação do modelo nos diferentes países:

Enquanto nos países capitalistas centrais, esta solução foi o resultado de um processo social lento, um processo de desenvolvimento orgânico, de maturação cognitiva e de organização autónoma, tanto da burguesia como do operariado, por via do qual estas duas classes ocuparam paulatinamente o centro da vida colectiva, em Portugal, a institucionalização dos conflitos foi o resultado de rupturas políticas profundas e rápidas (Santos, 1992b: 132).

De facto, os direitos cívicos e políticos emergiram da luta contra o Estado e assentam parcialmente numa apropriação individual, visível após a democratização do Estado em 1974. Os direitos económicos e sociais assentam em transferências de pagamentos e em políticas redistributivas,

que só o Estado pode realizar, e que historicamente tem feito através do incipiente Estado-Providência. Fernando Maia sublinha que:

De 1980 a 1987, os superávites do regime geral de segurança social suportaram 361 milhões de contos de défices dos outros regimes de protecção social e da acção social (Maia, 1988: 37).

Daqui ressalta uma lógica de financiamento descoincidente da lógica tripartida definida na Lei de Bases da Segurança Social n.º 28/84, manifestando o predomínio da antiga lógica previdencial que, segundo Rosa (1992), a confirmar-se no futuro tenderá para o colapso do sistema de segurança social, tanto mais que:

A importância relativa das despesas com as pensões no total das despesas correntes se revela cada vez mais significativa, representando 42.2% em 1975, 64.3% em 1980 e 70% em 1990 (Rosa, 1992: 181).

A demonstrar o curso das políticas sociais de velhice em Portugal anotamos a discrepância temporal entre a Constituição da República de 1976, na qual se defende a criação de uma “política de terceira idade” e a sua efectiva concretização. De acordo com Quaresma (1988), só a 24 de Outubro de 1979 foi criado, por despacho ministerial, um grupo de trabalho para efectuar uma caracterização sumária da situação da população ‘de idade’ nacional e propôr uma política integrada para este grupo. O relatório final, apresentado em 1980, não teve efeitos práticos imediatos embora a Constituição, revista em 1982, reafirmasse todos os princípios antes consagrados, inconsequência no desenvolvimento de acções:

Não terá sido alheio o facto de não existir nenhum órgão com efectiva capacidade de coordenação ao nível do indispensável diagnóstico da situação, da definição, execução e avaliação das medidas de política bem como da imprescindível análise prospectiva (Quaresma, 1988: 228).

Posteriormente foi criada a Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade - CNAPTI (Resolução do Conselho de Ministros n.º15/88, Diário da República de 23 de Abril) afecta ao Ministério do Emprego e Segurança Social com o objectivo de analisar a situação da “terceira idade” em Portugal, recolher informação sobre as aspirações desse grupo social e estabelecer intercâmbio com instituições afins. Ao Ministério do Emprego e Segurança Social competia a acção social, o apoio técnico às instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos e fiscalizar o funcionamento dos Lares lucrativos dirigidos às ‘pessoas de idade’. Esta Resolução caracteriza-se como um importante passo para a implementação de políticas sociais de velhice em Portugal, que permitiriam melhores condições de vida às ‘pessoas de idade’. Do seu comportamento activo resultaram diplomas legais que contemplam o ‘modo de vida’ da geração ‘de idade’, como por exemplo, o Decreto-Lei n.º 141/89 que estabelece normas de funcionamento do apoio domiciliário, voluntariado social e ajudantes familiares, e o Despacho Normativo n.º 67/89 da Secretaria de Estado da Segurança Social que define normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento de Lares com fins lucrativos de apoio a ‘pessoas de idade’ (Informática, 2000).

A política social da velhice concretizou-se, progressivamente, através de medidas de políticas sectoriais no âmbito da segurança social, saúde, justiça, cultura e lazer. Destacamos a legislação de arrendamento, Lei n.º 55/79, de 15 de Setembro, que alterou o regime de denúncia do arrendamento urbano pelo senhorio, impedindo-o desde que o inquilino tenha 65 ou mais anos de idade. Posteriormente, o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 328/81, de 4 de Dezembro, estabelece que “nos casos de caducidade do contrato de arrendamento para habitação por morte do arrendatário, gozam do direito ao novo arrendamento, sucessivamente: (...)

b) os subarrendatários, salvo se a sublocação fosse ineficaz em relação ao senhorio, preferindo, entre eles, o mais antigo”. O n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma dispõe: “Sendo várias as pessoas nas condições da alínea a) do número anterior, o direito a novo arrendamento cabe em primeiro lugar aos que convivam com o arrendatário há mais tempo, preferindo, em igualdade de condições, os parentes e os de grau mais próximo aos de grau ulterior, mantendo-se a igualdade de condições, prefere o mais idoso”.

Relativamente ao direito prisional, o n.º 3 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, refere que: “podem ser isentos do dever de trabalhar os reclusos de idade superior a 65 anos”. O n.º 1 do artigo 76.º dispõe sobre: “o recluso que, em virtude da sua idade ou invalidez, não trabalhe, recebe uma quantia determinada, em dinheiro, para pequenos gastos”.

No âmbito da participação sócio-cultural foram adoptadas algumas medidas incentivadoras à participação sócio-cultural das ‘pessoas de

idade', nomeadamente, o acesso à utilização de transportes urbanos e ferroviários com tarifas reduzidas, inicialmente sujeitas a horários limitados e sazonais, restrição abolida em Fevereiro de 1995, passando o beneficiado a utilizar os referidos transportes a qualquer hora do dia e em qualquer época do ano. Foi também deliberado o acesso a espectáculos de teatro e cinema a preços reduzidos, por iniciativa de algumas empresas, o acesso gratuito a museus, redução em 50% da taxa de aluguer do telefone mediante comprovação da situação de reformado ou pensionista e de um rendimento mensal inferior ao salário mínimo nacional.

No âmbito da segurança social destaca-se a instituição de prestação de pensão social em 1974, complemento por cônjuge a cargo e suplemento de grande invalidez, em 1975 bem como o alargamento da taxa de cobertura de pensões nos regimes geral, rural e não contributivo. Os dados do Centro Nacional de Pensões (1995) elucidam sobre o grande aumento de pensionistas no período de implementação do Estado-Providência. De facto, entre 1970 e 1993, o número de pensionistas do regime geral aumentou de 51.634 para 1.557.878. O regime não contributivo, accionado a partir de 1976 com 26.330 pensionistas, atingia em 1993 o número de 159.803. O regime rural iniciou em 1978 com 558.374 pensionistas baixou para 330.138, em 1981, vindo posteriormente a aumentar para 574.485 em 1993. Essa oscilação deve-se à integração neste regime, de actividades autónomas diversas. João Gonçalves (2002) na avaliação da segurança social, no quinquénio 1995-2000, faz sobressair o crescimento de 6% de pensionistas traduzindo-se num aumento de 137.000. Os pensionistas do regime geral, representavam, em 1995, 70% do universo dos pensionistas

dos regimes de segurança social. No mesmo ano, o regime especial de actividades agrícolas havia 23% de pensionistas e no regime não contributivo o valor era de 7%. Em 2000, aumentavam para 77,2% os pensionistas do regime geral e diminuía para 17,4% os pensionistas do regime especial de actividades agrícolas e para 5,4% os do regime não contributivo. Este comportamento explica-se pelo crescimento de 2% de beneficiários inscritos no regime geral entre 1995-1998 e, conseqüentemente, pelo direito a pensões deste regime (Gonçalves, 2002).

Quaresma (1988) refere também o desenvolvimento de acções de financiamento e apoio técnico no sentido de melhorar a qualidade dos equipamentos sociais e prestação de serviços existentes, e a definição de medidas tendentes a promover a diversificação e flexibilidade de respostas sociais coerentes com a filosofia de qualidade de vida que pressupõe manter as 'pessoas de idade' no seu domicílio ou nos contextos sociais, familiares e culturais correspondentes ao seu curso de vida e *habitus* construído. O Quadro I mostra que só em 1976 surgiu a iniciativa de implementação de centros de dia, e em 1981 a implementação de centros de convívio e apoio domiciliário. É neste último que se verifica uma evolução mais acentuada, confluindo com a ideia que contesta o fechamento das 'pessoas de idade' em instituições por estarem dependentes material ou fisicamente (Silveira *et al*, 2002). Em 1993 surgem experiências com residências para 'pessoas de idade' sem estrutura de apoio familiar, como sugestão de espaços alternativos aos Lares tradicionais, oferecendo-lhes a inserção num grupo de poucos

elementos que se pautam por regras relacionais próximas de um grupo familiar.

Quadro I – Número de utilizadores por tipo de equipamento de 1970 a 2000

		Utentes				
Anos	Tipo de Equipamento	Lares	Centros de Dia	Centros de Convívio	Apoio Domiciliário	Residência
	1970		11.185			
1976		11.732	1.050			
1981		16.332	5.737	3.712	531	
1985		18.575	16.697	4.448	1.984	
1987			13.338		4.545	
1992		29.579	34.055	8.033	20.568	273
1998		50.000	36.328	25.315	33.214	
2000		55.000	51.000	25.000	48.000	
2002		58.000	57.000	26.000	59.000	
2004		61.000	60.000	26.000	68.000	
2005		61.000	60.500	30.000	73.000	

Fonte: MESS / Direcção Geral de Acção Social, 1994; DGEPP/MTS, Carta Social, 2000; DGEPP/MTSS, Carta Social, 2005.

Apesar da grande expansão da taxa de cobertura de pensões, as ‘pessoas de idade’ apresentam sinais de risco social pela tendência no isolamento e nos escassos rendimentos, sendo definidas, em 1991, como grupos de risco estabelecendo-se parâmetros de “famílias de acolhimento” para esse grupo de pessoas, mediante contribuição do sistema de segurança social (Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Em 2001 entrou em vigor a Lei de Bases da Solidariedade e da Segurança Social n.º 17/2000, de 8 de Agosto, revogando a anterior Lei n.º 28/84. Manteve os princípios da Lei anterior e introduziu três princípios inovadores: o *princípio da diferenciação positiva*, o *princípio da*

solidariedade primado e o princípio do primado da responsabilidade pública. Reorganiza-se em três subsistemas de protecção social: o *subsistema de protecção social de cidadania*, o *subsistema de protecção à família* e o *subsistema previdencial*. É no subsistema de protecção social de cidadania e no subsistema previdencial que se enquadra a velhice. No primeiro inserem-se as pensões sociais de invalidez, de velhice, de sobrevivência e a rede de serviços e equipamentos, financiadas exclusivamente através de transferências do Orçamento Geral do Estado. No segundo estão as pensões de invalidez, velhice e morte financiadas pelas cotizações dos trabalhadores e pelas contribuições das entidades empregadoras. Altera-se o regime financeiro que passou de repartição, na Lei 28/84, para a conjugação das técnicas de repartição e capitalização, na Lei 17/2000 devido ao aumento demográfico do envelhecimento português (os censos do INE de 1991 registam 13,8% da população com 65 ou mais anos de idade, e os de 2001 registam 16,4% contra 16% com idades entre os 0-14 anos que, em 1991, registavam 20%) e o incentivo à melhoria das condições económicas e sociais⁷. Sobressai o modelo de protecção social bismarkiano baseado na solidariedade profissional e o modelo beveridgeano ao incluir a participação do Estado na criação do fundo de capitalização e no financiamento das prestações que oferece (Saldanha e Marques, 2001).

Mas este sistema manifesta debilidades estruturais associadas a taxas de crescimento económico muito fracas com repercussões na diminuição de

⁷ Entre 1995 e 2000 a proporção de trabalhadores com baixos salários passou de 14.1% para 11.6%. No mesmo período, o salário mínimo para todas as profissões subiu 22.7%. O aumento mais acentuado recaiu no valor da pensão mínima do regime contributivo com 79%, e na pensão social do regime não contributivo com 42% (Capucha, 2002).

receitas para a segurança social agravadas, por outro lado, com o aumento do desemprego e o envelhecimento da população (Costa, 1997). O ministro das finanças, Teixeira dos Santos, admitiu recentemente (2006) que caso não se inverta a situação financeira da segurança social dentro de uma década, poderá não haver suporte financeiro para pagar as pensões (www.público.pt). Também os estudos da OCDE e do Banco Central Europeu mostram que em 2020 os sistemas de segurança social apresentarão défices acentuados. Prevê-se que em 2020 Portugal apresente um défice de 5% do PIB prevendo-se que em 2050 será de 15% sendo valores elevados e difíceis de sustentar (Mateus, 2003). No sentido de obviar a situação, Portugal, elaborou em 2002 uma nova Lei de Bases da Segurança Social que introduziu alterações à anterior de 2000. Releva-se a criação de um sistema de três pilares assente no “plafonamento”, ou seja, pensão pública gerida em repartição (1.º pilar), fundo de pensões gerido em capitalização (2.º pilar) e um esquemas privado (3.º pilar). O 2.º e o 3.º pilares constituem um sistema privado, independente do sistema público (MSST, 2002).

Paralelamente, os debates e as medidas de política associadas à velhice, na década de 90, centraram-se em programas sociais assentes na filosofia da multidimensionalidade e da multicausalidade do envelhecimento e da dependência, encarando as ‘pessoas de idade’ como um grupo heterogéneo, que fundamenta a criação de respostas inclusivas e orientadas para a longevidade e autonomia dos cidadãos. Nessa concepção encontra-se o Programa de Apoio Integrado a Idosos - PAII⁸

⁸ Despacho Conjunto MS/MESS, de 01.07.1994 (DR n.º 166, II Série, 20.07.1994)

Despacho Conjunto MS/MSSS, de 03.09.1996 (DR n.º 204, II Série, de 04.07.1996)

que promove vários projectos de apoio às ‘pessoas de idade’ e suas famílias: Serviço de Apoio Domiciliário - SAD; Centro de Apoio a Dependentes/Centro Pluridisciplinar de Recursos - CAD; Formação de Recursos Humanos – FORHUM; Serviço TeleAlarme - STA; Saúde e Termalismo Sénior; Passes Terceira Idade. Exemplo disso é o Projecto Recriar o Futuro - preparação para a reforma com o objectivo de prevenir situações de dependência e isolamento integrando-as no ciclo de vida e sensibilizar as várias entidades para a necessidade de preparar a reforma dos seus colaboradores e o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico de Concepções Inovadoras - PADECI.

O Programa Idosos em Lar - PILAR⁹ foi criado com o objectivo de estimular a oferta de Lares e residências para ‘pessoas de idade’. O Plano Nacional de Acção para a Inclusão - PNAI¹⁰, criado em 2001, tem por objectivo desenvolver o sector dos serviços de apoio domiciliário com a sua expansão e alargamento de horários de funcionamento durante o dia e fim de semana com vista a assegurar o bem-estar e qualidade de vida das pessoas no seu domicílio.

O Estado tem sido o gestor principal desses programas e projectos. A divulgação e expansão insuficientes leva o Estado a aceitar e beneficiar situações em que as condições de acesso aos benefícios legislados se apresentam com uma larga malha de restrições que, na prática, impede o

Despacho Conjunto MS/MSSS, de 24.07.1997 (DR n.º 192, II Série, de 21.08.1997)

Despacho Conjunto MS/MTSS, 18.09.1998 (DR n.º 239, II Série, de 16.10.1998)

(www.seg-social.pt)

⁹ Despacho da Secretaria de Estado da Inserção Social de 20 de Fevereiro de 1997.

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros de 12 de Julho de 2001.

direito ao respectivo exercício. Esse processo vulnerabilizou a condição de Portugal como país semi-periférico, na medida em que a política social deveria desenvolver-se acompanhando a política económica para compensar as suas insuficiências e corrigir os seus excessos. Na realidade, a orientação foi no sentido de apelar para a ideia de crise europeia e mundial para a contenção das despesas públicas e gastos do Estado relativamente às políticas sociais. Neste contexto, foi sendo progressivamente desvalorizada a componente da força de trabalho e acompanhada pelo aumento da inflação, da taxa do desemprego e da precarização das relações salariais. Santos (1992a) afirma que o Estado tende a actuar de forma residual, atribuindo à sociedade civil a responsabilidade de assumir as lacunas dessa não intervenção. Esta tendência insere-se numa reorganização das despesas públicas, no sentido de privilegiar o investimento social em detrimento do consumo social. Com o aumento das despesas em infra-estruturas colectivas, nomeadamente estradas, escolas, hospitais, lares de idosos, centros de dia e outros equipamentos, o Estado está a socializar parte desses custos e, por outro lado, a criar condições para a rentabilização dos investimentos privados. O Estado tende a retirar-se sempre que pode da produção directa de bens e serviços de consumo colectivo (educação, saúde, habitação, segurança social) e subcontrata a sua produção com empresas privadas ou subsidia essa mesma produção. O Estado oferece assim novas oportunidades de investimento ao capital privado, que rentabiliza progressivamente, em seu proveito, as políticas sociais.

Esta nova aliança entre o Estado e o capital privado dá lugar ao chamado *complexo social industrial* (Santos, 1992b), que traz consignada a

remercadorização dos valores de uso ligados às políticas sociais e, com isso, uma maior restrição das mesmas. Um outro efeito é a divisão clara, no seio do consumo social, entre bens e serviços lucrativos (entregues ao capital privado) e bens não lucrativos (produzidos directamente pelo Estado). Esta divisão induz a ideia de que o Estado é incompetente como produtor de bens e serviços, dando lugar à promoção de uma imagem pública do capital privado. Daqui decorre que a legitimidade que o Estado quer preservar fica assegurada duplamente. Aos beneficiários apresenta um discurso político persuasivo ao argumentar que as transferências de subsídios para o *complexo social industrial* vão no sentido de uma preocupação governativa com o bem-estar da população. Aos detentores do capital privado apresenta-se como um aliado com poderes para assumir custos que facilitam a acumulação (Santos, 1999a). Isto é tanto verdade que cerca de 85% da acção social era assegurada, em 1991, por instituições particulares de solidariedade social. Esse valor mantém-se aproximado em 1999 repartido por 81.9% na oferta de Lares, 85% na oferta de Centros de Dia, 89% na oferta de Centros de Convívio e 62.5% na oferta de Residências (Guerreiro, 2000).

3. 4. Condições de vida na velhice em Portugal

A população portuguesa com 65 ou mais anos de idade -institucionalmente classificada de 'idosa'- fez parte da população activa nos últimos 40 anos. As condições políticas, económicas e sociais do país reflectiram-se em diferentes condições de existência dos indivíduos corporizadas nos percursos vividos pela população. Regista-se que em 1945 cerca de 80% da população portuguesa vivia da agricultura, distribuía-se por pequenas

comunidades rurais, em condições precárias, ao serviço de uma economia nacional estagnada, norteada pelo sistema corporativo, cuja autoridade estatal era legitimada pelo ensino como instrumento ideológico e de controle (Mónica, 1978).

A taxa média de crescimento anual dos salários entre 1960-1965 foi de 5.6% em Portugal, enquanto que, no mesmo período, foi de 12.5% na Itália, 10.2% na Dinamarca, 9.7% na Holanda, 9.3% na Alemanha, 8.1% na Bélgica e de 7.5% em França (Pintado, 1967). O perfil da estratificação social portuguesa, nessa época, constituía-se por um conjunto das classes superiores - classes médias, incluindo a pequena burguesia – que não chegava a representar 20% do total da população, enquanto que as classes trabalhadoras, consideradas em toda a sua extensão, cobriam seguramente cerca de 80%. Foi apurado que a representação da população considerada activa feminina era ínfima, com 0.5% nas camadas superior e média, e 0.3% na camada inferior baixa (Nunes e Miranda, 1969).

No período de 1960 a 1973 Portugal viveu a situação de país de emigrantes tendo, nesse período, abandonado o país um milhão e meio de portugueses para trabalhar nos países mais desenvolvidos da Europa. Houve uma redução na segunda metade da década de setenta devido à recessão económica e social internacional. Na década de sessenta, as mulheres representavam cerca de 20% da população activa empregada vindo a aumentar para 50% três décadas depois. A partir de 1974 a democratização do país induziu o processo de descolonização que provocou a vinda para Portugal de cerca de 650.000 pessoas residentes

nas então colónias. A composição social e profissional da população residente e activa estava empregada no sector primário, em 1960 43,6%, em 1991 10,9% e em 2002 7%. No sector secundário passou de 28,9% em 1960, para 37,9% em 1991 e 34% em 2002. No sector terciário apresentava 27,5% em 1960, aumentando para 51,3% em 1991 e 55% em 2002. Relativamente às remunerações dos assalariados os valores portugueses em 1998, em paridade de poder de compra, era de 63% da média europeia, 71% de Espanha, 91% da Grécia e 57% da França. Com a universalização do estado de protecção social, o número de pensionistas passou de 56.000 em 1960 para 2,5 milhões em 2000. Esta configuração do percurso da população ‘de idade’ evidencia uma precaridade nas pensões sociais devido aos salários baixos ou ausência dos mesmos sustentados por um analfabetismo que atingia, em 1960 cerca de 40% da população portuguesa (Barreto, 2002).

Os valores percebidos das pensões de reforma dão conta que, em 1995, 69,5% dos pensionistas por invalidez e velhice do regime geral auferiam pensões inferiores a 150 euros; 18,9% recebiam pensões entre 150 a 250 euros; 8% situava-se no escalão de 250 a 500 euros e apenas 3,6% auferiam pensões superiores a 500 euros (MSSS, 1996). A pensão média de invalidez e velhice do regime geral era de 210 euros, em 1995, e em 1998 de 250 euros. Relativamente à pensão mínima a sua média era de 73 euros em 1991, 100 euros em 1995, 118 euros em 1998 e 144 euros em 2000. Nesses períodos elas representavam, respectivamente, 36,4%, 38,5%, 40,1% e 45,1% do salário mínimo nacional (IGFSS, cf. Albuquerque *et al*, 2002). Em 2005 a média da pensão mínima era de 236.05 e em 2006 é de 246.26 (http://resistir.info/portugal/pensoes_2006.html).

Percebe-se que a relação entre escalão de pensão e a percentagem de pensões tem evoluído muito lentamente o que evidencia que a população 'de idade' vive com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional. O estudo sobre os níveis de pobreza realizado por Alfredo Bruto da Costa (1993) dá conta que em 1980, 41% dos agregados domésticos pobres eram representados por indivíduos com 65 ou mais anos de idade e que em 1989 esse peso tinha crescido para 47%. A taxa de pobreza cresce quase regularmente com a idade do representante do agregado cujo perfil era de 73% com 70 e mais anos de idade, com 61% de homens e 39% de mulheres. O analfabetismo caracterizava 56% desses indivíduos e 71% não tinha qualquer grau escolar. A sua distribuição geográfica situava-se, predominantemente, em zonas rurais, em lugares com menos de 10.000 habitantes. Apenas 23% vivia em centros urbanos. 34% dos indivíduos viviam sozinhas e a origem dos seus rendimentos era de 91% vivia de pensões, 4% de rendimentos do trabalho, 3% a cargo da família ou de outras pessoas e 2% de rendimentos de propriedades (Costa, 1993).

O autor sintetiza o perfil dessa população em 1980 como (i) a população com 65 ou mais anos de idade era predominantemente rural, situando-se em pequenas localidades com um índice de pobreza significativo, (ii) a pobreza destes agregados não se explica pela dimensão dos conjuntos familiares, (iii) os baixos níveis de educação denunciam baixa qualificação profissional que, forçosamente, se traduz em baixos salários com reflexos no valor das pensões de reforma, (iv) a causa da pobreza destes agregados reside no nível dos respectivos rendimentos, provenientes do baixo nível das pensões:

Nenhum dos três sistemas atravessados pelos representantes destas famílias – o sistema de ensino, o mercado de trabalho e o sistema de segurança social – permitiu que os mesmos se libertassem da pobreza em que presumivelmente nasceram, tendo os três, pelo contrário, contribuído para a perpetuação da desvantagem ao longo do ciclo de vida (Costa, 1993: 103).

Luís Capucha (2005), sustenta que, em Portugal, a pobreza apresenta-se com um valor elevado nos indivíduos reformados. Em 1995 representavam 34% das pessoas pobres, em 1998 passou para 30%, e em 2001 o valor era de 25%. Nos indivíduos com mais de 80 anos a pobreza agrava-se, registando 38% dessa população em 1995, 35% em 1998, e 30% em 2001. Acrescenta que apesar do valor da pensão social ter crescido 30% entre 1995 e 2001, ela situa-se ainda no limiar da pobreza.

Neste quadro social e ideológico os indivíduos adquiriram práticas de distanciamento perante o Estado, ausência de exercício de cidadania e um olhar atomizado para os seus interesses, desencadeando mecanismos de estagnação e aceitação das suas baixas condições de vida. A compreensão desta situação é reforçada pela leitura dos valores das pensões de reforma da actual população portuguesa ‘de idade’ e respectivas carreiras contributivas. De facto, dados de 1995 divulgados pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social afirmam que:

Pensionistas de velhice e invalidez do Regime Geral apresentam uma carreira contributiva que, em média, ronda os 15 anos, enquanto os pensionistas do Regime Especial da Segurança Social das Actividades Agrícolas contribuíram para

a Segurança Social durante um período médio inferior a 4 anos

(MSSS, 1996: 47).

Esses valores mantêm-se aproximados nos dias de hoje o que denota, por um lado, o enfraquecimento da capacidade de poder de compra e de mobilidade das ‘pessoas de idade’ e, por outro lado, a debilidade do sistema de segurança social associado às fracas carreiras contributivas e aos baixos salários da população empregada. Em 2006 59,4% dos pensionistas do regime geral da segurança social tinham uma carreira contributiva com menos de 15 anos, e 14,2% situam-se entre 15 a 20 anos (http://resistir.info/portugal/pensoes_2006.html).

A oferta de serviços legislados para os indivíduos com 65 ou mais anos de idade e com autonomia tem vindo a corporizar-se em espaços de convívio e lazer, com serviços de refeições. Na sua maioria, são espaços circunscritos com condições de acesso e regras de funcionamento definidas pelos respectivos órgãos gestores. As instituições particulares de solidariedade social têm assumido essa prestação de serviço mediante transferências de verbas do Estado para tal fim. A concepção de velhice subjacente à oferta de serviços associa-se a padrões produtivos que induz olhar a velhice como um grupo exterior ao sistema produtivo que consome sem produzir. Nesse sentido, os bens e serviços “oferecidos” pautam-se por critérios minimalistas que pouco têm em conta os interesses e as capacidades dos indivíduos que os utilizam. Tudo decorre na convicção de que os agentes institucionais envolvidos, conhecem e sabem avaliar as necessidades reais dos utilizadores. A ‘pessoa de idade’ é vista como um consumidor passivo na lógica do modelo de conhecimento-regulação

(Santos, 1992a), no qual o saber designa poder orientado para a disciplina. Assim, o lanche gratuito, o baixo custo das refeições e a ocupação de tempos livres com acções predeterminadas ganham uma nova visão filantrópica.

Um estudo realizado em 2002, na zona norte de Portugal, no âmbito do Projecto “VIVER” integrado na Iniciativa EQUAL, sublinha que as instituições se fecham em si mesmas. É referido que na organização institucional *dão vida a quem tem vida e dão silêncio a quem tem silêncio*. Concretamente, na mesma instituição, as orientações divergem por um plano de acção pedagógica que estimula os sentidos das crianças à plena integração social no curso de vida, enquanto que para as ‘pessoas de idade’ o plano de acção pedagógica está genericamente ausente, e o comportamento vai no sentido de lhes facilitar uma vida de descanso embora sabendo que, quando acumulado, retrai a manutenção e desenvolvimento dos sentidos e a exercitação mental. O estudo mostra, também, que a ausência de um plano de acção denota a acção implícita de substituir as ‘pessoas de idade’ negando-lhes a expressão do conhecimento acumulado que serviu o sistema produtivo. O olhar para o conhecimento da velhice entende-o como desactualizado e não produtivo (VIVER, 2002).

A não participação do utilizador nas decisões sobre matérias que lhe dizem directamente respeito coloca-o numa posição de subalternidade, induzindo lógicas tutelares que prescrevem receitas para uma tipologia de necessidades que comprometem a subjectividade das mesmas. Essas lógicas não realçam as potencialidades e capacidades das ‘pessoas de

idade. Elas mortificam-nas com a falta de flexibilidade das normas instituídas e dos padrões homogeneizantes. No entender de Haddad (1989), a política dirigida para este grupo etário corporiza uma filosofia que implica algumas recomendações no sentido de uma educação para a velhice com apreensão das novas formas de estar na vida, ideário que se apoia numa cultura subjacente ao lazer com programas de combate aos estigmas a que estão sujeitas as ‘pessoas de idade por meio de participações activas que podem desenvolver na comunidade. Para a autora, o lazer faz parte do pacote dirigido à ‘terceira idade’ como *“peça cuidadosamente decorada para garantir leveza à arquitectura da vigilância”* (Haddad, 1989: 7). Também Anne-Marie Guillemard sustenta que são precisos novos instrumentos de protecção social que reformule as políticas sociais do ciclo de vida que segmenta as pessoas pela idade (jovem, adulto e velho). Faz sobressair a ideia de reformulação da reforma e dos tempos, no sentido de ultrapassar a subordinação da construção de identidade ao trabalho e securizar o percurso de vida tendo em conta toda a diversidade e sinergia das idades (Guillemard, 2005). Já desde 1997 que a Organização Mundial de Saúde preconiza o conceito de envelhecimento activo que pressupõe a continuidade da integração e motivação das ‘pessoas de idade’ na vida laboral e social. Sugere a adaptação dos postos de trabalho às ‘pessoas de idade’ com alteração de regras e práticas no domínio do emprego, das atitudes e práticas discriminatórias e da melhoria dos ambientes de trabalho facilitadores de uma vida activa mais longa. Sugere, também, a utilização das potencialidades desses indivíduos, promovendo modalidades de trabalho flexíveis acompanhadas de programas de passagem gradual para a reforma (Nazareth, 2003).

CAPÍTULO QUATRO

A identidade social da velhice

A identidade social constrói-se na base de uma interação entre estruturas sociais que influenciam o quotidiano dos indivíduos e as subjectividades que, por sua vez, agem sobre as estruturas.

A construção da identidade das 'pessoas de idade' processa-se nessa interação, no contexto da sociedade moderna avançada que se apresenta imbuída de estruturas fluidas cujos atributos não são hoje coincidentes com os que foram estando presentes ao longo do curso de vida.

4. A identidade social da velhice

A identidade constrói-se nos processos sociais em relação dialéctica entre a realidade subjectiva e a estrutura social. As estruturas sociais engendram tipos de identidade reconhecíveis socialmente através das especificidades dos estatutos sociais e profissionais, das filiações políticas, religiosas, associativas e de grupo. Tendencialmente são entendidas como 'identidades colectivas' construídas na base histórica de uma dada estrutura que integra os indivíduos e tem um poder coercivo sobre eles, quer pela sua existência, quer pelos mecanismos de controlo que a sustentam e legitimam. A 'reforma' dos indivíduos aparece nesta lógica como *instituição social* da modernidade que regula a acção humana e induz para uma conduta previsível e controlada esmagando, aparentemente, a identidade específica do indivíduo. Mas a singularidade da existência individual reage sobre essa mesma estrutura social no sentido de a modificar, remodelar ou mesmo manter. Significa isto que a identidade é inteligível desde que a situemos num mundo onde podemos observar o quotidiano das relações sociais que as produzem (Berger e Luckmann, 1999).

A nova ordem social da modernidade avançada evidencia-se pela emancipação humana que, nos seus efeitos na situação de 'reforma' e de velhice subjectivas se revela como projecto em construção permanente. Santos (1999a) afirma que a modernidade avançada emerge do esgotamento do pensamento crítico do paradigma da modernidade que produziu uma humanidade previsível através de estruturas de repressão

da variedade humana. Essa emancipação afirma-se, na modernidade avançada, com o enfrentar de um conjunto de défices herdados da modernidade. A reparação das suas consequências nefastas faz-se numa situação de transição em que podem ocorrer momentos de ruptura e continuidade com a modernidade, podendo mesmo variar de período para período e de país para país.

Giddens (2002) demarca a modernidade avançada da modernidade a partir de três características. (i) O abalo do saber absoluto das coisas pelos fundamentos da epistemologia que revelaram o saber absoluto como falível, (ii) a crescente importância e protagonismo dos novos movimentos sociais na defesa do ambiente como preocupação para a manutenção de um mundo saudável, (iii) as noções de progresso existentes não podem ser defendidas com base na história porque ela é disteleológica¹¹. Também Santos (1989) agrupa os vários contextos da modernidade avançada em quatro contextos estruturais do conhecimento onde as relações sociais, aí constituídas, determinam todas as outras que se estabelecem na sociedade. São o contexto doméstico, o contexto da produção, o contexto da cidadania e o contexto da mundialidade. O *contexto doméstico* (i)

¹¹ Entende-se por disteleologia a negação da teleologia, em qualquer das suas várias formas. Teleologia é a “doutrina das causas finais. Estas causas finais especificam-se em fins éticos, estéticos, religiosos ou metafísicos. Verificou-se, historicamente, a sua existência na ampla tendência que já viera impulsionada por Aristóteles, de considerar o mundo como possuidor de causas finais que se harmonizam, segundo se tem entendido, em um último fim. Tal fim ou propósito tem carácter metafísico. Quando se relaciona com Deus ou com os seus atributos, a teleologia resultante é religiosa. Em ética, entende-se por teleologia a doutrina, segundo a qual os fins próprios ou alheios cumprem-se na bondade e não nos motivos ou formalidades. Em estética, a teleologia contém a teoria de que a beleza consiste na subordinação dos meios aos fins” (Soares e Ferreira, 2002: 5947).

constitui os direitos e os deveres entre os membros da família vinculados na forma institucional de parentesco, sendo a família a unidade de prática social. A relação jurídica faz-se pelo direito doméstico e o modo de racionalidade é a maximização do afecto. O *contexto da produção* (ii) constitui as relações do processo de trabalho estabelecidas entre empregadores e empregados e entre trabalhadores. A prática social exerce-se através da classe de pertença enquadrada institucionalmente pela fábrica ou empresa. O mecanismo de poder é a exploração sustentada judicialmente pelo direito da produção com base no modo de racionalidade de maximização do lucro. O *contexto da cidadania* (iii) constitui as relações sociais da esfera pública entre os cidadãos e o Estado. A prática social é centrada no indivíduo a partir da maximização da sua lealdade, como modo de racionalidade, à instituição do Estado cujo mecanismo de poder é a dominação, e a forma de juridicidade é o direito territorial. O *contexto da mundialidade* (iv) constitui as relações sociais entre Estados nacionais que integram o sistema mundial. A prática social faz-se na nação tendo como forma institucional as agências e os acordos internacionais. O modo de racionalidade é a maximização da eficácia assente no direito sistémico que enquadra a troca desigual como mecanismo de poder. O autor realça que apesar destes quatro contextos terem uma estrutura autónoma eles interpenetram-se de múltiplas formas dando lugar a estilos de vida ancorados em comunidades de saber próprio.

A identidade é construída na intersubjectividade de muitas quotidianidades que constituem o nosso dia a dia nas sociedades complexas da modernidade avançada (Santos, 1999a):

Somos um arquipélago de subjectividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e colectivas. Somos de manhã cedo privilegiadamente membros de família, durante o dia de trabalho somos classe, lemos o jornal como indivíduos e assistimos ao jogo de futebol da equipa nacional como nação. Nunca somos uma subjectividade em exclusivo, mas atribuímos a cada uma delas, consoante as condições, o privilégio de organizar a combinação com as demais. À medida que desaparece o colectivismo grupal desenvolve-se, cada vez mais, o colectivismo da subjectividade (Santos, 1999a: 96).

Nesta óptica, Gilleard e Higgs (2000) afirmam que a 'reforma' não é particularmente marcante na identidade dos indivíduos na velhice. Os indivíduos reformados na modernidade avançada trazem consigo competências adquiridas para aceder e manipular uma diversidade de material cultural que as gerações anteriores não dispunham. Essa capacidade proporciona-lhes, na 'reforma' e na velhice, a continuidade ou o aumento da base de consumo inerente aos seus desejos individuais a nível de expressão e criação. Vincent Caradec (2002) refere-se a estudos sobre *reformados jovens* (pessoas com menos de 70 anos) que evidenciam, nos primeiros anos de 'reforma', a tendência para a utilização do tempo em torno da mobilidade, da vida conjugal e no apoio aos pais. Há um aprofundamento das funções em diferentes campos menos activos na vida de trabalho, o que lhes permite dar continuidade a uma vida de satisfação e de identidade. Contudo, Kaufmann (2004) adverte que essa situação só será operacionalizada se os indivíduos utilizarem o tempo como um recurso disponível para projectos construtivos da identidade,

recriando-se a si próprios a partir de um sonho, passando depois ao projecto da sua concretização. A sociedade da modernidade avançada estrutura-se em duas culturas de tempo, perfeitamente antagónicas, o tempo vazio e o tempo cheio, cuja partilha se acentuou nos últimos decénios:

Recusar o processo identitário implica limitar os projectos a pequenos projectos, incluídos na esfera de reprodução da existência tal qual ela tem sido, sem derivar para universos novos e desprovidos. Justamente, somos o que somos e o que fazemos. Imaginar um projecto implica romper com o posicionamento defensivo, que é o saber discreto das pessoas em pouco fazer com o que a vida lhes deu (Kaufmann, 2004:232).

Neste sentido, Featherstone e Hepworth (1996) afirmam que a emergente desinstitucionalização e indiferenciação do curso de vida na sociedade da modernidade avançada é acompanhada de uma transição dos papéis específicos que o ciclo de vida atribui a uma dada idade, para o desenvolvimento de um quadro de identidade individual e biográfica. Para os autores, *ciclo de vida* implica a fixação de categorias na vida do indivíduo assumindo o sistema estável da modernidade enquanto que *curso de vida* sugere um modelo de maior flexibilidade biográfica numa contínua mudança do sistema social da modernidade avançada. Os autores sugerem que a velhice só pode ser entendida em termos relacionais com (i) a discussão das bases que explicam os vários cenários da vida, (ii) a discussão da vida anterior das 'pessoas de idade' que opera como contexto das suas expectativas e experiência para a velhice, (iii) e a

relação das 'pessoas de idade' com outras gerações no sentido de avaliar as prioridades culturais que apontam para uma atitude de encargo ou estigmatização da velhice. Os factores culturais que influenciam a experiência geracional são variáveis. Exemplo disso foi o fluxo de nascimentos de crianças no pós guerra, apelidado de "baby-booms", que cresceram e construíram, em torno da velhice, valores e recursos diferentes daqueles que os precederam e dos que lhes seguiram.

Assim, não haverá uma identidade de velhice mas identidades de *grupo de status* baseadas em estilos de vida e prestígio social ligados às famílias de origem e ao curso de vida dos indivíduos. Afirma-se a noção de várias velhices associada às vivências particulares no interior de cada classe social com os seus preconceitos e as suas concepções morais e sociais que, no dizer de Pierre Laroque (s/d), as induzem no sentido próprio do que devem e não devem fazer. Nas diferenças de classe se inserem diversas atitudes quanto à integração da mulher no mercado de trabalho, à continuidade das 'pessoas de idade' no mercado de trabalho, à integração das 'pessoas de idade' nos serviços oferecidos pelas políticas públicas e quanto à concepção das políticas sociais:

Cada classe tem igualmente os seus mitos sociais, as suas tradições, um apego a certas ideias-força, a certas representações passionais. Tomemos por exemplo o direito à propriedade para a burguesia e as classes médias, e o direito à greve para a classe operária. O atractivo afectivo, por vezes profundo, que cada classe social evidencia assim, por princípios que se opõem uns aos outros, é um dos factores essenciais dos antagonismos de classes (Laroque, s/d: 21).

Essas atitudes associam-se ao sentimento de pertença colectiva a um mesmo grupo, com as mesmas representações simbólicas, com hábitos semelhantes na frequência dos mesmos lugares, no domínio do lazer, do desporto, dos restaurantes, dos lugares de compras, criando-se um sentimento de solidariedade dentro do grupo e de oposição com as outras classes sociais. O comportamento psicológico e a consciência colectiva são expressões dos estilos de vida escolhidos pelos indivíduos e que servem para distinguir o lugar de pertença de um dado grupo social. Uma dimensão essencial na escolha do estilo de vida tem a ver com o tipo de educação obtida, responsável pela orientação do papel representado na sociedade. Bourdieu e Passeron (s/d) afirmam que o sistema de ensino e o trabalho pedagógico exercido pela escola, pela Igreja ou por um partido político, formam indivíduos com esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de acção. As disposições da classe de origem condicionam as probabilidades de acesso à escola e às suas normas. Mais precisamente, o *habitus* da classe de origem determina a selecção das oportunidades no ensino como expressão de representação desigual das diferentes classes sociais. Outra dimensão que influencia o estilo de vida é o montante dos rendimentos e o comportamento de cada pessoa na sua utilização. Estanque e Mendes (1988), no trabalho empreendido sobre as localizações de classe em Portugal, sustentam que há uma relação entre função social e rendimento na medida em que a fruição do rendimento é um meio de acesso a certas funções que conferem um dado nível de prestígio. O rendimento permite adoptar um estilo de vida onde se criam laços propiciadores de relações, com consequências para a diferenciação entre classes sociais. Combina-se aqui a educação e o rendimento como elementos que se repartem de maneira diferente pelos grupos sociais.

(Laroque, s/d) afirma que os seus enfoques serão variados e podem incidir mais na alimentação, na satisfação das necessidades elementares, no alojamento, no vestuário ou no tipo de ocupações e distrações. Embora o tipo de alimentação seja o indicador menos visível ele contribui para a diferenciação de classe, na medida em que o rendimento e a educação são os que mais induzem o tipo de escolha de alimentos e de bebidas, as horas das refeições e os comportamentos à mesa durante as refeições.

A noção de identidade, associada à de idêntico, tendencialmente orienta para a de sucessão de eventos conectados entre si, tendência que é facilitada pela lenta progressão das mudanças implícitas que operam através de relações de *semelhança*, *contiguidade* e *causalidade* (Gil, 2001). Na sociedade moderna, a noção de envelhecimento é induzida por essa lógica, com a consagração da mudança morfológica do corpo e da pele, da mudança fisiológica que debilita alguns órgãos, das modificações ambientais que tendem a isolar a ‘pessoa de idade’ nomeadamente pela perda do estatuto profissional, isolamento social que é, frequentemente, acompanhado de desmotivação ou de atitudes depressivas associadas a um sentimento de auto-depreciação que raia a indignidade. Essas características, mais visíveis e comuns em indivíduos com mais idade, conferem-lhes o estatuto de “velhos” e facilita a categorização de identidade própria de um grupo, como vimos nos capítulos precedentes.

A perspectiva sociológica funcionalista encara o envelhecimento como a perda de um papel social a que o indivíduo terá de se ajustar, procurando a sua substituição ou aceitando-a de forma indiscutível. Adota um mecanismo de tipificação ao atribuir um “estatuto principal” ao indivíduo,

fornecido pela profissão, pelo tipo de estudos ou pela origem étnica. A sociedade moderna dispõe de organismos oficiais, como o INE e o IEFP em Portugal e o INSEE em França que classificam o conjunto de indivíduos recenseados de acordo com critérios que combinam, fundamentalmente, a posição profissional com o nível de escolaridade. Estas categorizações influenciam os indivíduos no processo de construção das identidades para si. Nesse sentido dizemos que a identidade da velhice, recai numa tipificação que já não tem em conta a profissão ou os estudos alcançados pelos indivíduos, mas a sua retirada da posição adquirida no sistema produtivo que lhes conferia um dado estatuto. A sua perda remete-os para um lugar económico, no caso da 'reforma', que os homogeneiza e tipifica de forma dissociada das suas singularidades.

As correntes construcionista e interaccionista concebem a identidade como uma construção simultaneamente individual e colectiva que nasce da interacção entre mecanismos psicológicos e factores sociais ao longo da trajectória de vida individual (Erik H. Erikson citado por Dubar, 1998). Inserem-se aqui os estudos de Anne-Marie Guillemard (2002), Didier Vrancken (2002) e Thomas Troadec (1998), referidos no capítulo 2, que contrariam o senso comum construído que faz acreditar na existência de uma identidade própria da velhice, categorizada com base na situação de reforma ou na idade. Esse aspecto é, também, sublinhado por Ruano-Borbalan (1998) ao afirmar que o sentimento de identidade resulta do estabelecimento de continuidade na experiência de si mesmo e apoia-se nas identificações com os modelos que os grupos primários propõem. A comunidade reconhece o indivíduo como seu membro e este reconhece-se nos modelos identificatórios e nos protótipos por ela valorizados. O

indivíduo insere-se em instituições que fornecem justificações simbólicas para as acções que desenvolve. Nessa linha de pensamento, a abordagem da identidade faz-se a partir da questão “o que sou eu por relação aos outros”, “o que são os outros por relação a mim” e não a partir da pergunta “quem sou eu?”. Apesar da identidade ser determinada pelas estruturas mentais e pelos processos psicológicos, ela é construída no quadro de experiências singulares que têm lugar na interacção com os outros numa sociedade de mudança.

A identidade subjectiva clarifica-se com o conceito de *habitus* de Bourdieu, ou conjunto coerente de disposições subjectivas, produto da trajectória social associada a condições objectivas sequenciais e a movimentos individuais nos campos sociais, nomeadamente, a família de origem, o sistema escolar e o contexto profissional. O *habitus* corresponde à posição numa trajectória de classe num dado campo social, emergindo da incorporação e interiorização da posição única quando as posições de classe e do campo social são coerentes. A segunda redução opera-se pela percepção ou da visão do campo social 'produzido pelo *habitus*' liga-se à orientação e previsão necessárias para gerar as práticas sociais que permitem perpetuar uma dada identidade no seio do espaço social, constitutivas da ordem social. Nesta lógica de raciocínio, Claude Dubar (1997) sustenta que a identidade social não é transmitida de uma geração a outra:

Ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja

transformação real eles contribuem. Esta construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação que ganhou uma forte legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição do estatuto social (Dubar, 1997: 118).

Do mesmo modo, Claude Dubar (1997) apresenta a identidade como um resultado dual e inseparável, a identidade para si e a identidade para o outro, construídas ao longo dos diversos processos de socialização mobilizados na definição das instituições e na construção do ser dos indivíduos. É um resultado, simultaneamente, estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural em que se interpenetram as duas identidades ou dimensões da identidade, sejam a dimensão subjectiva, vivida e psíquica e a dimensão objectiva, colectiva e social. A identidade para si é correlativa do “outro” e do seu reconhecimento pela comunicação inter-individual:

Posso tentar pôr-me no lugar dos outros, tentar adivinhar o que pensam de mim, até imaginar o que pensam que eu penso deles, etc. Não posso colocar-me na sua pele. ‘Eu’ nunca posso ter a certeza que a minha identidade para mim coincide com a minha identidade para o Outro. A identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável (Dubar, 1997: 104).

Na construção das identidades implicam-se os actos de atribuição dos outros e as reivindicações de pertença e de qualidade pelo próprio. Essas auto-definições ou identidades construídas para si, através das “histórias que cada um conta a si próprio sobre o que ele é”, expressam-se em

figuras, papéis e profissões construídas e, também, nas reacções às palavras e às atitudes dos outros. Elas não são mecanicamente transmitidas pela família, pelas pessoas próximas ou pelos professores, mas são construídas por cada um através das experiências da sua existência (Dubar, 1998).

No contexto de 'modernidade líquida', Bauman (2005) analisa os efeitos da globalização na vida quotidiana dos indivíduos, nomeadamente a falência do Estado de bem-estar social e os sentimentos de insegurança que isso importa para os indivíduos. A questão central está no abalo das estruturas sociais que serviam de ancora à naturalização de dadas identidades. A sociedade de informação coloca as identidades em movimento, ou seja, distanciam-se das “identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis” (Bauman, 2005: 33). A fragilidade das estruturas sociais na sociedade moderna avançada ou a sua permanente mudança na 'modernidade líquida' coloca os indivíduos numa luta pela reconfiguração da identidade subjectiva, num anseio de segurança, mas com a convicção de que o formato de hierarquias sólidas e duráveis já não são fáceis de construir:

As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas (Bauman, 2005: 35).

As vivências na velhice nesta sociedade moderna avançada e de mudanças rápidas fazem-se em combinações com o *self* reflexivo, projecto da responsabilidade do indivíduo (Giddens, 1994), a ele forçado pelo sentimento de impotência e de incapacidade de agir no universo social global opositor do universo de integração onde tradicionalmente se

ancorava identidade atribuída. Esse sentimento alicerça-se nas consequências da sociedade moderna avançada que, no dizer de Bauman (2005), produziu ‘pessoas rejeitadas’ no sentido de que deixaram de ser úteis ao ciclo económico e incompatíveis com a estrutura da economia capitalista, em cujo grupo se incluem as ‘pessoas de idade’. Mas a reflexividade do *self* é contínua actuando em transformações constantes do indivíduo no que de mais íntimo ele tem. O indivíduo apropria-se do seu passado e, de forma coerente com os parâmetros da auto-formação e das suas necessidades psicológicas, reconstrói uma identidade projectada para um futuro organizado. A identidade subjectiva é construída na interacção de riscos e oportunidades numa constante negociação orientada para a auto-realização (Giddens, 1994).

Mas a confiança numa sociedade com valores sólidos que permitiam a construção de uma identidade duradoura, está a desmoronar-se dando lugar a estruturas e instituições sociais com forma ‘fluida’ não conseguindo mantê-la por muito tempo Bauman (2005). As identidades constroem-se e reconstroem-se em permanência dando azo à renovação das gerações mais velhas, agora menos marcadas pelos valores rigorosos anteriores, e pela maior partilha de espaços de lazer como o cinema, o teatro, os restaurantes, os bares, e os lugares de férias que dão lugar ao “contágio intergeracional” através da difusão de valores entre si. Exemplo disso é a *revolução sexual* dos últimos quarenta anos, a que se refere Giddens (1995), que reconhece uma maior permissividade na relação amorosa e reclama a valorização da sexualidade feminina. Acentua que a sexualidade “vitoriana”, vista como uma exigência de reprodução, foi progressivamente abolida e substituída por uma relação afectiva e amorosa vivida pelos

indivíduos nela envolvidos. Acrescenta que o florescimento da homossexualidade masculina e feminina, nessas mesmas décadas, quebrou com a visão sexual tradicional. No plano dos valores, Caradec (2002) argumenta que as 'pessoas de idade', de hoje, são mais tolerantes nas apreciações sobre a homossexualidade e sobre o aborto. Os novos olhares e as novas identidades construídas revelam a assimilação de condições de vida diferentes das 'pessoas de idade' de gerações anteriores, o que induz a desejos e expectativas adaptadas às realidades da sociedade moderna avançada.

A diversidade das trajetórias das 'pessoas de idade' actuais torna-se cada vez mais notada na modernidade avançada onde se assiste a uma recomposição sociológica da categoria velhice. As 'pessoas de idade' apresentam-se com níveis de escolaridade mais elevados, com profissões mais associadas aos serviços e menos ao sector primário, com uma situação económica mais favorável devido à conquista das reformas no Estado Providência, com vivências mais próximas de contextos urbanos, com melhor assistência médica e melhor conforto nas suas casas (Caradec, 2002). No fim do século XX, as 'pessoas de idade' são mais activas e mais tolerantes do que as que lhes antecederam. Verifica-se uma maior participação dessas pessoas em actividades de manutenção física, e de convívio, nos órgãos sociais de associações, e na mobilidade ao longo do ano em gozo de férias (Guillemard, 2002).

Essa recomposição sociológica resultante de trajetórias novas em contextos renovados e em rápida mudança, introduz alterações nos estilos de vida tradicionais marcados por comportamentos decorrentes do

confronto com uma pluralidade de escolhas no curso de vida cuja selecção de opções acontece desprovida de apoio e preparação prévia.

As opções possíveis que induzem o estilo de vida dão-se a partir do *habitus* adquirido na socialização primária que confere aos indivíduos a ‘identidade social real’ herdada da geração precedente, e ‘a identidade social virtual’¹² dada pela escolarização. Elas são reconstruídas durante a socialização secundária, presente ao longo do curso da vida e muito marcada pelo contexto profissional.

Dubar (1997) refere-se à noção de estilo de vida¹³ para justificar a recomposição sociológica que tem por base negociações identitárias, no quadro das singularidades das trajectórias individuais. No caso das ‘pessoas de idade’, a evolução cultural das formas de vida nas últimas décadas, associada à reconstrução económica dos anos 50 e 60 e à expansão educativa nos anos 60 e 70, do século XX, provocou mudanças nas experiências de vida de amplos círculos da população, mudanças que

¹² A propósito da construção da identidade, Dubar (1997: 108) afirma que ela pode “traduzir-se tanto por acordos como por desacordos entre identidade virtual, proposta ou imposta pelo outro, e identidade real interiorizada ou projectada pelo indivíduo”. Isso pressupõe a necessidade de uma articulação entre as duas transacções e, simultaneamente, uma autonomia relativa entre elas por forma a que as configurações identitárias sejam estáveis mas sempre evolutivas.

¹³ A noção sociológica de estilo de vida ultrapassa a noção de consumo, a que frequentemente é associada, para se referir às formas de estar e agir e de ser/reflectir. Giddens (1994) define estilo de vida como: *Um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adopta, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade* (Giddens, 1994:73).

induziram novas configurações de vida perfiladas por uma maior acessibilidade democrática à informação.

Ulrich Beck (1998) refere-se à democratização dos bens de consumo simbólicos, como a rádio, televisão, automóvel, habitações maiores e mais confortáveis, viagens de férias, para mostrar que as condições de vida dos indivíduos mudaram para melhor, apesar de se manterem as desigualdades sociais. O autor acrescenta que a modernidade avançada, enfrenta as consequências da modernidade que colocando as exigências do mercado de trabalho à frente das exigências familiares, induz situações de indivíduos a viverem sós, desmembramento da família ao reclamar a mobilidade no mercado laboral sem ter em conta os assuntos privados, e a destradicionalização das classes sociais. As instituições sociais como, os partidos políticos, os sindicatos, os governos, não acompanham esse enfrentamento mantendo-se conservadoras de uma realidade social cada vez menos existente. Para o autor, a modernidade avançada é uma sociedade individualizada que empalidece a mobilidade social, e converte os problemas sociais em “disposições psíquicas”. As atribuições de um dado grupo ou classe social e respectivos mecanismos de defesa, convertem-se em assuntos individuais que suscitam sentimentos de culpa e medo, por insuficiências pessoais, induzindo conflitos pessoais e situações de neurose. A sociedade de risco (Beck, 1998) provoca novas discrepâncias entre as expectativas geradas e a realidade social complexa e desigual que conduzem ao fortalecimento dos conflitos de relação induzidos do exterior (Beck, 1998).

Podemos dizer que as identidades reconstruídas e em permanente reconstrução, das 'pessoas de idade' correm em paralelo com os diferentes ambientes e locais em que os indivíduos se movem no curso de vida quotidiana, em continuidade com os estilos de vida presentes ao longo das suas trajectórias.

CAPITULO CINCO

Representações sociais da velhice na sociedade actual

A representação social emerge do processo de socialização que interioriza categorias, juízos e hierarquia de valores num reconhecimento mútuo entendido como colectivamente consensual. Essa representação social processa-se a partir do conhecimento do campo em interacção com as posições singulares na estrutura social.

A representação social de velhice é construída na cristalização de imagens físicas e sociais transpostas por um conhecimento imbuído dos valores do sistema produtivo da sociedade moderna. A dominância do campo por esses valores faz funcionar as regras constitutivas do espaço de jogo que fazem emergir estereótipos sobre a velhice baseados no grupo de idade.

5. Representações sociais da velhice na sociedade actual

As representações sociais são formas colectivas de elaboração da compreensão dos fenómenos sociais. Lucas Graeff (2002), refere-se a Ibañez (1994), para definir representação social como:

Ao mesmo tempo pensamento constituído e pensamento constituinte, as representações sociais são um processo de construção da realidade (Ibañez, 1994 citado por Graeff, 2002: 2).

A concepção de representação social reapropria o conceito de representações colectivas de Emile Durkheim acentuando-lhe o carácter social, contextual e histórico, ou seja, rompendo com o determinismo e implicando-as na visão do saber como dinâmico e multifacetado. As representações colectivas designam o fenómeno social em cuja base são construídas as diversas representações individuais.

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici quando se propôs compreender a reacção de uma dada população que passava a ter acesso a um novo campo de conhecimento, concretamente a psicanálise. Esse trabalho foi publicado, em 1961, com o título *La psychanalyse, son image et son public*. A partir dessa década de sessenta o conceito de representação social passou a interessar os domínios da psicologia social, sociologia e antropologia. Evidenciou-se não pela sua singularidade metodológica mas por uma pluralidade metodológica, temática e conceptual, mostrando como a concepção de representação

social é complexa tendo em conta a multidimensionalidade em que se constitui.

Essa visão multifacetada de representação social encontra eco nos estudos de Denise Jodelet que apresenta uma primeira caracterização de representação social sobre a qual a comunidade científica encontra consenso, designando-a como ‘saber de senso comum’ ou ‘natural’ para a distinguir do saber científico:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e que concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social
(Jodelet, 1997: 53).

Claudine Herzlich e Denise Jodelet, entre outros, a par de Serge Moscovici, prosseguem os estudos sobre representação social no sentido de analisar os processos através dos quais os indivíduos em interacção social constroem teorias sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos. Através desses estudos reafirmam a aceção mais ampla de representação social que inclui os eixos culturais, as ideologias formalizadas, as experiências e as comunicações quotidianas. Em termos epistemológicos, a representação social é, assim, entendida como uma construção e não como uma reprodução (Vala, 1996).

A representação social apela a um modo de construção de saberes partilhados pelos grupos e pelos indivíduos sendo os próprios conteúdos organizados em sistemas abertos de ideias. Seca (2001) e Vala (1996) sustentam-se na teoria de Moscovici para afirmarem que a emergência e

organização de uma representação social se baseiam em dois processos fundamentais. A objectivação, que permite a um conjunto social edificar um saber comum na base do qual podem emitir opiniões e mudanças entre os seus elementos, e a ancoragem que completa o mecanismo de objectivação ao integrar a novidade interpretada da realidade que serve de orientação das condutas e das relações sociais.

A objectivação faz-se pela filtragem de informação disponível sobre o objecto de representação dando lugar a distorções, inversões, reduções, reagrupamento de dados ou de avaliações, eliminações, retenções e supressões de atributos. Neste processo há uma descontextualização das informações sobre um dado objecto no sentido de o tornar numa mensagem mais comunicável e útil. Mas essa redução de dados não é equilibrada. Enquanto alguns elementos são esquecidos, outros são mais desenvolvidos sendo mesmo objecto de acentuação. O processo de objectivação completa-se com a naturalização das ideias traduzidas em ferramentas de comunicação entre os agentes. As ideias são transformadas em imagens materiais semelhantes a entidades autónomas, naturais e objectivas. Elas tornam-se a realidade sobre a qual e a partir da qual se age e comunica.

A ancoragem consiste no enraizamento de uma representação social num espaço social passando a ser usada na vida quotidiana, exprimindo-se nas relações sociais:

De facto, as representações sociais oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da acção e a atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos,

peçoas, grupos, factos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual âncora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto (Vala, 1996: 362).

Mas a ancoragem pode produzir transformações nas representações sociais já constituídas, como pode, também, ser um instrumento estabilizador do meio e redutor de novas aprendizagens. Nessa ordem de ideias Herzlich faz notar que representação social é:

Um sistema de valores, de noções e de práticas com uma dupla vocação. A de instaurar uma ordem que dá aos indivíduos a possibilidade de se orientarem no ambiente social, material e de o dominar. Em seguida a de assegurar a comunicação entre os membros de uma comunidade propondo-lhes um código para as suas trocas e um código para nomear e classificar de forma inequívoca as partes do seu mundo, da sua história individual e colectiva (Herzlich, 1996: 11).

Vemos que as representações e as práticas são ligadas ao sistema global de valores da sociedade. A partir do conceito de “representação”, Moscovici e Doise (1991) reflectem sobre o trabalho que se desenvolve nas tomadas de decisão que transformam as representações distintas numa representação legitimamente partilhada. Afirmam que as pessoas são confrontadas com saberes adquiridos, que pensavam serem os únicos a possuir, donde emerge um conjunto de categorias, juízos e hierarquias de valores sobre os quais se processa um esforço de reconhecimento mútuo que passa a ser comum e consensual. Graeff (2002) refere Ibañez (1994) ao apontar três características essenciais das representações sociais. (i) Uma produção, através de comunicações e interacções, dos

grupos sociais que vão reflectindo sobre assuntos, que são objectos do seu quotidiano. (ii) Um carácter partilhado e colectivo. (iii) Uma contribuição, fundamentalmente, para a configuração e manutenção dos grupos sociais. Nesta base afirma que as representações:

São sociais tanto pela natureza das suas condições de produção, como pelos efeitos que engendram e pela dinâmica do seu funcionamento, sendo permanentemente influenciadas pelo conjunto de condições económicas, sociais e históricas de uma determinada sociedade, pelos mecanismos de âncoragem e objectivação, e pelas diversas modalidades de comunicação social (Ibañez, 1994 citado por Graeff, 2002: 2).

Esta visão de representação social remete-nos para o conceito de campo que Pierre Bourdieu afirma ser essencial nas operações de pesquisa. O autor define campo como uma rede ou uma configuração de relações objectivas entre as posições, por sua vez, definidas objectivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes. Na verdade, é a partir do conhecimento do campo, onde os indivíduos estão inseridos, que se processa a construção do saber singular com a originalidade da posição em que se encontra e a partir da qual se institui a visão particular do mundo e do próprio campo. O indivíduo age no campo a partir das suas aprendizagens no mesmo, sendo por isso o seu resultado mas também o agente que o transforma através das suas acções (Bourdieu, 1992). O sentido dado a estas acções leva Bourdieu a preconizar a designação de agente (socializado) para os indivíduos que interagem num determinado campo, afirmando que:

Agentes sociais não são “partículas” mecanicamente tiradas e colocadas por forças exteriores. Eles são sim, os portadores de capital e, segundo a sua trajectória e a posição que ocupam no campo em virtude da sua dotação em capital, têm uma propensão para se orientar activamente, seja na direcção da conservação da distribuição do capital, seja na subversão dessa distribuição (Bourdieu, 1992: 84).

A ideia central é que a interacção social dos agentes sociais está sujeita a estruturas objectivas, exteriores à sua vontade e consciência, que constroem e orientam as suas práticas e representações. Portanto, a interacção social apresenta representações diferenciadas reportadas à posição dos agentes na estrutura social. As diferentes práticas e representações dos indivíduos adquirem estabilidade pelo efeito do *habitus* entendido como:

Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações (Bourdieu, 1980: 88).

O *habitus* é aquilo que se adquiriu e que o nosso corpo interiorizou, num modo duradouro, sob a forma de disposições permanentes criando-se uma história individual proprietária do indivíduo. Essa propriedade adquirida pelo *habitus* é um capital que se apresenta sob as aparências exteriores do inato. É um produto dos constrangimentos que tende a reproduzir a sua lógica objectiva mas de forma transformada. As representações sociais expressam-se no campo pelo efeito do *habitus* através de estratégias que estabelecem uma relação inconsciente entre o *habitus* e o campo. Mas a

reprodução do sistema social apenas seria perfeita no caso das condições para activar as estratégias, serem idênticas às da formação inicial do *habitus*. O seu desfasamento cria uma situação de incerteza que pode levar à inadaptação ou adaptação, à resignação ou à revolta dos agentes sociais (Bourdieu, 1980).

O que está em causa, em qualquer campo, é a dominância do campo pelos que detêm os meios de o fazer funcionar em seu benefício, é uma luta sobre as regras constitutivas do espaço de jogo. Assim, o *habitus* contribui para o ajustamento dos dominados à estruturação do campo. Este pensamento não está longe do raciocínio de Graeff (2002) quando afirma que a objectivação e ancoragem implicam que o funcionamento geral do pensamento social processe operações básicas que dão visibilidade a um pensamento construído. A ancoragem viabiliza o processamento rápido de novos dados, por justaposição a um protótipo já existente que consiste em integrar a informação acerca de um objecto dentro do nosso sistema de pensamento. Quanto à objectivação, Ibañez citado por Graeff afirma que é:

Transformar algo abstracto em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que existia no mundo físico
(Ibañez, 1994 citado por Graeff, 2002: 3).

O processo de objectivação da velhice faz-se pela projecção de imagens que constituem núcleos figurativos descritos abstractamente e que o pensamento materializa em imagens concretas. A representação social de velhice é, assim, construída a partir da materialização de imagens físicas e sociais transpostas por um conhecimento empírico instruído por interesses

do sistema produtivo da sociedade. Recorrendo às palavras de Moscovici, representação social é:

Um enorme conjunto de palavras guardadas, que se referem a objectos específicos, e está em circulação em toda a sociedade (...) mas nem todas as palavras que constituem esse conjunto podem ser ligadas a imagens, ou porque não existem imagens suficientes e facilmente acessíveis, ou porque as imagens que são lembradas são tabus. As imagens seleccionadas, pela sua capacidade de ser representadas, são integradas no que denominamos 'núcleo figurativo', um complexo de imagens que reproduz visivelmente um complexo de ideias (Moscovici citado por Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo, 1999: 36).

Essa materialização é visível ao nível da institucionalização da velhice que ocorre na medida em que há uma tipificação recíproca dos diferentes agentes que tornam as suas acções em hábitos. Essa habituação implica que as acções possam ser executadas, de novo, no futuro e nos mesmos moldes. Essas acções são partilhadas e ficam disponíveis para todos os membros do grupo social em que se inserem, conservando o seu carácter significativo para o indivíduo, que integra essas rotinas no seu património geral de conhecimentos. Esse património constitui os elementos que ele tem como certos e sempre disponíveis para os seus projectos de futuro, apesar de lhe limitarem as opções (Berger e Luckman, 1999).

A representação social de velhice, na sociedade actual, aparece configurada em instituições especializadas em responder às necessidades da velhice, por sua vez, construídas na base do interesse de determinados

campos. Como forma de saber, a representação social de velhice apresenta-se aqui como uma modelação do objecto a partir de suportes linguísticos, comportamentais ou materiais. A representação de velhice é dada como:

O processo discursivo e institucional que visa uma adequação tão perfeita quanto possível entre, por um lado, um sujeito real e concreto que tem uma certa idade, um modo de vida dado, problemas e dificuldades de diversa natureza mas também forças e capacidades reais e, por outro lado, um conjunto de representações, definições e dispositivos a partir do qual o dito sujeito é percebido e tratado, seja a configuração "velhice" a que é suposto ser eleito (Karsz, 1988: 37).

Nesta linha de raciocínio incluem-se os estereótipos construídos a partir das representações sociais. Alan Bowd (2003) define estereótipo como esquemas de percepção pessoais baseados numa principal categorização particular, que podem ser positivos ou negativos. Dá como exemplo os casos de género, etnicidade, origem nacional e idade. Os estereótipos têm origem na assunção e prática da interacção cultural e são descritos como organizados, e como a primeira estrutura de conhecimento que facilita a interpretação de nova informação sobre as pessoas. Bowd (2003) cita Omrod (2000) para se referir às características dos estereótipos como rígidos, simplistas e inexactos. No caso da velhice, ao categorizarmos os indivíduos pela idade estamos a atribuir-lhes um grupo de pertença e, conseqüentemente, a activar a representação do estereótipo do grupo de idade. Bowd (2003) refere-se a quatro efeitos típicos dos estereótipos no julgamento e ideias dos indivíduos:

1. *O comportamento ambíguo do indivíduo pode ser interpretado como a confirmação do estereótipo. Por exemplo, as visitas regulares da 'pessoa de idade' ao médico são consideradas como a confirmação da degeneração da saúde, enquanto que para um indivíduo jovem isso pode ser percebido simplesmente como uma consulta de rotina.*
2. *A conduta de estereótipos consistentes são provavelmente atribuídos às características estáveis do indivíduo, enquanto que aqueles que são inconsistentes com os estereótipos são atribuídos a factores instáveis ou situações específicas. Por exemplo a chegada tardia de uma 'pessoa de idade' a um compromisso social é atribuído a "esquecimento", enquanto que a sua chegada a horas marcadas pode ser considerada o resultado de pouco tráfego rodoviário.*
3. *O estereótipo pode ser usado para inferir a posse de características na completa ausência ou evidência delas. O julgamento comum de que o homem idoso pode ser impotente sexualmente ou grandemente diminuído no seu desempenho sexual, é um exemplo.*
4. *Quando nos referimos às características do indivíduo, as observações aos estereótipos consistentes são mais provavelmente lembrados e elaborados, enquanto que as impressões inconsistentes são esquecidas (Bowd, 2003: 23).*

Os estereótipos fornecem uma estrutura cognitiva que habilita os indivíduos a interagirem com outros imaginando-os, inicialmente, com base

nos mesmos termos dos elementos do grupo que integram. De uma forma mais clara, os estereótipos facilitam a previsão de determinados comportamentos dos indivíduos que, sendo estranhos num grupo, fazem emergir os traços de um estereótipo tendo por base o primeiro conhecimento fornecido pelo agrupamento.

A velhice tende a ser concebida empiricamente com a atribuição de características negativas cuja apreciação encaixa numa visão estereotipada sobre os indivíduos com mais de 65 anos. Apesar de, actualmente, o discurso político apresentar uma versão de velhice mais tardia com base na maior longevidade humana, os estereótipos da velhice ainda estão presentes no senso comum, embora denunciem um olhar sobre a velhice menos negativo. Estudos realizados mostram como eles se expressam e o nível a que se colocam.

Um estudo efectuado na Suíça por Cornelia Hummel (2001), com uma amostra aleatória da população do Cantão de Genève, apresenta uma análise comparativa entre indivíduos adultos (com idades entre os 25 e os 40 anos) e octogenários (com idades entre 82 e 86 anos). Nesse estudo em que são analisados os olhares divergentes dos dois grupos sobre a velhice, os resultados mostram que só os indivíduos adultos definem velhice em termos de ganhos e perdas. Apesar desse grupo atribuir lugar de destaque às perdas, especialmente no domínio da saúde, ele associa a velhice a certas expectativas que encara como sendo ganhos, nomeadamente, a sabedoria, a serenidade, o tempo para viver a vida. Sublinham a importância da descendência que pode ser vista como garantia da rede familiar e de multiplicação de recursos. Curiosamente,

esses factores não são contemplados na definição de velhice dada pelos octogenários, onde os ganhos da velhice ocupam um lugar marginal na sua definição. Hummel (2001) afirma que:

A aquisição de novas qualidades como o “equilíbrio”, a “serenidade”, a atitude de maior felicidade, assim como a optimização das experiências de vida sob a forma de “conhecimento”, de “maturidade”, de “sabedoria” têm um lugar de escolha nas associações dos indivíduos adultos (Hummel, 2001: 250).

O grupo dos octogenários não refere a família como recurso de apoio na velhice, nem outros recursos morais ou psicológicos. As suas definições são autocentradas e quando referem a necessidade de pessoas como recurso para a sua vida relacional invisível, associam-nas a situações de doença ou de óbito. A descendência familiar como suporte para a sua velhice não é referida por este grupo. O estudo reforça a ideia de que os estereótipos são, essencialmente, concebidos por grupos exteriores àqueles a que se dirigem.

Ao nível da doença, Cruz Jentoft (1999) mostra que a postura da ‘pessoa de idade’ é influenciada por factores exteriores a si e depende da percepção que ela tem do seu próprio envelhecimento, do nível de gravidade atribuído a uma doença e da disponibilidade e atitude do cuidador:

A postura do ancião perante a doença vê-se influenciada por aspectos sociais (por exemplo, na comunicação tardia duma incontinência dos esfíncteres), éticos (como o atraso no recurso ao sistema sanitário para não sobrecarregar os familiares), psicológicos (sucede quando o medo de uma recaída leva a uma imobilidade grave), culturais (a depressão é inconfessável em determinadas classes sociais), clínicos (experiências prévias com outros prestadores sanitários perante a mesma doença) ou funcionais (pode considerar-se mais grave a doença que causa maior deterioração funcional que a pode levar à morte) (Cruz Jentoft, 1999: 55).

Outro aspecto referido nessa categoria de estereótipos tem a ver com a sexualidade na velhice. (Menezes, 2002) a partir do trabalho que desenvolve com 'pessoas de idade' no domínio da sexualidade, chama a atenção para a realidade das modificações do corpo físico que se faz a par de um amadurecimento e conhecimento do próprio prazer que leva a entender a sexualidade como não restrita ao acto sexual, contrariando os estereótipos de que a sexualidade é negada na velhice. Para a autora, a sexualidade é:

A possibilidade de encontro, satisfação e prazer, de forma ampla, o que é, no fundo, a própria energia de vida, o motor das realizações humanas (Menezes, 2002: 78).

O estereótipo negativo sobre a sexualidade na velhice foi analisado por Bowd (2003) a partir da recolha de piadas e anedotas proferidas sobre a velhice. Afirma que a focalização de piadas sobre a disfunção sexual na velhice reflecte, de forma clara, que os estereótipos estão presentes e não

se limitam ao simples discurso humorístico. Muitas dessas narrativas são claras no reforço de que a velhice resulta, inevitavelmente, em enfermidade física e doença. Mas a literatura sobre a velhice não institucionalizada contradita essa visão estereotipada. O autor adverte para a redução da auto-estima e auto-eficácia das 'pessoas de idade' quando aceitam os estereótipos negativos sobre a sua condição de idade, como a impotência e o desinteresse pela actividade sexual o que se torna mais gravoso quando os indivíduos jovens e os cuidadores reforçam esses estereótipos na sua interacção com as 'pessoas de idade' que podem, progressivamente, passar a verem-se como assexuais:

Os programas educacionais que informam as 'pessoas de idade' individualmente ou como casal sobre as relativas mudanças normais na função sexual podem ajudar a quebrar o que, de outro modo, seria o ciclo negativo da perda do interesse e capacidade sexual (Whitbourne, 1996 citado por Bowd, 2003: 12).

As transformações físicas normais no processo de envelhecimento podem teoricamente contribuir para a negação da sexualidade na velhice. Os meios de comunicação social e a publicidade associam, frequentemente, a imagem de sexo a corpos jovens, elegantes e bonitos. As 'pessoas de idade', em especial as mulheres, costumam expressar sentimentos de mágoa e desvalorização por já não terem o mesmo corpo da sua juventude. Esse sentimento leva-as a pensar na sua incapacidade em suscitar o desejo dos seus parceiros. Os homens, por sua vez, tendem a perceber as mudanças normais no seu desempenho sexual como perda da

potência privando-se, a partir daí, de experimentar novas possibilidades de reinvenção e crescimento da sua vida afectiva e sexual.

Outro aspecto liga-se com a dificuldade de mulheres viúvas ou separadas construírem novos relacionamentos. Nessa situação coloca-se outro nível de estereótipo associado a práticas legítimas de sexualidade, como as fantasias eróticas e as práticas de procura de um novo parceiro ou parceira, por vezes, acompanhadas de vergonha e culpa. Estes aspectos são realçados pela autora em sessões de trabalho com ‘pessoas de idade’ no sentido de que estas acedam a informação que esclareça a não privação de uma vida sexual saudável, com as características próprias de uma dada idade.

Menezes (2002) aponta a educação gerontológica focalizada numa relação estreita entre velhice saudável, regime alimentar e exercício, para melhorar algumas dessas consequências negativas possíveis na velhice. Sustenta que a informação positiva e factual sobre saúde, mudanças cognitivas e sexualidade junto das ‘pessoas de idade’, deveria fazer parte de um programa básico educacional que contemple o aspecto da subjectividade quer dos educadores, quer das ‘pessoas de idade’.

No domínio da educação gerontológica Menezes (2002) realça o trabalho desenvolvido com ‘pessoas de idade’ no Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento, enquadrado na UnATI da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nas instalações desse centro desenvolve-se um trabalho com pessoas adultas mais velhas que serve de suporte a reflexões progressivas quer sobre o desempenho dos

vários profissionais, quer sobre os resultados conseguidos com esse trabalho. Dessa reflexão sobressai que:

O relacionamento sexual é fonte de satisfação e realização e deve, tanto quanto possível, estender-se por toda a vida. Há um número cada vez maior de pessoas que chegam à velhice motivadas a manter sua vida sexual activa, apresentando boas condições físicas e psicológicas para desfrutá-la. Entretanto, para muitos idosos a sexualidade é ainda carregada de mitos e preconceitos que têm origem na educação repressiva que tiveram ao longo da vida. Muitos trazem dentro de si o pensamento de que o velho é assexuado, o que reproduz o pensamento de grande parte da sociedade. Discutir a sexualidade em grupo pode ser constrangedor devido à ausência de um diálogo franco e aberto sobre o tema ao longo da vida, mas é certamente desafiador e necessário para muitos que anseiam por um espaço onde possam tirar dúvidas e reflectirem sobre a sua própria sexualidade. Trata-se de um tema especialmente vivencial, cuja maior atenção deve ser dada para que o clima seja favorável à livre expressão de cada um e para que haja a convivência respeitosa de opiniões e experiências diversas (Menezes, 2002: 77).

Cruz Jentoft (1999) acrescenta que as manifestações de envelhecimento são percebidas de forma diferente pelos indivíduos e surgem em combinações variadas e em idades distintas conferindo ao envelhecimento uma marca individual. A variável género é um dos factores de maior visibilidade da diferença no envelhecimento tendo por base a esperança média de vida da mulher que é, nos nossos dias, superior à do homem.

II PARTE

CAPÍTULO SEIS

Objectivos e metodologia da investigação

Neste capítulo apresentam-se os principais pressupostos que fundamentam os objectivos e a abordagem metodológica no processo de compreensão do envelhecimento e da velhice.

Com base no corpo teórico, estruturado nos cinco capítulos precedentes, apresentamos as questões da pesquisa e descrevemos a metodologia explicitando as questões epistemológicas decorrentes das opções tomadas. Referimo-nos, de modo especial, às razões que nos conduziram a optar pela metodologia proposta pela sociologia compreensiva evidenciando o nosso distanciamento da rigidez da visão positivista e suas limitações quantitativas.

A polissemia da noção de velhice exige uma compreensão sociológica que, pelas opções metodológicas, substitua a confusão do real do discurso corrente sem o reduzir a simplificações mas dele relevando um “conjunto inteligível, coerente e racional” (Schnapper, 2000).

6. Objectivos e metodologia da investigação

A revisão que fizemos da bibliografia sobre o conceito de velhice na modernidade não permite a facilitação que consistiria em poder assentá-lo numa definição simples. Antes pelo contrário, ela orienta para um posicionamento aberto à interrogação e à possível novidade das respostas sobre o que é, nos nossos dias, ser 'velho', sobretudo se nos situarmos na perspectiva da resposta dos indivíduos e não no das instituições. Passemos rapidamente em revista os principais conteúdos desse enquadramento teórico sobre envelhecimento e velhice.

O estudo da velhice humana foi dominado durante os séculos XIX e XX pela ciência médica que a olhava como o atrofiamento dos órgãos e dos tecidos celulares, fixando-se na medicalização como resposta à disfuncionalidade desse processo (Lellouch, 1992). Embora a psicologia se tenha interessado, no início do século XX, pelas questões da avaliação das capacidades intelectuais, só em meados desse século foi possível ultrapassar a ideia que associava velhice a declínio intelectual e passar a entendê-la como um fenómeno natural não patológico (Lehr, 1988). Emerge a noção de heterogeneidade da velhice relacionada com a variedade das trajectórias individuais. Acentua-se que a quebra das relações sócio-profissionais induz a uma menor exercitação dos desempenhos que favorece uma atitude passiva e de compressão de energias, acelerando o envelhecimento (Giurgea, 1993).

À ideia de heterogeneidade da velhice associa-se a de uma variabilidade histórica e cultural quanto ao valor que socialmente lhe é atribuído e às posições socialmente reconhecidas aos indivíduos 'de idade'. O conceito de velhice e o papel social de 'velho/a' é então desconstruído sociologicamente revelando a sua dependência da lógica de mercado cuja classificação dos indivíduos em activos e inactivos redundava em inclusão e exclusão social. A idade de 65 anos é normalizada como um tempo 'de descanso' em que os indivíduos, encarados como objecto de necessidades, são constituídos em "fardo" que os activos têm de suportar. A velhice é um tempo de desprestígio social cuja unidade assenta na associabilidade imposta em função da idade e é concebida como construção simbólica de grupo social homogéneo (Amaro, 1997 e Fernandes, 1997).

A sociedade moderna introduziu essa noção de tempo e idade que leva a uma 'nova velhice' conotada com a situação de reforma. Interrogámo-nos no sentido de saber como se apresenta essa 'nova velhice', como foi elaborada e quais as contradições do contexto da sociedade moderna em que ela foi concebida. Vimos que a percepção da 'nova velhice' se sustenta numa organização social em que o tempo do trabalho profissional dá sentido aos outros tempos vividos pelo indivíduo. A profissão ou a falta dela assume tal valor que põe em causa a ideia de igual dignidade de todos os indivíduos (Schnapper, 1998). A dominação simbólica do trabalho aparece nas experiências vividas pelos indivíduos reformados e desempregados que expressam um sentimento de humilhação ligada à ausência de trabalho, pela perda da posição económica e das relações

sociais e pela privação da dignidade conquistada através da identidade do trabalho.

A idade cronológica serviu, na sociedade moderna, para institucionalizar o curso de vida e manipular a composição das gerações. Por um lado a inversão de poder dos grupos sociais, ao incorporar cada vez mais jovens no trabalho mecânico dispensando os mais velhos, classificados de inúteis. Por outro lado, a alteração da idade de velhice, se actualmente é de 65 anos, ela já foi de 50 anos no início da século XX. Surge, assim, o envelhecimento profissional associado ao critério de produtividade induzindo a discriminação dos mais velhos pelos mais novos. O factor idade torna-se central na construção do significado da velhice. Ou seja, a partir da idade cronológica, definiu-se a “terceira idade”, entre os 65 e os 75 anos, e a “quarta idade”, a partir dos 75 anos, para agrupar os indivíduos em função das capacidades físicas, segundo os critérios da medicina. A cada idade são também atribuídos papéis e estatutos sociais diferentes, reconhecidos segundo as regras de uma dada sociedade - idade social.

A representação social de velhice constrói-se através dos valores simbólicos que acompanham o indivíduo na trajectória de vida o que leva a dizer que cada indivíduo é o produto de um processo dinâmico de socialização que implica a interacção das dimensões da vida humana, familiar, escolar e trabalho. Cada indivíduo tem vivências em campos distintos que interagem com as disposições e posições de cada um, donde emerge o estilo de vida e a percepção do mundo (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, o envelhecimento e velhice manifestam-se com percepções

diferentes entre os indivíduos, mesmo que vivam em contextos sócio-económicos semelhantes.

Interiorizou-se que a reforma remunerada é um mecanismo de racionalização do tempo de vida útil porque defende os indivíduos do risco de perda de rendimentos no tempo de ruptura com a vida activa. A idade de reforma (65 anos) torna-se numa ferramenta de controlo social que induz um olhar marcado pelo valor simbólico de inutilidade excluindo, no campo profissional, os indivíduos em idade próxima da reforma (a partir dos 50 anos) de processos de formação, promoção e recrutamento para o trabalho ou para o exercício de determinados cargos ou funções. Por outro lado, são olhados como alguém que usufrui de um salário (reforma) sem contrapartida de trabalho, como se a reforma fosse um privilégio social. Essa representação assenta nas formas de “felicidade oferecida”, no período de capitalismo organizado, pelo Estado-Providência, à maioria da população induzidas por convites ao consumo de mercadorias e serviços.

O período actual, de retracção do Estado-Providência português (já de si fracamente organizado pela temporalidade em que se iniciou), pela falência declarada do modelo, acentua essa representação ao afirmar-se que, dentro de uma década, a situação financeira da segurança social não assegurará o pagamento de pensões aos indivíduos reformados (Mateus, 2003). Isso é agravado com a precarização do emprego que confronta a geração dos ‘jovens’ à procura de emprego com a geração dos ‘mais velhos’ desempregados convidados a passar à situação de reformados, como estratégia de facilitação da integração dos ‘jovens’ no mercado de trabalho. Em 2004 o aumento de desempregados com 55 e mais anos de

idade foi de 6,6%, relativamente ao período considerado de 2002/2003 a par de uma redução de 9% do número de desempregados com idades inferiores a 20 anos (IEFP, 2004). Neste sentido, as políticas sociais de velhice enunciam-se com percepções de homogeneização de um grupo de idade. Ou seja, a representação social de velhice faz-se pela forma colectiva da compreensão do fenómeno velhice alicerçada na idade e na reforma.

A dominância do campo pelos que detêm os meios de o fazer funcionar em seu benefício induz um poder na construção da representação social de velhice. No caso das políticas sociais de velhice ela é construída a partir da materialização de imagens físicas e sociais transpostas por um conhecimento empírico instruído por interesses do sistema produtivo da sociedade portuguesa. Esse poder reflecte-se na construção de uma identidade, que parece colectiva, esmagando a identidade específica do indivíduo.

A reforma é um acontecimento de vida condicionado pelo registo biográfico dos saberes individuais, dos quadros de referência das práticas e das estratégias do quotidiano de cada indivíduo. Nessa lógica, os indivíduos reformados contestam o modelo económico que os coloca na situação de 'inutilidade' e desenvolvem novas práticas associadas ao sentimento de utilidade e de produção no sentido de uma "reforma solidária" (Guillemard, 2002). Manifesta-se, assim, a singularidade da existência individual como reacção à estrutura social, no sentido de a modificar e remodelar. Na construção das identidades implicam-se os actos de atribuição dos 'outros' e as reivindicações de pertença e de qualidade do próprio.

Do ponto de vista sociológico, podemos dizer que as fronteiras da categoria velhice estão a ser reformuladas. Portanto, coloca-se a questão de saber como se reconstrói a identidade na velhice, numa sociedade de rápidas mudanças, com *stress*, angústia e institucionalização da vida, numa sociedade de risco em que as condições de vida são variáveis e não asseguradas e em que são também diferentes as expectativas criadas e os desejos dos indivíduos.

O objectivo central da pesquisa é a compreensão dos significados de velhice como construção social interiorizada pelos indivíduos que sobre essa construção agem, modificando-a. A construção social da realidade opera-se com base em três processos fundamentais. A *externalização* que constitui a criação de um artefacto ou prática através da acção dos indivíduos. Essa criação ao ganhar em dimensão entra na esfera social e torna-se num objecto de consciência para os indivíduos desenvolvendo-se numa *objectivação* que passa a ser uma verdade aceite pelos agentes como não dependente das suas interacções. O terceiro processo é a *internalização* das ideias pré-existentes à vida dos indivíduos. A compreensão da natureza do mundo faz-se a partir da consciência dessas ideias pré-existentes. Nesse sentido os significados não são fixos, mas abertos a questionamento, contestáveis e temporários (Berger e Luckman, 1999).

Dirigimos a observação ao auto-conhecimento do envelhecimento e da velhice no sentido de reconstituir os significados que os agentes atribuem ao 'nós' que define a identidade de um certo grupo por oposição ao 'outros'

que a ele não pertencem. Analisar a interpretação da conduta humana pelo senso comum “reenvia necessariamente para o ponto de vista subjectivo, a saber a interpretação da acção e dos seus contextos do ponto de vista do actor” (Schutz, 1987 citado por Luze, 1997:17).

Falar em significados de velhice, no plural, justifica-se na medida em que, tendo em conta a revisão feita sobre a sua construção social, a noção de velhice deve ser encarada no contexto da sua mutabilidade o que é o mesmo que dizer que não serão coincidentes as representações sociais sobre ela com a cognição, a percepção e até a imaginação que sobre ela circulam nas consciências.

A pesquisa faz apelo às práticas e comportamentos da vivência actual em confronto com a vivência do passado - a memória construída que se tem do que se esperava, de como se imaginava que tal vivência viria a ser. Em que medida elas são reveladoras da percepção do envelhecimento e velhice e de si próprio enquanto ‘pessoa de idade’, baseada na relação com a inserção sócio-profissional do passado (vida activa) e com a inserção social actual (‘pessoa de idade’).

Será nosso objectivo apreender as distinções que se podem supôr presentes entre a representação, essa 'imagem complexa' íntima que o indivíduo tem do que é a velhice e que é, de certa forma, uma visão estereotipada, e a forma como intimamente percepção o seu próprio envelhecimento.

No contexto das mudanças sociais da modernidade avançada em que o 'eu' se torna um projecto reflexivo (Giddens, 1994), será a velhice percebida (mais) como uma 'nova' identidade que valoriza sobretudo o estatuto atribuído de exclusão do mundo do trabalho, determinante essencial do sentimento de inclusão social, ou será ela percebida (mais) como uma 'auto-reconstrução' da identidade que valoriza sobretudo a continuidade da trajectória pessoal apesar das mudanças exteriores?

No contexto da modernidade avançada as relações familiares, na sua forma tradicional, dão lugar ao protagonismo de “instâncias secundárias” (Beck, 1998) como as instituições que configuram o curso de vida do indivíduo (lares, centro de dia, centro de convívio, turismo sénior).

Como são aceites na velhice os novos modelos de regulação social da modernidade que retiram as pessoas 'de idade' das relações sociais desinstitucionalizadas? Como é encarada a relação com a família numa época em que ganha terreno a presença virtual através das formas de comunicação modernas como telefone, telemóvel, e-mail, video e mensagens? Que tipo de relação social se imagina para a velhice, que tipo de protagonismo das 'pessoas de idade'?

6. 1. Opções metodológicas

Os objectivos da pesquisa justificam duas opções metodológicas fundamentais. Uma é a opção pelo método qualitativo, onde os discursos têm relevância, na intenção de captar as representações sobre o processo de envelhecimento e sobre o que é ou virá a ser, ser velho/a. Outra é a

opção de não constituir como amostra apenas pessoas com idades incluídas no estatuto de velhice (igual ou superior a sessenta e cinco anos), mas também pessoas com idades que desse estatuto as aproximam (igual ou superior a cinquenta anos). Encaremos cada uma delas separadamente.

A técnica de entrevista é uma ferramenta de observação sociológica que utiliza o discurso (onde se incluem as manifestações que o acompanham tais como o riso ou o choro, o silêncio, a mímica, etc.) como material de observação. Foi esta a técnica utilizada na pesquisa já que a identidade, simultaneamente ser e devir, expressa pela linguagem a narração através da qual se dota de sentido. A entrevista compreensiva (Kaufmann, 1996), reveladora das representações e significados que o indivíduo atribui ao mundo que o rodeia e aos relatos que faz dos acontecimentos da sua história, permite entrar no universo subjectivo do indivíduo (Lalanda, 1998). Como sugerem Lenoir (1998) e Herzlich (1996) o material recolhido não se poderá centrar no recenseamento exaustivo de opiniões ou de comportamentos pois ele não dará conta do mais profundo e mais íntimo sentir contido nas experiências. A interpretação dos dados recolhidos pretende atender à integração de cada elemento numa imagem organizada, não num sentido fechado na próprio indivíduo, mas no sentido do que essa imagem representa para si.

Numa primeira aproximação exploratória da temática do envelhecimento, optámos por um caminho de pesquisa que contemplasse uma percepção abrangente no sentido de dar a ver os significados dados ao envelhecimento e à velhice por indivíduos de diferentes grupos de idade e

variada inserção social. Essa primeira pesquisa teve como objectivo explorar as dimensões de relevância contidas nos discursos com o intuito de posteriormente, em entrevista mais dirigida, as aprofundarmos.

Nesse sentido integrámo-nos num projecto de investigação com objectivos mais amplos (Silva, 2004) que se propunha entrevistar uma amostra de cerca de 100 pessoas na zona norte de Portugal. Este projecto contemplou a aplicação de duas entrevistas, das quais a primeira centrada na abordagem do ponto de vista leigo sobre a noção de saúde/doença e de vida saudável. O tema do envelhecimento foi incluído nesta primeira entrevista com 24 mulheres e 13 homens, com idades entre os 25 e os 68 anos e classes sociais de pertença diversificada quanto à escolaridade, profissão, posição de classe própria e de origem. Mais concretamente, o que se procurou nesta primeira fase foi conhecer as perspectivas e o entendimento que os indivíduos têm dos seus processos de envelhecimento e como gostariam de viver a sua velhice no quadro actual da sociedade portuguesa. Foi também nossa preocupação aferir se as práticas quotidianas sugerem estilos de vida que fazem antever uma atitude de preparação da sua velhice.

A abordagem do tema obedeceu a um guião previamente definido cuja construção foi aferida, por um lado, em entrevistas de pré-teste e, por outro, em sessões de avaliação, reflexão e análise periódicas efectuadas pela equipa do projecto de pesquisa ao longo da aplicação das entrevistas. Neste processo de reflexão foi-se questionando a forma como o tema era introduzido e a reacção dos/as entrevistados/as ao uso das expressões utilizadas. A nossa intenção foi a de propiciar aos sujeitos entrevistados um contexto de discurso espontâneo e evitar o enviesamento provocado

pela indução da forma de perguntar. Procurou-se que as expressões não se apresentassem como decorrentes do quadro jurídico-administrativo de referência nem como provocatórias na relação estabelecida entre o entrevistador e o/a entrevistado/a. A título de exemplo, referimo-nos aos efeitos da formulação de uma dada questão. Quando perguntávamos a uma pessoa com mais de 65 anos “como é a sua velhice” ou “o que fez para preparar a sua velhice”, denunciávamos um mapa cognitivo que admite a sua classificação de velha. Consequentemente, a tendência era para que o sujeito entrevistado se retivesse nessa formulação e aceitasse a situação introduzida. A orientação dada ao seu discurso pautava-se por uma lógica coerente com a questão colocada e que nos levantava questões acerca da veracidade da sua forma de pensar, sentir e agir sobre o assunto naquele momento. Entendemos, por isso, utilizar expressões que, no seu uso, provocassem a mesma reacção em sujeitos de diferentes idades e de condições de vida distintas. Foram testadas várias expressões, que nos permitiram analisar as suas reacções à acção do/a entrevistador/a. Concluiu-se que as mais limpas de ruído perturbador à nossa comunicação, são as que se seguem.

- Como encara a sua velhice;
- O que faz para preparar a sua velhice;
- O que é, para si, a velhice.

Optou-se por fazer a introdução do tema com a frase “como encara a sua velhice” e algumas vezes com “como imagina a sua velhice”. A distinção entre as duas palavras “encara” e “imagina” deveu-se a uma maior familiarização de alguns sujeitos com uma ou outra das palavras. Ou seja,

nas situações em que apresentavam dificuldades no entendimento da palavra “encara” ela era ultrapassada com a palavra “imagina”. Apesar de semanticamente lhe serem atribuídos significados diferentes, verificou-se que o entendimento corrente das duas palavras era similar para grande parte dos sujeitos.

Nesta primeira fase, a recolha de dados aparece numa lógica exploratória cujo procedimento de análise dos dados de entrevistas, no dizer de Maroy (1997: 117), é “um meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade”. A análise das perspectivas contidas na definição de velhice mostrou que para os adultos jovens (idades até quarenta e cinco anos) a velhice aparece como um conceito abstracto, um dado ‘natural’ que se sabe existir mas que se rejeita do espaço da consciência - “nunca pensei”, “não quero pensar” - e se associa, genericamente, a decrepitude e falta de vivacidade. Está presente uma expectativa de velhice feliz e sem perda de capacidades que acontece “lá para os 80 anos”, embora se manifeste o medo das “doenças que podem surgir”. É, essencialmente, uma visão optimista mais fantasista do que presa à realidade, que frequentemente respondem com frases que se relacionam com os ritmos e desejos da vida actual de jovem - “ser uma velha charmosa”, “uma velhinha doida”, “uma velha gaiteira”, “tenho um espírito de brincalhão, de boa disposição. Acho que vou continuar assim” - são afirmações que correspondem ao domínio do desejo e que parecem expressar a noção de que a velhice pode comportar uma dimensão do agradável, até mesmo da sedução, desde que o próprio indivíduo a isso se decida voluntariosamente.

A definição espontânea de velhice pelas ‘pessoas de idade’ (com 50 ou mais anos de idade) apresenta traços diferentes. A noção de velhice não se associa a idade, mas sim a situações de se “ficar doente” o que pode ocorrer em qualquer idade. A interiorização é de uma maior longevidade “até aos 90 anos” e sobressai uma visão negativa sobre a velhice, associada a dependência de terceiros. A perspectiva da velhice aparece mais realista na medida em que é influenciada pelas situações concretas da sua vida actual. Pelas suas idades, o tempo de velhice aproxima-se com o envelhecimento a fazer-se já sentir. As expectativas face à velhice denunciam as auto-percepções actuais. Neste pensamento sobre a velhice que se começa a perspectivar, aparece a referência à hipótese de ir viver para um Lar como facto que não é do seu agrado mas que, face à não disponibilidade dos filhos, aceitam como alternativa. A atitude de resignação emerge nos argumentos que justificam a “falta de condições” dos filhos de “olhar por eles”. Sobressai a aceitação conformista das ‘novas’ relações familiares que contrariam as expectativas construídas para a sua velhice. Reflectindo o que a experiência lhes mostra, o desejo para a sua velhice é de se “manter em casa”, com a família perto. Com isto reconhecem que a vida hoje não permite aos filhos “terem tempo para cuidar dos pais”. Contudo, no quadro das suas referências, o “ter os filhos perto” é já uma solução alternativa encontrada, “isso já me fazia feliz”. É pela proximidade e companhia frequente dos filhos/as e pela presença (desejada) do cônjuge ao seu lado, que encaram a vitória sobre a potencial solidão que integram na noção de velhice.

Foi com base nestes resultados que decidimos entrevistar apenas pessoas com idades acima dos 50 anos, na segunda fase da nossa pesquisa. Esta

decisão apoiou-se na maior identificação deste grupo de idade com o tema em análise, justificada pela sua maior proximidade temporal e maior visibilidade das contradições elaboradas na sociedade moderna avançada que vão moldar ou moldam a sua vida de velhice.

A construção do guião da entrevista da segunda fase reflecte as pistas referenciadas pelos dados da primeira fase exploratória do tema. Foi nossa pretensão perceber, antes de mais, o modo como os indivíduos olham a sua velhice, ou seja, se se vêem como velhos/as ou não? O esclarecimento dessa percepção permitiria conhecer quais as características que atribuem à velhice, ou seja, como a representam, como perspectivam a velhice na sociedade actual? Que processos estão presentes na construção das suas percepções, como as expressam e que estratégias usam nesse movimento?

Iniciámos o guião de entrevista com a concepção abstracta de velhice “o que é para si a velhice” passando progressivamente à sua concretização.

- O que é ser velho?
- Conhece alguém que seja velho?
- Como imaginava a sua velhice há uns anos atrás?
- Como imagina que vai ser a sua velhice?
- Sentimento de ser velho?

Para percebermos se a questão da velhice seria um *tabu* social ou não, introduzimos o tema da sexualidade na velhice relacionando-a com os

afectos e os sentimentos na velhice. Nesta questão tornou-se importante perceber como perspectivam o papel da família na sua velhice.

A condução das entrevistas orientou-se pelo guião construído e interiorizado sem a preocupação de obediência à mesma ordem específica. O mote ou senha de abertura (Ruquoy, 1997), “começo por lhe perguntar o que é para si a velhice”, foi igual em todas as entrevistas, dando lugar a uma grande liberdade de escolha para o sujeito entrevistado na forma de orientar o sentido a dar à concepção de velhice.

Começámos por pedir autorização para gravar a conversa sustentando que a não gravação nos daria um discurso menos fiel às ideias apresentadas. As alternativas eram o recurso ao registo escrito no momento, mas que retiraria a espontaneidade à conversa ou o recurso à memória que a fazer-se, forçosamente, deixaria escapar partes do discurso da memória da entrevistadora. Apenas um indivíduo mostrou resistência inicial ao gravador argumentando que estava em litígio com a Câmara Municipal e receava poder vir a ser prejudicado pelo que pudesse dizer. Esclarecemos sobre a confidencialidade da gravação e a nossa não vinculação à instituição referida. Apesar disso a resistência manteve-se e a entrevista iniciou-se sem gravação. No entanto, mantivemos o gravador desligado à vista do entrevistado que posteriormente disse que o poderíamos ligar.

Cada entrevista teve a duração aproximada de duas horas e meia, havendo casos em que a conversa continuava depois da entrevista terminar. Esses momentos eram de maior familiaridade com a

entrevistadora levando os entrevistados a mostrar objectos pessoais, desde fotografias suas e de familiares a obras de melhorias que tinham feito nas casas e, por vezes, a querer continuar a conversar de forma “mais solta” dado que o gravador estava desligado. Foi notório nas atitudes dos indivíduos um querer falar das suas vidas pessoais entrando em confidencialidades da sua intimidade o que esclarece sobre a boa receptividade da entrevista.

Foi nossa intenção envolvermo-nos em todos os momentos da segunda fase pelo que as entrevistas foram todas realizadas pela própria investigadora. Nos contactos prévios, os indivíduos a entrevistar eram esclarecidos sobre os objectivos do trabalho, o tema da conversa e a finalidade do material a recolher. Esse foi o primeiro passo de conquista dos/as entrevistados/as para a colaboração na investigação no sentido de que com este procedimento se sentiam empenhados/as ao saber que o seu discurso integraria um estudo alargado.

As entrevistas decorreram nos locais designados pelos próprios, ou seja, umas no seu domicílio, outras nos seus locais de trabalho, na hora e no dia previamente combinados. Nenhuma entrevista foi desmarcada e em todas houve o rigor da pontualidade da nossa parte mostrando-nos totalmente disponível em termos de tempo e de empatia.

No decurso das entrevistas foi por vezes evidente, por olhares e tom de voz, a cumplicidade com a entrevistadora por a verem como próxima deles, especialmente na idade. Queremos dizer que os/as entrevistados/as projectavam na entrevistadora uma pessoa com quem podiam partilhar as

angústias e os prazeres vividos e sentidos com a garantia de serem ouvidos e compreendidos.

Na condução da entrevista fomos recorrendo a falares anteriores do entrevistado como forma de encadear os assuntos. Contudo, demos conta de que a técnica de eco ou recurso à expressão “há pouco disse que ...”, provocava frequentemente uma reacção subtil de mudança de atitude. Por vezes, era assumida uma atitude de defesa perante a entrevistadora, como que um medo de serem encontradas contradições no seu discurso. Por vezes, corrigiam a entrevistadora com “o que eu quis dizer” ou “pois, parece uma contradição, mas não é bem assim”. Se por um lado essa reacção nos permitia aclarar o sentido de uma dada frase ou ideia, por outro lado, tendia por vezes a induzir a uma retracção do entrevistado relativamente ao seu discurso e à entrevistadora. Subtilmente perdia-se a empatia conquistada, a confiança adquirida e uma sinceridade na narrativa que viria a prejudicar a fidelidade das subjectividades na análise discursiva. Optámos então por utilizar a expressão “falou que” ou “fala-se em” no sentido de induzir para uma atitude de querer compreender o que foi dito e colocar o entrevistado na posição de querer colaborar e explicar de forma detalhada o seu sentir. É dado um novo campo para continuar a exprimir os seus sentimentos, as suas ideias, as suas emoções e as suas expectativas com a liberdade de quem quer dar a conhecer o seu estilo de vida.

Fizemos a transcrição integral das entrevistas o que nos colocou, mais uma vez, diante do sujeito falante, agora em diferido, mas que se reflectiu no nosso pensamento sobre a compreensão do discurso narrativo. O que

inicialmente, em alguns casos, parecia um discurso desestruturado passou a ter um sentido mais claro através das entoações de voz, dos silêncios e das variações na intensidade das palavras. Esse exercício de escuta foi repetido algumas vezes sempre que sentíamos necessidade de esclarecer dúvidas colocadas na nossa compreensão.

O tema da sexualidade era deixado para último lugar na conversa, decidindo a entrevistadora o momento adequado para incluir na conversa e o recurso ou não a um preâmbulo ao tema a fim de evitar constrangimentos na relação de confiança conquistada. De uma forma geral o tema foi bem aceite, havendo casos em que eram os próprios que o abordavam quando falavam dos afectos. Todos/as os/as entrevistados/as falaram sobre o assunto revelando, em alguns momentos, uma cumplicidade entre entrevistadora e entrevistado no sentido de, por vezes, sentirmos necessidade de reforçar a confidencialidade da entrevista para que a conversa continuasse no domínio da intimidade. Notou-se, de uma forma geral, um sorriso de felicidade ou mesmo de “malandrice” na abordagem do tema. Foi claro o seu empenhamento na abordagem séria do tema e, ao mesmo tempo, uma reflexão espontânea sobre o que a sua vida amorosa lhes suscitava.

6. 2. Amostra

A amostra foi intencionalmente constituída por indivíduos com idade de 50 ou mais anos em que uns trabalham e estão próximos da reforma, outros estão reformados por invalidez ou por limite de idade e outros/as que optaram livremente pela reforma ou que nunca trabalharam

profissionalmente. Ela não é representativa nem probabilística dado que nos situamos na identificação e compreensão de processos constitutivos da vida quotidiana e não na sua distribuição e representatividade. Foi constituída por conveniência por forma a atingir a saturação dentro das temáticas em pesquisa.

A amostra constituiu-se por vinte e quatro pessoas, doze de área rural e doze de área urbana. Em cada um dos dois subgrupos estão representados os géneros feminino e masculino em partes iguais e as classes da burguesia (4), pequena burguesia (4) e operariado (4), classificação elaborada com base na escolaridade, profissão, posição de classe própria e de origem, calculadas em função dos atributos da Classificação Nacional das Profissões. As idades situam-se entre os 50 anos e os 88 anos, com doze indivíduos com idades entre os 50 e os 60 anos, dez entre os 60 e os 70 anos, um com 73 anos e outro com 88 anos.

No sentido de melhor compreendermos as intersubjectividades dos indivíduos, privilegiámos o nosso conhecimento e proximidade sócio-cultural de duas áreas geográfico-sociais: na área rural e semi-rural situámo-nos nos concelhos de Cinfães e Vale de Cambra, áreas que conhecemos, a primeira por relações desenvolvidas quer na origem familiar quer de amizades pessoais, a segunda por relações de trabalho e de amizades pessoais. Na área urbana situámo-nos na Área Metropolitana do Porto cuja evolução acompanhamos, quer pelo facto de termos vivido cerca de 40 anos no concelho do Porto, quer por nele termos trabalhado profissionalmente cerca de 29 anos.

Nesta opção poderá equacionar-se a questão ética e subjectiva da investigadora que, ao conhecer e ter vivido no local onde se realizam as entrevistas, poderá ser condição de interferência na relação entre o objecto de pesquisa e a pesquisadora no sentido de enviesar as representações e os significados que o actor, enquanto objecto de pesquisa, atribui ao mundo que o rodeia. Atenta a esta possibilidade fomos eliminando situações e contextos propiciadores desse envolvimento de subjectividade íntima. Por um lado, encaramos esse conhecimento contextual como um privilégio para a nossa pesquisa no sentido de que dele nos distanciamos naquilo que de mais íntimo a nossa relação pudesse ter. Esse distanciamento alicerçou-se nas reflexões teóricas sobre o envelhecimento e a velhice que induziu os nossos quadros de referência organizativos do objecto de pesquisa. Outro factor de distanciamento associa-se ao reencontro do nosso olhar com o contexto conhecido no domínio da intimidade subjectiva e desconhecido no domínio da objectividade da pesquisa. Prossequimos na ideia de Lalanda (1998) ao atribuir ao sociólogo a exigência do conhecimento do meio onde se realiza o trabalho de campo associado a um olhar crítico da realidade observada. O envolvimento do entrevistador na criação de uma relação de confiança pauta-se pela objectivação do seu conhecimento científico não sendo confundido com um envolvimento personalizado e subjectivo.

O procedimento de constituição progressiva da amostra teve como ponto de partida as nossas relações de amizade em cada uma das áreas. Em Cinfães o ponto de partida foi uma professora do ensino básico e em Vale de Cambra foi a Directora Técnica de uma IPSS, a quem pedimos que nos indicassem uma pessoa que correspondesse aos critérios por nós

definidos para cada caso em termos de género, idade e tipo de família e que fossem nossas desconhecidas. Na Área Metropolitana do Porto socorremo-nos de amizades pessoais e profissionais para estabelecermos o primeiro contacto com pessoas de cada grupo social. A partir do primeiro contacto com as pessoas de cada uma das áreas, pedimos que nos indicassem outra pessoa das suas relações, de acordo com os termos de género, idade e tipo de família. Prossequimos com este método até constituirmos a amostra definida por se considerar suficiente para a saturação de informação.

6. 3. Procedimentos de análise

A análise do conteúdo numa perspectiva compreensiva não parte de uma proposta de verificação de uma teoria, ou de hipóteses preexistentes, onde os conceitos constitutivos da teoria e as categorias sugeridas comandam, de forma articulada, a classificação dos segmentos do material a analisar. Esta postura levar-nos-ia para uma descrição simples com base numa grelha previamente elaborada com a predefinição das diferentes categorias e suas relações.

No seguimento de Maroy, (1997: 121) “a preocupação dos sociólogos não deve resumir-se a verificarem as teorias preexistentes, desenvolvidas de maneira lógico-dedutiva, mas devem desenvolver outras, partindo dos campos de investigação. Deste modo, a teoria é concebida não tanto como um corpo definitivo de proposições, mas mais como um ‘processo’, um conjunto de conceitos que continuarão a ser desenvolvidos”.

O esquema geral de análise teve como ponto de partida os materiais existentes que suportaram o *corpus* de análise, ou seja, as narrativas das pessoas (Miles e Huberman, 1984). O trabalho desenvolveu-se no sentido da descoberta das categorias pertinentes passíveis de dar a compreender a realidade observada. Procurou-se com isto evitar que o trabalho importasse esquemas de raciocínio e categorias preconcebidas que não se encaixassem no universo sócio-simbólico do sujeito entrevistado.

A interpretação do material recolhido levanta continuamente questões, necessitando de ser revista face a dados novos emergentes de novas leituras, sendo modificadas, alongadas ou eliminadas se necessário (Strauss e Corbin, 1998). Estes autores argumentam que é necessário explorar as ideias no sentido de serem consideradas de diferentes ângulos ou perspectivas tendo em conta as implicações da teoria. Impõe-se testar a robustez das interpretações derivadas da análise qualitativa tornando-as pertinentes e plausíveis, uma vez que podem existir várias interpretações para os casos.

Ao mergulhar nos dados, procurámos manter, simultaneamente, o equilíbrio entre ser objectivo, fazendo uma interpretação imparcial e cuidadosa das representações sobre o problema, e o ser sensível, apreendendo os significados contidos nos dados recolhidos (Strauss e Corbin, 1998). Embora a objectividade e a sensibilidade pareçam excluir-se, em investigação qualitativa são ambas importantes para fazer descobertas. A primeira pressupõe da parte do investigador abertura e disponibilidade para “dar voz” aos entrevistados e para ouvir o que eles têm para dizer enquanto que a segunda sugere criatividade para obter

insights, dar sentido aos acontecimentos e descobrir novas concepções a partir dos dados (Strauss e Corbin, 1998).

Nesse sentido, iniciámos o trabalho com uma análise vertical (intra-caso) que consistiu em confrontar os discursos com a nossa compreensão dos mesmos. Dessa análise sobressaíram elementos importantes para a compreensão da experiência de envelhecimento e velhice. Pretendeu-se com isso ver como é que, em cada caso, os entrevistados expressavam esses conceitos e de que forma eles ajudavam a compreender a experiência vivida. No final da análise de cada caso fizemos um resumo integrativo das conclusões. No sentido de aproximarmos as análises verticais, prosseguimos com a análise horizontal (inter-casos), ou seja, comparamos os dados compreensivos de cada caso com vista ao fortalecimento da construção dessa compreensão. Estes exercícios constituíram os momentos mais intensos da análise, dado que se constituíam em oportunidades de colocar várias hipóteses compreensivas sobre a experiência de envelhecimento e velhice. A comparação sistemática suportou todos os dados fazendo com que fossem apresentados e organizados de forma a facilitar a emergência de um esquema lógico, sistemático e compreensivo.

CAPÍTULO SETE

Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice

Neste capítulo apresentam-se os resultados da análise das entrevistas sobre o envelhecimento e velhice.

As racionalidades leigas sobre a velhice fazem uso de uma matriz de envelhecimento individual com separação do corpo e da mente. Aceita-se o envelhecimento físico que dá a noção de velhice heterogénea que se diferencia da velhice cronológica e social.

Os contextos sócio-económicos e as doenças são dimensões também responsáveis pela variedade de 'velhices' o que induz a dizer que a velhice pode acontecer em qualquer idade.

O envelhecimento intelectual 'natural' só acontece se as pessoas se desligarem de actividades de convívio e de participação social, fazendo-o depender da atitude individual.

A institucionalização da velhice na sociedade moderna é, de uma forma geral, rejeitada embora aceite como necessidade em situação de dependência, no quadro de uma atitude de compreensão da vida moderna que, pela insegurança nas relações de trabalho, retira às gerações mais jovens a disponibilidade para ser cuidador.

7. Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice

7. 1. A velhice como envelhecimento biológico individual

A concepção de velhice humana sustenta-se na percepção empírica dos sinais exteriores que têm tradução na componente física do humano, seja ela o aspecto - “ficar com rugas”, “ficar curvado”, “ter cabelos brancos”, “ter dificuldade em ver”, - ou a limitação das capacidades - “perder a agilidade”, “ter dificuldade a andar” e “ser lento”, - bem assim como na componente mental - “esquecimentos”, “perda de memória” e “diminuição de forças intelectuais”. É esta dimensão do envelhecimento como algo que se passa no corpo e na mente que é imediatamente convocada pelos discursos como imagem primariamente associada ao conceito. O desenvolvimento posterior do discurso virá a revelar a sua faceta social, nomeadamente no que tem a ver com o sentimento de exclusão da vida social e relacional.

Temos assim uma primeira representação que associa velhice com a imagem de pessoas com muita idade. Ou seja, embora não definida pela cronologia - uma idade (ex. 65 anos) - a velhice é definida pela idade como significante de corpo e mente envelhecidos, gastos ou cansados.

Ao nível da componente física, o discurso enquadra a velhice numa visão do corpo como máquina que, enquanto nova, “trabalha certinha às mil maravilhas” e, quando já tem uso, se desgasta e “começam as folgas”. É ao desgaste físico pelo uso que é atribuída a perda gradual da agilidade e da energia que anima o corpo - “vão-se perdendo as forças físicas”, “já não faz as mesmas coisas que se fazia há 20 anos”, etc.. O ‘chegar ao café

para ler o jornal e ver que se esqueceu dos óculos' é a lembrança desse desgaste natural que precisa ser compensado. Nesta concepção de desgaste pelo uso está também presente, embora de forma vaga e não específica, a referência à concepção científica de envelhecimento celular - "aos 25 anos começam a envelhecer" - e à degeneração dos órgãos. Faz-se apelo aos limites biológicos da longevidade do indivíduo como actuação 'natural' de evolução progressiva e previsível. Os discursos mostram a integração do paradigma científico, nomeadamente da visão médica do corpo e do seu funcionamento, num movimento de desdogmatização da ciência (Santos, 1989) que, a par com o senso comum, se transforma numa nova forma de conhecimento. Os discursos revelam, assim, a assunção do sujeito epistémico na reflexividade do seu agir no quotidiano.

Na expressão uso, o que está em causa é a degradação 'normal' dos órgãos nos quais se inclui o "desgaste do cérebro". Esse desgaste é o responsável pelos esquecimentos e enganos "próprios da idade", no sentido de derivados da "perda de memória" pois, com o tempo, o cérebro "fica cansado". A este nível das capacidades mentais, também está presente a noção de desgaste, expressa com clareza pela noção de "cansaço intelectual" que remete para a de trabalho acumulado de raciocinar.

O pensamento leigo separa, de forma nítida, o processo de envelhecimento do que é doença. Distingue-se esse "desgaste natural" sobre o que, como veremos, a própria pessoa tem um certo poder de controlo, daquele que resulta de doença e faz entrar no campo da fatalidade, ou inesperado, que pode acontecer a qualquer momento, a

qualquer pessoa. O 'desgaste natural' traduz-se por perda de capacidades mas não afecta o ser da pessoa no sentido de que - "elas sabem aquilo que estão a fazer e a dizer" e "estão no tino delas. A "doença da cabeça", como é o caso da "doença de alzheimer", é responsável pela perda de noção do ser no sentido em que - "não sabe aquilo que faz ou aquilo que diz", "não sabe onde está" e "até pode fugir às pessoas". O conhecimento científico faz de novo aparição sob a forma de expressão genética que "já nasce com a pessoa" e condiciona a evolução para esse desgaste ou para o surgimento da doença. Mas, a par desse apropriação da informação científica, o traço mais marcante nos discursos sobre a origem das doenças da cabeça é o facto de eles remeterem para o 'poder divino' de determinar o destino - "aquilo que Deus me mandar e quiser", "Deus me livre e guarde" - e de castigar - "podem ser os pecados da gente a pesar".

Também ao nível do 'desgaste físico' os discursos fazem a distinção entre o envelhecimento natural dos órgãos e a 'má velhice' que inclui a doença. A 'má velhice' refere-se às incapacidades porque - "se cai numa cama" e "fica-se a vegetar". É uma concepção distinta da 'doença na velhice' no sentido da maior vulnerabilidade às doenças que existem "a partir dos 50 anos". Mais uma vez está presente a visão médica com enunciado de doenças comuns nas pessoas com mais de 50 anos, - "o colesterol alto", a "diabetes", "o reumático", "as artroses", "a cegueira", "a falha na memória", a "trombose", "as tensões altas", "a osteoporose" nas mulheres e, nos homens, "o aparecimento de problemas com a próstata".

Os modelos explicativos da doença física assentam na realidade quotidiana - "porque se trabalhou duro", "passava dias sem comer, com um

café e fumava muito, e a trabalhar (...) a trombose teve-a aos 50 anos” e também “quando se tem uma vida intensa”, uma vida “agitada”. Sobressaem, também, noções próximas da concepção médica de estilo de vida saudável, no sentido de que os comportamentos individuais - “não ter vícios de álcool e fumo”, “não comer fritos”, “comer a horas” e “ter uma vida regrada” - podem evitar algumas das doenças que a modernidade avançada atribui à velhice. Ou seja, há a consciência da influência negativa das condições de vida adversas e, a par do conhecimento do que são práticas saudáveis, há a consciência que se adopta estratégias prejudiciais ao percurso do envelhecimento. Os discursos dão conta de uma concepção de corpo físico como sendo a principal tecnologia do trabalho. A ‘cultura do trabalho’ sobrepõe-se ao saber da “subcultura da medicina” (Nunes, 1997) cujos pressupostos assentam no ideal “*de uma vida o mais longa possível e em boas condições*” (Nunes, 1997: 197).

Temos assim uma primeira concepção de velhice associada à idade como passagem do tempo e identificada com o processo de envelhecimento individual, no sentido de diminuição de capacidades físicas e mentais ‘pelo uso’ do organismo e acompanhada da noção de “doenças próprias da idade” no sentido de probabilidade de adoecer que aumenta com o próprio processo da passagem do tempo (ou envelhecimento). Aparentemente desligada desta visão do ‘desgaste natural’ e da ‘doença própria da idade’ está a concepção de ‘doença grave’ que se pode traduzir no físico ou na mente. A primeira, a doença responsável pela perda de autonomia motora, é relativa ao mundo material do corpo e explicada à luz dos comportamentos individuais (excessos). A outra, a doença que se manifesta ao nível da mente, retirando às pessoas a noção de serem quem

são, é remetida para causa sobrenatural em que a responsabilidade individual, a existir, é de ordem moral (pecado). De realçar que, apesar de ‘desligada’ da doença natural no sentido de descontinuidade, a ‘doença grave’ não deixa de ser uma realidade convocada pelo discurso sobre a velhice, ou seja, contida na representação sobre ela.

A percepção de desgaste físico e mental induz os discursos para a ideia de dependência. Esta significa perda de qualidade de vida, notoriamente no que se refere à dignidade percebida pela capacidade de “dizer sim ou dizer não”. Dessa limitação de capacidades é sublinhada a dimensão “triste” da velhice, assente no pressuposto de que a perda de capacidades é irreversível e de que as pessoas ficam - “desamparadas, sozinhas” e “a sofrer”, ou se transformam num fardo para ‘o outro’ - “dar trabalho”, “estorvar” - dada a impossibilidade de tratar de si ou das lidas quotidianas (mais adiante retomaremos esta secção de análise).

7. 2. Imagens de velhice

A representação social de velhice como acontecimento individual não convoca somente aspectos negativos relacionados com o ‘desgaste’ e a eventual ‘dependência. Envelhecer é também “ter experiência”, “ter amadurecimento”, “ter dignidade”, “ter uma compreensão das coisas e do mundo mais elaborada e mais abrangente”, ou seja, descobre-se uma visão positiva que associa o envelhecimento com acumulação de competências e amadurecimento progressivo sobre os assuntos que ocupam e preocupam as pessoas. Exemplificativo desta complexa configuração em que ‘ser velho’ tanto inclui a perda como o ganho de

capacidades, é o desenvolvimento do discurso sobre o “cansaço do cérebro” que, numa primeira asserção, apareceu como a causa dos ‘esquecimentos’ e da ‘lentidão no raciocínio’. Mas quando se aprofunda o discurso, torna-se presente uma ambivalência em torno da ‘lentidão’ que, não deixando de ser vista como consequência do envelhecimento, expressa na consciência de que “há algumas coisas que já não faço como fazia antes, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista rapidez”, inclui a noção de maior ponderação sobre os assuntos dado que - “à medida que os anos vão passando, vamo-nos lembrando de factos controversos, contraditórios que fazem com que não tenhamos tantas certezas”, “mais dificuldade na tomada de posição”. Ou seja, a ‘lentidão de raciocínio’ é apresentada como consequência do amadurecimento ou maior saber, maior preparação para avaliar o nível das consequências das decisões, que complexifica o olhar sobre a vida e justificando o “abrandar determinadas convicções”.

É assim que a noção de velhice que, numa abordagem imediata, começa por convocar a dimensão fisiológica, designadamente, no que respeita às limitações que vai acumulando, evolui com o discurso, avançando no sentido da dimensão psicológica. A este nível, a noção moderna de indivíduo como ser competente e responsável por essa mesma competência sobrepõe-se à noção de envelhecimento como consequência natural da vida. Na percepção leiga de velhice “só se envelhece se quisermos” o que depende do “estado de espírito” das pessoas na convicção de que ele é determinante para as diferentes formas de encarar a velhice. “A velhice está na cabeça” é uma frase chave que significa a importância da atitude individual de manter o interesse pela vida como

forma de repudiar a velhice - ter “espírito brincalhão”, manter “contacto com jovens”, querer “manter-se jovem”, fazer “as coisas com alegria”. A velhice é assim, no discurso leigo, o resultado da atitude individual face a ela, ou seja, é uma identidade construída como projecto.

A velhice associada ao “estado de espírito” admite uma subtilidade de classificação que é a ‘dos novos que são velhos’ e ‘dos velhos que são novos’. É-se velho, ainda que se seja novo em idade, quando “não tem ambições”, “não sente vontade de viver”, “não tem iniciativa”, “não tem forma de vida”, “não tem sentido disto ou daquilo”, “sem vontade de trabalhar” e “sem energias”. De forma semelhante, são associadas a uma “postura de velho” sem idade para o ser, as pessoas novas que não têm comportamentos de actividade e vitalidade físicas, classificadas como pessoas “amorfos” que só deveriam ter “aquelas características passados 20 ou 30 anos”. A convocação, pelo discurso, do exemplo da atitude de pessoas com muita idade, pessoas com mais de oitenta ou noventa anos - de “conversar com vivacidade e interessar-se pelo que se passa pelo mundo” e “ter tudo na cabeça como se tivesse uns 20 ou 30 anos” - acentua essa noção de que a velhice depende do “estado de espírito” voluntarista que cada pessoa consegue manter. Os exemplos de familiares e figuras públicas reforçam essa convicção de que “a velhice acontece” à margem da idade:

“O meu pai tem 78 anos e eu ainda continuo a discutir com o meu pai os problemas do concelho, os problemas políticos do concelho, os problemas desportivos nacionais, a cultura”
(Homem Rural, 54 anos, Professor do 1.º ciclo do ensino básico, Aposentado);

“Eu tenho uma mãe de 82 anos, que tem uma cabeça fantástica e que, para além de ler muito, faz palavras cruzadas, que é o exercício que ela mais gosta para exercitar a sua memória” (Mulher Urbana, 53 anos, Professora do ensino secundário);

“O Emidio Guerreiro é um homem que sempre teve um apoio familiar fantástico (...) não é normal que um homem com cento e tal anos continue a preocupar-se se temos um Governo de direita ou um Governo de esquerda, não é?” (Homem Rural, 54 anos, Professor do 1.º ciclo do ensino básico, Aposentado);

“Às vezes a gente vê pessoas velhas muito activas, a gente vê na televisão aquelas pessoas a conversar. O Manoel de Oliveira, aquele realizador, ele diz que vai levar a máquina de filmar quando morrer! Tem 90 anos e ainda faz filmes” (Mulher Rural, 55 anos, Professora do 1.º ciclo do ensino básico, Aposentada).

A visão da velhice como “estado de espírito” dá a perceber que envelhecimento psicológico não está, como o biológico, previamente determinado e pode ser contrariado. Não envelhecer psicologicamente, é o resultado de uma atitude activa de oposição a - “perder a ambição das coisas”, “não ter ânimo”, “não ter luminosidade no olhar”, “ficar bloqueado”, “ficar caído”, “ter desinteresse pela vida” e “não ter vontade própria”.

Nesta visão da pessoa como responsável por ‘não envelhecer’ estão contidas, ao mesmo tempo, duas representações, embora só uma seja explicitada - a de que o envelhecimento se pode ‘combater’. Mas, se há que o ‘combater’, é porque na imagem social que dela se tem está contido

o implícito de que envelhecer psicologicamente também é natural, ou seja, por si mesmo, o envelhecimento temporal orienta também para o envelhecimento psicológico que se traduz em desinteresse pelas coisas - “ser chato” porque “só fala de doenças”, “tem ideias retrógradas” e “ser contra tudo”.

A visão leiga sobre o processo de envelhecimento revela, assim, a concepção moderna da superioridade da mente na relação corpo-espírito. “Trabalhar o intelecto” aparece como uma responsabilidade de cada um para conseguir “manter a chama viva” e a “esperança” no sentido da prevenção da degradação mental e da degradação física. A “inteligência pode ser trabalhada”, influenciando a atitude perante a vida e, mais concretamente, perante o processo de envelhecimento e a velhice. Os discursos suportam-se em exemplos de familiares ou conhecidos que, na trajectória de vida, criaram o hábito de reagir porque se “habituarão a batalhar”, expressando uma personalidade mais activa, com opiniões próprias, numa atitude de “não se deixar calcar”, sobressaindo a ideia de que “as pessoas quando são inteligentes não param”. Enquanto outras se submeteram ao “hábito de ser calcada”, induzindo o sentimento de submissão e retraimento a reagir com o que pensa sobre as coisas.

Esta noção de possibilidade de “trabalhar a inteligência” no sentido de atitude perante a vida, refere-se à atitude individual, mas marcada pela estrutura da sociedade. Com efeito, “uns desenvolvem-na e outros não”, de acordo com o meio e as condições de vida. É assim que a supremacia da mente se diferencia pela dimensão cultural que a associa ao meio ambiente. Um meio ‘limitado’, restringe o campo de desenvolvimento

porque leva as pessoas a terem “conceitos de vida” cujas preocupações se colocam ao nível “das necessidades mínimas”. Um trabalho mecânico, contínuo ou isolado resulta em “isolamento” no sentido de um “ensimesmamento”, que não dá para pensar para além da rotina na execução das tarefas. A relevância da noção de “nível cultural mínimo” aparece para mostrar que “a visão do mundo” pode ser alargada pelos estudos, pelo viajar ou pelo ambiente em que se evolui. Ter uma “cultura acima da média” é encarado como “importante” para assumir preocupações com “o que se passa no mundo” nos vários domínios e, mais facilmente, fazer com que a “vida seja suportável”.

Os discursos evocam a construção agencial do estilo de vida (Gilleard e Higgs, 2000) como essencial para a construção de uma identidade na velhice associada ao bem-estar individual. Apesar de se perceber a influência da estrutura social no curso de vida do indivíduo, marcando a sua trajectória, a reflexividade do *self* interage numa reacção permanente com vista à remodelação do quotidiano na velhice (Giddens, 1994) na conquista desse bem-estar. O registo biográfico, inscrito no lugar de pertença de um grupo social, é também responsável pela condição de vida na velhice do indivíduo condicionando-lhe as oportunidades no acesso a um “nível cultural mínimo”.

Em síntese, o que se encontra é uma imagem negativa de velhice, visível quer na definição, quer nas representações que lhe estão associadas, mas imagem rejeitada como imperativa no sentido em que se pode ‘vencer a velhice’. Vencer a velhice é uma atitude de inteligência e de luta. É - “manter o intelecto activo”, “estar aberto ao que é novo”, “cortar com

conversas negativas” e “ter conversas que estimulem os jovens”. É “o estado de alma das pessoas” porque “a vida faz as pessoas”. É uma luta por “ter vontade de viver”, “ter actividades na comunidade”, condicionada pela “atitude de cada um” que se faz depender “da vida que se levou”, “a idade é uma soma matemática do tempo. A gente tem idade e pode ser velho, e pode não ser”. Ou seja, vencer a velhice é induzir o estilo de vida que se tem para horizontes que recusam o ‘ficar velho’ e também o “não se deixar bloquear” e “ter preocupações com o que se passa no mundo”.

7. 3. Em que idade se é ‘velho’

Na visão leiga, a velhice é uma função da idade no sentido em que “vem com o passar dos anos”. Ou seja, há um significado de velhice que a associa ao ciclo de vida ou à cronologia e lhe reconhece limitações bio-fisio-psicológicas. Ter muita idade acarreta diminuição de mobilidade e agilidade - “não correr como corria”, “não viajar sozinho”, - fragilidades ao nível do corpo - “têm de andar mais agasalhados”, “não aguentam tanto o frio”, “se apanha chuva na cabeça constipa-se logo” e mudanças psicológicas - “a partir de certa idade não se tem apetência para sair para lado nenhum”.

Mas claramente, essa ‘velhice cronológica’ não corresponde à noção de ‘velhice aos 65 anos’ que a modernidade instituiu - “quem olha agora para uma mulher de 60 anos, está óptima! Ou um homem, chega aos 80 e vê-se, eu digo jovens!”. Ou seja, ser velho não é ter muita idade, se muita idade significa a idade social de velho (65 anos) - “velhinhos, velhinhos são mesmo aqueles já de 90 para cima. Esses é que são velhinhos”:

“Achava-o velho na idade [102 anos]. Mas ele andava com uma bengalinha, atravessava a avenida e ainda ia para o jardim, conhecia as pessoas, ainda estava consciente, falava muito bem, mas pela idade, era [velho]” (Mulher Rural, 60 anos, Auxiliar de Educação).

Com efeito, as pessoas de 70 e 80 anos da amostra nunca se consideraram velhas e não gostam que lhe chamem velhas - “a velhice não tem a ver com a idade! A velhice acontece. Eu não me sinto velho”, “não me sinto velha, nem vou sentir, porque velho é um trapo”, “o mais significativo é o ter ou não ter gosto pela vida”. Há uma recusa clara em associar a velhice à idade cronológica - “a sociedade é fria, calculista, reforma as pessoas aos 60 anos porque estão velhas”, “não me considero aposentado (...) porque me sinto com capacidades físicas e intelectuais para desenvolver qualquer actividade”.

O ‘não se sentir velho’ está presente em todos os discursos da amostra, ou seja, os indivíduos de 50, 60, 70 e 80 anos afirmam que nunca se sentiram velhos no sentido da imagem negativa que têm da velhice. Aceita-se e reconhece-se haver uma diminuição gradual das capacidades físicas, mas elas são encaradas como irrelevantes face à manutenção das capacidades intelectuais. Isso aclara que a noção de velhice nas pessoas da amostra tem um acento “na cabeça” e não na idade cronológica, ao contrário do que as instituições decretam.

A idade dos 50 anos é o marco para fazer um balanço da vida que se viveu. Os discursos mostram que antes dessa idade as pessoas não pensam na velhice - “até aos 50 anos não há nada que nos doa”. O desgaste natural, até aí, é encarado como normal e sem consequências porque “nem me passava pela cabeça que ia ser velha”. A dedicação ao trabalho absorve o quotidiano das pessoas, não deixando espaço para reflexões sobre o processo do seu envelhecimento. É a partir dos 50 anos que surge a “fase crítica” coincidindo com “os filhos saírem da minha beira”. Sentir o corpo, nessa idade, é o primeiro sinal que anuncia uma outra fase da degradação dos órgãos - “um cansaço de um pâncreas”, “uma vesícula que... já não se pode comer a mesma coisa que se comia” - com a diminuição de vigor físico. Essas alterações convocam a susceptibilidade dos 50 anos que “é preciso corrigir, que é preciso arranjar” adaptando-se à concepção de “qualidade de vida” que isso acarreta, tendo “consciência que os anos passaram e, portanto, tem que se preservar”. Outro aspecto desse balanço é reservado à maneira de se gostar das coisas - “vamos mudando o nosso gosto”, “há uma adaptação dos nossos gostos à nossa idade” - e à disponibilidade de tempo - “uma pessoa está bem com todos”, “com uma capacidade de diálogo e tem pontos de comunhão, quer com pessoas de 66, 67 anos, quer com pessoas de 30”.

Nessa ‘meia-idade’ dos 50 anos, o pensamento sobre a sua própria velhice aparece esporadicamente “quando se está doente”. Começa-se a dar mais atenção à velhice “só quando a pessoa se vê nelas” porque as pessoas “começam a ficar mais fracas, com menos força”. A doença nessas situações é como uma lembrança da velhice, dissipada quando “depois passa” e se recupera a situação de saúde como o estado mais frequente

na vida quotidiana. Os efeitos de falta de saúde - “princípio de enfarte”, “operação aos intestinos”, “ablação ao peito” - que levam ao condicionamento do estilo de vida porque “deixa-se de poder trabalhar tantas horas como antes” e “deixou de ter o que tinha”, são vistos como o interruptor que num dado momento despertou para uma incapacidade não prevista. Esta percepção de degradação física que acontece, ‘independentemente da idade’, e à qual é necessário fazer ajustamentos a nível psicológico e relacional, é a primeira auto-percepção de velhice.

A palavra ‘velho’ é rejeitada - “não queremos acreditar que somos velhos” - porque a ela é associada a representação de ‘menosprezo social’ e uma imagem negativa da pessoa - “não gosto dessa palavra de velho, fico assim triste por dentro, costuma-se dizer que velhos são os farrapos”, “não gosto da palavra velho, somos mais usados ou menos usados”. Nessa atitude transparece a diferença entre ‘ser velho’ e ‘envelhecer’. Ou seja, o ‘ser velho’ é dado pela imagem que têm do ‘outro’ que não querem para si, e o ‘envelhecer’ é dado pela percepção que têm do auto-envelhecimento cujo processo é visto como amadurecimento, numa maneira de estar activa. De uma forma geral, as pessoas não se sentem velhas e não pensam na velhice, no que se percebe uma atitude de fuga ao pensamento sobre a sua própria velhice porque nela está a representação de decrepitude e de eventual incapacidade. A velhice é algo que acontece aos outros.

7. 4. A velhice como acontecimento social

A representação social de velhice e do envelhecimento que até aqui se apresentou como acontecimento que tem lugar no corpo e na mente individual, ainda que referida ao meio social ambiente, vai ganhar em complexidade à medida que se avança na dimensão mais propriamente social. Ela parte da visão de 'velho' como excluído, para percorrer os processos relacionais que conduzem e confirmam a exclusão.

Associado à imagem de velhice está o sentimento de “solidão” pessoal, no sentido de - “estar fechado na sua concha”, “esperar que nasça e anoiteça” - a que se acrescenta o isolamento por parte dos outros - “estar desamparado”, “ser abandonado pelos outros”, “ninguém lembrar-se dele” e “não ter companhia da família ou dos amigos” - e a inactividade social - o “fim da vida activa”. Este sentimento de exclusão da vida relacional que se apresenta como imagem típica da velhice é, de novo, rejeitada na qualidade de característica necessariamente dela integrante. Ou seja, se tal exclusão se verifica com frequência, ela deve-se, de novo, às próprias pessoas e à sua atitude perante a própria velhice.

É atribuída às próprias ‘pessoas de idade’ a culpa por criarem as condições para viverem esse sentimento de exclusão que se deve ao tipo de conversas que promovem - “só falam em doenças”, “não têm objectivos”, “não evoluem com a sociedade”, ficam com as “ideias estagnadas” e “só convivem com pessoas iguais”. É essa atitude de “desinteresse pela vida” em que “não esperam mais nada, só a morte”, que justifica os outros (os não velhos) na sua atitude de “não há paciência para

aturar os velhos”. São também culpabilizados pela atitude de auto-exclusão na sua relação com os jovens porque lhes passam a noção de “pessimismo” sobre as coisas - “os mais velhos tentam derrotar um bocadinho os mais novos quando eles aparecem com projectos” - porque os vêem como descuidados e imaturos nas actividades que se propõem - “deixam a luz acesa, estragam os estrados, as cadeiras (...) deixam tudo sujo” e “tapam-lhes as portas”.

A exclusão social de tipo relacional a que ‘os velhos’ tendencialmente são votados, torna-se melhor compreendida quando se atenta na experiência de reconhecimento da velhice como um novo estatuto social atribuído - “quando começaram a tratar-me por senhor professor”, “as pessoas passaram a ser mais respeitosas”. Indivíduos de ‘meia-idade’ que não se auto-percebem como envelhecidos, são subitamente confrontados com o olhar dos outros, mais jovens, que lhes atribuem esse estatuto, num tom inicialmente jocoso que assinala a ambiguidade dessa passagem de ‘integrado de pleno direito’ para o de ‘integrado a caminho da exclusão’ - “a minha calvície, os meus cabelos brancos, já foram motivo de chacota”, “em situações de festas em que estão muito mais jovens que eu (...) me sinto um pouco isolado, um pouco fora”, “acho piada quando os mais novos brincam e dizem a brigada do reumático”. Percebe-se nos discursos que há um auto-reconhecimento de mudanças nos próprios comportamentos e até nas capacidades - “mais lentos”, “dificuldade em fazer o trabalho sem planear”, “esquecer as coisas”, “ter menos força” e “cansaço físico”. Mas essa aceitação não inclui o sentir-se velho e, sobretudo, não justifica, a seu ver, a discriminação de que também se é alvo - “num grupo com uma ou duas pessoas mais velhas, nós ficamos a falar para o boneco, eles não

ligam nada” - e a rejeição à expressão das suas ideias e conversas - “isso já não é de agora, eu é que sei” e “eles acham que nós sabemos menos que eles”.

Consequência dessa atitude de desvalorização é a exclusão profissional, - “no trabalho fazem-nos sentir inferiorizados”. Ela expressa-se a nível do trabalho quando, apesar de se sentirem capazes de continuar a responder às exigências feitas, são desprezados pelos mais novos que “não se humildam a perguntar aos mais velhos que têm obrigação de saber mais” levando, por vezes, a um sentimento de “inferioridade”. É essa desvalorização que se vai reflectir a nível do estatuto pessoal no sentido de que as suas “opiniões já não valem nada”.

A exclusão social da velhice é assim compreendida como conflito de gerações na competitiva sociedade moderna. Aliás, busca-se o exemplo das gerações anteriores onde a ‘pessoa de idade’ era um objecto de “reverência ou consideração”, para comparar com o que se passa hoje onde “não presta para nada, tem de se arrumar”, numa perspectiva materialista sobre as pessoas mais velhas - “de os pôr de lado”, “ver se ele está a cair para o substituir”. Os discursos reconhecem que as gerações mais novas têm acesso rápido a informação global e mais abrangente que lhes dá outro saber que facilmente supera a geração anterior, no sentido de que “saem com outra preparação” para poderem substituir os mais velhos. Olham para essa substituição como “normal, natural e até moral” desde que isso não signifique ignorar a importância do saber das pessoas mais velhas.

Ou seja, não se aceita que a substituição, ou “entregar as tarefas a outros”, induza a concepção de ‘inutilidade’ das ‘pessoas de idade’, negligenciando-se “a sua sabedoria” acumulada e “a sua educação”. Os discursos valorizam essas qualidades como resultado do amadurecimento ou desenvolvimento com a idade, que não é reconhecido nos mais novos por ser escasso o tempo de vida que uma ponderação experiente exige. Sobressai a perspectiva de que a idade das ‘pessoas de idade’ é uma referência positiva que deve ser valorizada - “são uma reserva natural da sociedade”, “respeitando-as em função do seu estatuto de pessoas com mais idade” - no sentido da sua experiência “porque se aprende muito com eles”. Aos mais novos, apesar de “terem mais estudos” falta-lhes a “experiência dos profissionais” e “pensam que sabem tudo”.

É nesse quadro que a reforma é percebida como um instrumento que, excluindo as pessoas da vida de participação pelo trabalho, as leva a “sentirem-se inúteis” e a “desmazelar o aspecto”. A exclusão social gera a tendência para ficarem “sentadas a ver televisão”, ficando ali a “embrutecer”, num posicionamento de “não saber o que fazer do tempo” ou com a noção de “dever cumprido”. A mente desocupada que essa atitude implica acarreta a inacção mental e física que a sociedade competitiva associa a sinal de velhice, sendo responsável, então, pelo ‘verdadeiro’ envelhecimento no sentido de perda de capacidades relacionais.

A representação social da velhice revela-se assim como exclusão atribuída e auto-assimilada, seja pelo olhar dos outros com quem se convive, seja pela estrutura social que orienta para a inactividade como consequência da reforma de vida profissional, núcleo central da integração na sociedade

moderna. A idade de reforma aparece como ferramenta de controlo social que favorece a entrada no mercado de trabalho dos jovens adultos e afasta as 'pessoas de idade' do circuito de produção, afastamento que não é, pelos próprios, percebido como reconhecimento pelos desempenhos e funções sociais até aí exercidas, mas como atitude de exclusão induzida pela representação de 'não produtivo' no circuito empresarial competitivo. Como afirma Caradec (2002), a institucionalização do curso de vida que a sociedade moderna apresenta como uma dádiva de tempo aos mais velhos, é o fundamento da *economia moral* a que os indivíduos genericamente aderem, mas que concretamente rejeitam quando dela são objecto.

A rejeição que se faz dessa exclusão é profundamente sentimental e o processo de lhe contrariar os efeitos é pensado como uma reacção pessoal. A ideia de que "a cabeça é que comanda a velhice" continua presente nos discursos no sentido em que responsabilizam cada pessoa por manter-se activa após a reforma - "procuro que não tenha aquela idade, a idade é só no bilhete de identidade, mais nada". Transparece um olhar sobre a vida dos mais velhos como sendo o *continuum* da atitude encetada durante a vida de adulto, nomeadamente no que se refere à preparação intencional para o período em que se deixa de trabalhar profissionalmente. A implicação, desde cedo, em actividades socialmente úteis, como o associativismo, ou o desenvolvimento de um gosto pessoal (coleccionar objectos, pintar, cuidar das terras, gerir a quinta) são dados como essenciais para uma atitude positiva de preparação da velhice "a partir da vida activa". Quando isso não acontece e o quotidiano das pessoas com actividade profissional não vai além das ocupações do

domínio doméstico, são ‘apanhadas de surpresa’ na vida de reformadas ficando sem saber como ocupar o tempo - “é a falta daquele tempo preenchido”:

“Como eu era alegre, pensava que ia andar com as colegas para aqui e para acolá. Depois, não! Foi diferente. Não sei explicar” (Mulher Rural, 55 anos, Professora do 1.º ciclo do ensino básico, Aposentada).

Em síntese, percebe-se que a ‘velhice social’, criticada ao nível estrutural pela exclusão que provoca, é enfrentada nas suas consequências individuais. De novo, os discursos evocam uma atitude de reacção da própria pessoa ao instituído e aos efeitos que ele tem no agir individual percebidos como dificuldades a vencer. A ideia de projecto de vida como espelho daquilo que individual ou colectivamente se constrói no curso de vida (Gaurier, 2001) aparece como um dever da pessoa em vencer a velhice. É um olhar que desculpabiliza a sociedade moderna perante o modelo estruturado da velhice que condiciona a oportunidade individual em a orientar. Estamos de novo colocados perante uma atitude moderna de identidade em que ter um projecto de vida para si próprio aparece como imperativo do indivíduo, como sujeito construtor de si próprio, no sentido de o construir com recurso às suas competências mas também numa interacção com o mundo que o rodeia cuja visão é condicionada pela sua trajectória de vida.

Mas os discursos sobre a velhice, construídos, essencialmente, a partir da imagem das pessoas ‘velhas’ que se conhecem, contém uma dimensão ambígua (que contradiz a visão da velhice como continuidade da vida

adulta, activa e implicada e responsabilmente autónoma). Quando se fala sobre os que têm muita idade - para cima dos 80 - a atitude é também paternalista, do tipo da que se tem para com as crianças - “às vezes é preciso chamá-los à atenção”, “não se agasalham no frio”, “não podem andar com dinheiro no bolso”, “nunca estão quietos” - deixando claro nos discursos a convicção do ditado popular “*de velho se torna a menino*”:

“Há certas coisas que eles querem fazer, não se deve deixar, porque eles podem-se magoar (...) Perdem a memória como as crianças e tem que se lhe dizer as coisas. Os velhinhos têm de se ensinar” (Mulher Rural, 60 anos, Auxiliar de Educação).

Essa imagem construída de ‘meninice’ nas pessoas de muita idade é acentuada no tocante aos afectos - “as crianças gostam que lhe façam qualquer carinho e os velhinhos também”, “às vezes, as pessoas de idade ficam assim como as crianças a falar e entretêm-se, parecem meio crianças”, “a pessoa mais velha fica mais sensibilizada do que uma pessoa que tem a idade como eu”. A visibilidade de sentimentos, carinho e afecto quando associada a pessoas ‘velhas’, são olhadas como ‘meninice’.

A ambiguidade transparece na atitude perante as pessoas ‘velhas’ - com mais de 80 anos. Por um lado, o olhar gestor sobre os comportamentos na velhice aceita que as pessoas “velhinhas”, “se devem contrariar” porque “não sabem o que fazem”. Por outro, recusa que elas sejam objecto de um processo educativo infantilizado porque - “eles não têm de ser educados como as crianças”, “as pessoas idosas são esquecidas e as pessoas ralham-lhes, mas não pode ser”, “só é preciso

fazer ajustamentos”, “lembrar as coisas”, “tem de ser compreensivo e ajudar a lembrar”.

7. 5. Expectativas de ‘velhice’

Neste contexto discursivo em que a velhice é apresentada como construção individual, as expectativas relativas à própria velhice são positivas e configuram desejos, mais do que raciocinam em termos de probabilidades. Espera-se “continuar a trabalhar com menos intensidade” já que “as forças diminuem”, e desenvolver actividades novas tornadas possíveis pela libertação do cumprimento de horários. As expectativas são no sentido da autonomia na gestão do tempo e na escolha pessoal em como ocupar esse tempo. Nesse sentido, desenham-se estilos de vida que passam pelas estratégias de ocupar o tempo - “participar em actividades da comunidade” - de ser útil - “envolver-se no desenvolvimento da região”, “fazer voluntariado”, “visitar velhinhos que não têm ninguém” e de conviver - “viver num lugar onde as pessoas me conheçam” e “não cortar com os convívios”, “é, digamos que, um incentivo de conversa”.

Esta atitude de ‘não parar de trabalhar’ ou “continuar a trabalhar até morrer” é reveladora da dificuldade em imaginar um estilo de vida com ausência de trabalho - “o trabalho faz bem e faz não pensar tanto na velhice”, “não sabia onde é que havia de matar o tempo” e “há sempre muito trabalho para fazer”. A expectativa de lazer refere-se a actividades lúdicas e criativas - “viajar”, “ir mais ao cinema”, “ler”, “pintar” e “passear”. Se para uns esses momentos significam uma intensificação do que já era hábito, para outros, significam a realização de um sonho adiado no tempo, na procura de “compensar a mocidade que não se viveu” porque as

ocupações e preocupações com o trabalho e a família não o permitiram. A memória sobre a vida das gerações mais velhas leva a dizer que “agora é melhor, as pessoas passeiam”.

Na velhice com felicidade está ainda a dimensão material que é transversal nos discursos. As expectativas de viajar e passear exigem poder económico. Apesar de se reconhecer que a “vida agora é melhor porque há as reformas”, os discursos revelam diferenças nas expectativas para a velhice, notoriamente marcadas pelas condições de vida económica de cada pessoa. Neste domínio a qualidade de vida é afectada porque tem-se menos dinheiro - “já não se trabalha tanto”, “o dinheiro não chega”, “gasta-se mais na medicação”, “as nossas reformas são bastante pequenas”.

Os discursos são claros no que diz respeito às piores condições de vida de “antigamente” - “os velhinhos morriam a pedir pelas portas e outros tinham os filhos que olhavam por eles, conforme o que tinham das terras”. A ausência de condições económicas marcava, de forma acentuada, a tristeza na velhice que dependia da caridade devido à fragilidade do sistema de reformas que não abrangia todas as pessoas, concretamente, os que viviam da agricultura que, na sua maioria, “eram pobres, eram caseiros”. Confessa-se a insegurança face ao que ‘era dado como certo’ - “a gente está a contar com a reforma. E se ela falha, a reforma?” – numa clara manifestação reflexiva sobre a crise do Estado-Providência. As pessoas vêm-se insatisfeitas, sendo a ele associada a “tristeza” na velhice e o desinteresse pela vida:

“Eu era uma pessoa toda mexida. Quando via uma coisa que eu precisava ou gostava, comprava. Agora não posso fazer

*isso. Eu não tinha medo de trabalhar, eu trabalhei muito (...)
agora tenho uma miséria que não dá para nada” (Mulher
Urbana, 61 anos, Trabalhadora indiferenciada, Reformada);
“Eu ainda sou do tempo em que não havia reformas nem nada.
Agora veio tudo. Tanto se exagerou que agora está a estragar
demais. Aí a tal dificuldade das reformas. Portanto, não vejo o
futuro muito sólido, não” (Homem Rural, 56 anos, Motorista).*

O desejo de felicidade na velhice inclui expressamente as relações afectivas que passam por - “ter carinho”, “atenção dos familiares”, “ter amigos” - e não se desfazer das “coisas próprias acumuladas” ao longo dos anos. Expectativas que se encaram como dependentes das atitudes dos outros no sentido de - “ter apoio da família quando dela necessitar”, “não ser abandonado pelos filhos”, e “não lhe chamarem coitadinho”.

Nessas atitudes está também contida a expectativa face aos outros, particularmente os/as filhos/as, no sentido de serem receptivos/as ao apoio que as ‘pessoas de idade’ livremente dão, quer a nível material, quer a nível afectivo - “a nossa ideia é sempre ajudar os filhos”, “a gente pensa que os filhos casam e acabou... mas depois vêm os netos” e “enquanto eu puder ajudo-os porque a vida está muito difícil”. Estas atitudes podem vislumbrar o desejo de se manter empenhado no desenvolvimento da família face à competitividade da sociedade moderna avançada, mas também o querer contrariar a visão negativa que o estatuto de reforma dá à ‘pessoa de idade’. Por outro lado evocam a consciência das dificuldades que o mundo globalizado imprime aos indivíduos e também a reprodução

social das características de uma sociedade semi-periférica, nomeadamente no que se refere à família-providência (Santos, 1992a).

Fica claro o desejo de ter os/as filhos/as “por perto” numa ligação estreita. Sobressai a preocupação de afirmar o respeito pela vida privada dos/as filhos/as e o “não querer dar trabalho” e que eles/elas “sigam o que aprenderam”. As boas relações familiares aparecem como a sustentação básica da felicidade na velhice que se encara como recompensa coerente com o resultado do investimento afectivo que se fez ao longo da vida:

“que consigam falar do passado, do presente e do futuro, como eu falo com a minha filha e falo com o meu pai. Ter exactamente as mesmas conversas, estarem dentro dos mesmos assuntos, dos mesmos problemas, para mim isso é uma família. Eu sinto que era assim que eu gostava de ter a minha velhice” (Mulher Urbana, 58 anos, Técnica administrativa);

“Se estiver doente que me vão buscar, são meus filhos, são meus netos, espero que me apoiem como eu os apoio” (Homem Urbano, 52 anos, Advogado);

“Tenho uma filha que é um anjo! (...) estou a falar da filha, mas o genro depois pode não aceitar” (Homem Rural, 56 anos, Motorista);

“As minhas filhas continuam muito ligadas aos pais. Ligadas afectivamente. Temos uma relação óptima, uma relação excelente, de respeito. Estou convencido de que as minhas filhas, amanhã, creio sinceramente que elas vão fazer aquilo que estamos a fazer aos meus pais” (Homem Rural, 62 anos, Professor do ensino secundário, Aposentado).

O discurso sobre a noção de felicidade na velhice evolui no sentido da partilha de afectos entre parceiros, mais concretamente, o desejo de ter uma vida íntima - “dá força e ânimo para melhor viver” e “a mulher ao lado dá saúde, os afectos dão força moral”. A presença do cônjuge é um elemento tido como essencial no equilíbrio afectivo. Manter uma vida amorosa na velhice é encarada como “uma coisa boa” que “dá saúde e bem-estar”.

Os afectos na intimidade são realçados como o esteio para uma velhice saudável e para a capacidade de amar. Nela se inclui a sexualidade como equilíbrio emocional e estabilidade pessoal associada ao amadurecimento que a idade faz prevalecer - “agora é mais saboroso, tem mais rodeios, há uma maior consonância”, “se eu sou vivo, se eu trabalho, eu mexo-me, por que é que vou abdicar disto?”. Afirma-se que a sexualidade acompanha a pessoa toda a vida numa evolução “própria das várias idades”. Os discursos distinguem a sexualidade da juventude - “quando se é novo tudo é bonito”, “fazem amor porque eles têm de se afirmar” – e, a que acontece depois dos 50 anos - “não é o mesmo sentido fazer amor aos 40 ou aos 50”. Enquanto se é novo é o “desejo” que prevalece. Conforme se vai amadurecendo na idade a capacidade de amar traduz-se numa maior sensibilidade, é mais abrangente e inclui o “ser carinhoso”, “dar atenção”, “ser atendido” porque “há uma vida com mais calma, com mais ternura”.

O olhar feminino sobre a vida amorosa na velhice evidencia uma subtilidade no discurso, no sentido de esconder os sentimentos cuja expressão pode parecer, aos olhos dos outros (a entrevistadora), como imoral. O discurso refugia-se em recusas não declaradas tipo “a sexualidade na velhice deve

ser acompanhada pelo médico”, “tudo acaba”, ou “isso é melhor perguntar a outras pessoas”. Quando se ultrapassa esta primeira noção, admite-se que a sexualidade na velhice pode continuar, mas o discurso mantém-se fugidio. Atribui-se à menopausa um menor desejo sexual feminino, justifica-se com a falta de tempo para “dar uns passeios de mão dada”, o facto de a vida erótica ser agora menos ‘abundante’, ou referem-se casos de outras pessoas para não falar de si próprias.

Nesta convocação dos afectos em que se dá a ver o tabu da sexualidade, descobre-se a evolução de uma ‘relação sexual propriamente dita’ em que os casais não tinham hábitos de carícias e beijos como manifestação dos afectos, para uma vivência sexualizada que tem uma envolvência que vai mais além do que o acto sexual.

Em síntese pode-se dizer que as pessoas desejam que a sua velhice seja “uma coisa agradável” projectando-se em expectativas colocadas numa velhice activa e autónoma que inclui um estilo de vida com felicidade associada à comunicação entre gerações, a uma rede de relações afectivas entre familiares e amigos e à partilha de afectos na vida íntima. No entanto, o aspecto económico é encarado como determinante para a sua concretização. Os discursos deixam claro que a preparação da velhice a esse nível é mais favorável nas classes sociais com poder económico, factor que as distingue quanto às expectativas para a sua velhice.

7. 6. As instituições para 'velhos'

As representações sociais de velhice, como se viu, convocam o modo de incapacidade que se associa à dependência de terceiros. Nesta linha de pensamento surge a noção de Lar ou institucionalização da dependência. Neste domínio, os discursos manifestam o desejo de se continuar a vida no domicílio até ao momento em que se sinta perda de autonomia nas tarefas quotidianas da sua vida privada - “enquanto puder quero estar na minha casa, mexer-me e andar”, “aquele desejo, é como eu digo, preferia ficar na minha casa” ou, numa atitude mais voluntariosa - “é como a minha mãe faz, é como eu quero fazer. Quero ter a minha vida, perfeitamente, independente até ao fim”.

É clara a afirmação do desejo de continuar a viver nas suas casas e de não querer ir para um Lar, perceptível na manifestação dos afectos arreigados aos objectos, aos familiares e aos amigos próximos - “era melhor ficar com familiares, não estava com estranhos”, “preferia ficar com os sobrinhos, na própria casa ou na deles”, “então uma pessoa quando é nova, trata de ter uma casinha, ter conforto e depois de velha vai para o Lar?” e “em nossa casa a gente mexe em tudo, naquilo que é nosso. Ali não”. Manter-se na própria casa ou em casa de familiares são as condições ecológicas de maior peso na concretização do desejo de felicidade. Mas admite-se que na situação de dependência pode aceitar-se ‘ir para um Lar’, com o intuito de ‘não se sentir a mais’ em casa dos familiares.

O Lar é, então, encarado como uma alternativa da vida moderna à família, de certa forma, ao mesmo nível das instituições para crianças “então quando temos os filhos pequeninos também não os metemos nos infantários para irmos trabalhar?” Aparentemente os discursos contrariam o que revelaram atrás nas expectativas de velhice na sua própria casa ou na de família. Mas essa contradição é justificada com uma atitude de compreensão da vida moderna que “hoje é selva” e obriga a uma maior “competitividade a nível profissional com os jovens”. Sobressai a noção do direito dos mais novos a não serem sacrificados porque “a vida só acontece uma vez e ninguém tem o direito de destruir a vida dos outros a meio da vida dela”. Mais concretamente, a grande preocupação recai nas filhas - “não quero dar trabalho a ela, não quero!”. Esse discurso é sustentado na lucidez sobre a insegurança vivida nas relações de trabalho e que domina a sociedade moderna avançada.

De facto, os discursos vão no sentido de uma consciência sobre os estilos de vida dos familiares, que os deixam sem tempo para serem cuidadores devido ao muito trabalho que a economia de mercado exige - “as pessoas andam nervosas”, “não se consegue emprego” e “não há compreensão nem paciência para aturar os velhos”. Sobressai, também, a dimensão associada à desestruturação familiar que a presença da ‘pessoa de idade’ pode provocar, nos netos, noras e genros, causada pela partilha dos afectos, das atenções e do mesmo espaço físico. Os discursos abrem para um nível de consciência associado à noção de privacidade moderna e de indivíduo (Giddens, 1994). Desenha-se, nessa atitude, um sentimento ambivalente perante os filhos. Por um lado, o apelo à sua obrigação em

cuidar e dar-lhes atenção, no desejo de serem compensados pelo esforço e entrega na educação dos filhos até serem adultos. Por outro lado, o querer proteger os filhos de eventuais conflitos que a sua presença possa provocar com a ‘invasão’ do espaço e do tempo.

São as mulheres, com a sua experiência de cuidadoras dos pais, sogros ou tios, que apresentam um olhar mais marcado pelo peso das situações de partilha do tempo, do espaço e dos afectos no seio da família alargada - “desde há 30 anos [época em que tomou conta de pais e depois sogros] eu nunca mais passei férias, nunca mais fui a um cinema, nunca mais fui a nenhum lado”. Estudos recentes de Karin Wall *et al* (2001) testemunham essa realidade portuguesa quanto à organização familiar assente no trabalho feminino.¹⁴

Ursula Lehr e Andreas Krüge (1990) mostram como, com frequência, apesar das pessoas reconhecerem que dispõem de boas condições habitacionais e considerarem ser, por isso, possível terem os familiares a viver consigo, apontam razões pessoais, associadas ao medo de criar conflitos na vida familiar, que as levam a dizer que não desejam que isso aconteça. Também na nossa amostra se verificou em alguns casos a necessidade de negociação entre o sentimento de dever de apoio à geração dos progenitores e o de resguardar a privacidade da família

¹⁴ Os dados publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) e organizados pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) mostram que o género feminino é o que mais tempo despende em actividades relacionadas com o nascimento, crescimento e educação de crianças, com as tarefas domésticas e com o cuidado de pessoas mais velhas, sendo também delas responsáveis. Informação disponível em: <http://www.cite.gov.pt/cite/Publicac.htm>

nuclear - “em minha casa tenho uma área completamente isolada para a minha sogra”.

Intimamente imbricadas nas representações sociais de velhice estão as representações sociais sobre os Lares ou instituições de acolhimento/residências de ‘velhos’. Os discursos sobre esta temática evidenciam o desejo de não ir para os Lares, desejo mais ou menos explícito e, por vezes, ocultado à consciência. No entanto, os Lares são apresentados como instituições que protegem e cuidam das pessoas quando estas deixam de ser capazes de estar sozinhas. A avaliação dessa incapacidade é feita de forma exterior ao sujeito, a partir de situações que, no entender dos familiares ou vizinhos, põem em perigo a vida da pessoa ou da vizinhança (Pellissier, 2003) - “a gente chegava lá a casa e a minha mãe estava sempre sozinha”.

A existência de Lares é encarada como uma vantagem quando se compara o estilo de vida actual com o dos familiares das gerações anteriores - “antigamente as pessoas, principalmente as mulheres, trabalhavam mais em casa, tinham mais tempo, mais paciência”. A evolução da modernidade que induziu a participação da mulher no mercado de trabalho é acusada de induzir a atitude de ‘abandono’ dos familiares mais velhos - “os filhos não querem ter pais, então arrumam-nos outra vez em termos do bem-estar próprio”. As pessoas expressam assim a sua consciência do contexto de nuclearização da família que não reproduz os quadros intergeracionais de interacção e apoio mútuo, feito de direitos e de deveres institucionalizados, tradicionalmente presentes nas gerações anteriores.

São poucas as pessoas, apenas duas entrevistadas, mulheres, que sem ambiguidades afirmam querer ir para um Lar na sua velhice. Aqui, o Lar é encarado como um local que pode “dar dignidade” à pessoa quando ela não tem condições “como tem acontecido a muitas que estão ali numa miséria, sujinhas, sem ter ninguém que as limpe, sem ter ninguém que faça nada”.

A recusa do Lar como boa solução para a velhice é evidenciada pelas afirmações relativas dos ‘outros’, os que já lá (nos Lares) estão - “as pessoas vão para lá obrigadas”, “a maior parte deles não querem ir, são obrigados a ir (...) vêm-se sós e são obrigados a ir para o Lar”.

Em geral, os discursos são críticos em relação aos Lares, “armazéns de velhos”, no sentido de que neles não é respeitada a privacidade. Impõe-se a noção de dominação da instituição totalitária (Goffman, 1987) - “separar as pessoas das suas próprias memórias é uma violência”, “tira o domínio às pessoas” e “eu não estou em casa, roubaram-me tudo. E sobretudo a minha dignidade”, conta um entrevistado, director de um Lar, como sendo a afirmação que ouve a pessoas nele residentes reforçando que até “perdem a liberdade de fazer um carinho”. Apesar de se aceitar que são necessárias regras na gestão e organização dos Lares, os discursos alertam para o abuso de poder que muitas vezes ali se exerce - “é carne para canhão! Têm que seguir aqueles horários muito rígidos, se não lhes apetece agora, logo já não há!”.

Esse poder totalitário expressa-se ainda na representação social de que as 'pessoas de idade', pela sua idade, não justificam que se cuide do respeito pela sua intimidade - "por muito que me custe dizer isto, suponho que a intimidade das pessoas a partir de determinada idade, começa a ser muito limitada". A imagem negativa que as pessoas têm dos Lares inclui, precisamente, a falta de condições na preservação da intimidade - "teria medo da companhia do quarto", "considero um Lar com condições, ter um quarto só para mim, uma casinha de banho", "eu já estive quando era nova, estudante. Mas agora metermo-nos num Lar, a gente tem um quartito, às vezes estão duas ou três com quem nunca viu, depois sujeitadas umas às outras".

Também aqui aparece o discurso crítico quanto às escolhas do tipo de lazer - "é moda entreter os velhotes a jogar cartas" - como atitude etnocêntrica de olhar e decidir sobre os 'outros'. Ela torna-se mais evidente quando os discursos evoluem para sugestões sobre o que deveria ser feito pelas instituições responsáveis - "deveria ocupar as pessoas em coisas proveitosas". Se por um lado é bom conviver com pessoas da mesma idade porque "nos entendemos, até na maneira de falar, de recordar coisas antigas", por outro lado, sobressai a necessidade de "conviver com todas as idades", com acento para os jovens porque "os mais novos podem dar esperança, vitalidade, optimismo, que às vezes os mais velhos não têm". Os discursos denotam uma atitude crítica face à sociedade moderna que "compartimentou" as gerações dando a imagem de que cada grupo tem formas de estar e sentir diferentes. Um dos exemplos apontados são as Universidades Seniores que "não têm gente nova".

Alguns discursos assumem a tónica de quem sabe o que já se faz ao nível da acção pública - “aquele programa dos jovens universitários a viver com pessoas idosas”¹⁵

Apesar de se reconhecer que alguns Lares têm boas condições físicas, nomeadamente, aquecimento, televisão, comodidades e passeios - “eles cá têm tudo, mas falta-lhes o melhor”, “a minha falecida mãe morreu no Lar e foi muito bem tratada” -, a rejeição do Lar subsiste, assente na oposição ‘instituição’ - ‘casa’ no sentido de que (no Lar) ‘falta-lhes o melhor’, ou seja, faltam as relações construídas junto dos familiares e dos vizinhos, e as ‘memórias’ (objectos e locais habituais do quotidiano) o que os desenraíza da identidade construída.

A complexidade dos discursos sobre os Lares retira qualquer pretensão de leitura linear. O discurso não só é complexo como admite contradições. A par da constatação de que há Lares com boas condições, explicita-se, como se viu, a crítica da vertente totalitária que baseia a rejeição do Lar como solução desejada. Apesar da preferência por se ficar no domicílio, com apoio institucional ou familiar, admite-se a hipótese do recurso ao Lar como alternativa mais cómoda e eficaz na organização e controlo do quotidiano, nomeadamente, em situação de doença e de dependência, revelando a consciência da entrega do fim da vida a terceiros, sem garantias de que os desejos sejam tidos em conta. Essa consciência é o reflexo da imagem de institucionalização como necessidade, percebida

¹⁵ O programa “aconchego” a que os discursos fazem referência é uma experiência piloto planeada pelos Institutos de Solidariedade e Segurança Social e implementada em algumas freguesias do concelho do Porto em parceria com as autarquias municipais.

pelos outros, os que pensam e decidem sobre a velhice (Hepworth, 2000). A institucionalização ocorre, geralmente, na sequência da incapacidade funcional do indivíduo, combinada com a ausência de apoios sociais que garantam o seu bem-estar (Paúl, 1997).

A ambiguidade do discurso sobre as vantagens/desvantagens do Lar ganha em clareza se se atentar na relação que os discursos mantêm com a estratificação social dos sujeitos. Nas classes altas, particularmente, sobressai uma atitude sustentada na representação dos Lares como refúgio, eventualmente aceitável, para a velhice popular, indigente e isolada. As classes sociais com poder económico distinguem entre colocar 'os outros' em situação de aceitação dos 'Lares sociais' e não o aceitar para si - (entrevistado falando sobre a ex-empregada doméstica internada em Lar) "não tinha grandes ambições, satisfazia-a o estar a ser bem tratada, ter quem a apoiasse, quem lhe desse de comer, que a metesse na cama". Para si próprias, as classes sociais com poder económico, procuram outra estrutura organizativa que permita dar continuidade ao sentido de vida pessoal com individualização e sentimento de autonomia, como escreveu Caradec (2002). Para este grupo de pessoas, a realidade Lar para o seu próprio futuro é completamente excluída, substituída pela decisão de vir a "pagar a alguém que cuide de mim em minha casa", mesmo em situação de dependência. Neste posicionamento, entra o papel da família como auxiliar no propiciar de uma qualidade de vida na situação de dependência - "o futuro deve ser mais humano" -, no sentido de que a família não deve retirar-se da sua função já não de cuidador directo, mas de supervisor desses cuidados e da manutenção dos afectos.

Apesar de ser comum o desejo de ‘ficar em casa’ durante a velhice, as classes alta e média alta sobressaem pela vinculação do poder económico que lhes facilitará a concretização do desejo de “pagar a alguém que tome conta de mim em minha casa” ou ir viver para uma instituição cuja oferta de serviço se assemelhe à da sua própria casa. Mais concretamente, pagar para ter um apartamento individual numa estrutura com serviços colectivos, com liberdade de horários e de movimentos. Esta atitude evidencia uma preocupação particular com a liberdade de escolha associada à qualidade do serviço e do funcionamento da instituição. Evidencia também uma recusa da partilha de espaço com pessoas que não conhecem e que possam ser impostas ao seu quotidiano e uma exigência na eleição dos grupos sociais e do ambiente geográfico que pretende usufruir.

É uma atitude reveladora da forte presença da representação do Lar como instituição totalitária, representação que está na base da sua rejeição - “parece o regimento da tropa” – frase paradigmática que convoca a imposição da disciplina pela sujeição dos corpos, como lugares semelhantes a enfermarias, de que tratam Foucault (2001) e Goffman (1987).

Síntese conclusiva

Define-se, como objectivo central da pesquisa, a compreensão dos significados de velhice como construção social interiorizada pelos indivíduos que sobre essa construção agem, modificando-a. Supõe-se a presença de disparidades entre a representação social interiorizada do que é a velhice e a forma como intimamente ela é percebida pelas pessoas no seu processo de envelhecimento.

A interpretação do material recolhido pelas entrevistas permite concluir que a velhice, mais do que ser a assunção de uma identidade 'nova' atribuída socialmente, corresponde a uma auto-reconstrução que valoriza a continuidade da trajectória pessoal.

A representação social de velhice associa-a com desgaste físico e perda de capacidades motoras e intelectuais, mas sem lhe associar, como inerente, a perda de capacidades mentais. Esta visão do processo do envelhecimento é próxima da conceptualização científico-médica nas suas elaborações mais recentes que questionam a inevitabilidade do declínio intelectual associado ao declínio das capacidades físicas (Marchand, 2001).

A representação leiga da velhice inclui a referência à doença e à incapacidade/dependência como probabilidade, mas para lhe recusar, novamente, o carácter imperativo. A noção de velhice é dada como o resultado de uma atitude individual em manter o interesse pela vida como forma de repudiar a velhice, no sentido de identidade construída como

projecto. Está presente o projecto da modernidade enquanto responsabilização do 'eu' pela construção que faz de si próprio.

Nesta ordem de ideias, a associação que as racionalidades leigas fazem entre velhice e idade exclui a noção de idade cronológica como marco de fronteira entre o estado de adulto e o de 'velho' no que concorda com a crítica sociológica à institucionalização da velhice (Arber e Gin, 1991). Ser ou não ser velho/a não depende da idade pois que essa concepção se refere ao essencial do sujeito, à sua identidade como indivíduo, e não ao seu aspecto exterior ou às suas capacidades bio-fisiológicas. Nesse sentido, podemos afirmar que a visão leiga da velhice a encara na sua dimensão de construção da sociedade, construção associada à problemática da inclusão social pelo trabalho. Fica bem claro que reforma não é velhice, que é o olhar dos outros que 'faz' as pessoas velhas, que é a exclusão social que 'empurra' para atitudes associadas a 'velho' - isolamento, conflito de gerações, etc.

A presença da estrutura social aparece também como marcante das potencialidades individuais para reagir ao envelhecimento. A vontade e o esforço individual, sintetizados na expressão 'trabalhar a inteligência' podem ser contrariados ou potencializados pelo meio social em que se desenham as trajectórias de vida. A dualidade da estrutura-agência estão aqui perfeitamente visíveis na sua modernidade de identidade como projecto em construção (Giddens, 1999).

No pensamento leigo, sobrepõe-se à imagem negativa da velhice como representação interiorizada pela qual se culpa a estrutura social, a noção

de que, individualmente, se pode 'vencer a velhice', isto é, induzir um estilo de vida propiciador de manifestações de interesse pela vida, preocupar-se com o que se passa no mundo e nele agir.

É neste sentido que se rejeita a palavra 'velho' como imagem negativa que activa a representação do estereótipo do grupo de idade (Bowd, 2003) e que não se quer para si. A ela se sobrepõe a noção de 'amadurecimento' ou maior sabedoria. Esta recusa fica evidente no facto de nenhuma das pessoas entrevistadas se ter assumido como 'velha', fosse qual fosse a sua idade (entre 50 e 88 anos).

O(s) projecto(s) de velhice concretizam-se então em expectativas positivas que, em grande parte, se confundem com desejos. A presença consciente de noções e conhecimentos médicos que apontam como provável a doença e a incapacidade no decurso do processo de envelhecimento avançado, em nada contribui, aparentemente, para a crítica reflexiva sobre esses desejos. Essa probabilidade parece configurar um risco em que, uma sociedade de escolhas múltiplas e de múltiplos riscos, não se quer pensar (Giddens, 1994).

O(s) projecto(s) de velhice são feitos de actividade de gozo, de afectividade, de relações inter-geracionais solidárias, de presença da família, numa convicção/esperança de vida autónoma e independente senão até à morte, pelo menos até muito próximo dela.

Esta visão do envelhecimento/velhice reflecte a modernização da sociedade portuguesa nas últimas décadas no que nela constituiu aumento

de longevidade, melhoria de qualidade de vida e melhorias económicas, nomeadamente, no que respeita à generalização das pensões do Estado-Providência e à diversificação dos programas de institucionalização (equipamentos sociais e prestação de serviços). Nesta ordem de ideias, a crise do Estado-Providência faz aparição bem presente nas consciências como nova condição de risco que põe em causa a segurança no que se dava como certo. A sociedade actual inclui reflexividade da ciência e da política veiculadas pelos meios de comunicação social e é essa reflexividade que aqui se apresenta com clareza. O factor económico que já se reconhece condicionante das trajectórias individuais no sentido de uma melhor ou menos boa velhice, volta a perfilar-se como determinante da capacidade de realização do projecto de velhice que se mantém. Os discursos deixam claro que a preparação e o pensar na velhice distinguem-se entre as classes sociais pelo poder económico onde se alicerçam as expectativas.

Os discursos acentuam o sentimento de continuar com uma vida de relação onde a comunicação com várias idades é encarada como desejável e natural, chegando a ser enunciada a necessidade de se reformular o modelo organizacional instituído pelo Estado-Providência no sentido da oferta de serviços sem separação das gerações (o que aparece como uma orientação da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, 2002).

Apesar de tudo a noção de realidade está presente quando se manifestam os medos de 'ficar acamado', 'dar trabalho aos filhos', 'ficar numa cadeira de rodas', 'de sofrer', 'de perder a vista' e 'ir parar a um Lar'. A dependência é o que mais atemoriza as pessoas pelo facto de se

entregarem a pessoas conhecidas ou desconhecidas mas sem garantia de um tratamento personalizado que dê continuidade ao estilo de vida que construíram. É claro o desejo de continuar a viver no seu domicílio até ao fim da velhice (ou da vida). Mas tem-se consciência de que, em situação eventual de dependência, pode 'acontecer' ser-se institucionalizado/a. A institucionalização que só é admitida nessa circunstância de perda de capacidades de autonomia é, de forma generalizada, encarada como um mal menor face à opção que consistiria em 'sobrecarregar' a geração descendente. Para esta, a vida moderna é considerada demasiado exigente e impossibilitadora de conciliação entre o dever do trabalho e da atenção ao seu próprio núcleo familiar, com o dever de apoio aos progenitores.

No que respeita aos 'lares' a representação mental é negativa com rara excepção em pessoas que com eles têm ou tiveram contacto directo (por profissão ou porque já tiveram a experiência de lá 'colocar' um/a familiar). Antes de mais, o internamento em Lar constitui uma deslocalização do lugar em que se vive (habitação e vizinhança). Mas, mais marcante e amedrontador é o facto de ser uma instituição totalitária (de internamento e submetida a hierarquias profissionais) que os discursos retratam em verbalizações que fazem lembrar a análise de Goffman (1987) sobre instituições como manicómios, prisões e conventos.

“E é isso que a gente pensa na velhice, que não sabe o que será de nós. Não poderemos e fazerem-nos mal. Por que, de resto, se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar!”.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, J. L. *et all* (2002). "Distribuição de Rendimentos e Condições de Vida" in *Portugal 1995-2000 Perspectivas da Evolução Social*. Oeiras: DEPP/MTS e Celta Editora, pp 67-86.
- AMARO, R. (1997). *O Envelhecimento como Encruzilhada do Desenvolvimento e da Solidariedade*. Texto policopiado.
- ARBER, S. e GINN, J. (1991). "The invisibility of age: gender and class in later life" in *The sociological review*, vol.39 (2). London: Blackwell Publishing Ltd, pp 261-291.
- ASSIS, M. (2002). *Promoção da saúde e envelhecimento: orientações para o desenvolvimento de acções educativas com idosos*. Rio de Janeiro: Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento, UnATI, UERJ.
- BARBALET, J. M. (1989). *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BARRETO, A. (2002). *Mudança Social em Portugal, 1960-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BAUMAN, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- BEAUVOIR, S. (1990). *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BECK, U. (1998). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- BODILY, C. L. (1994). "Ageism and the deployments of 'Age': A constructionist view" in SARBIN, T. R. e KITSUSE, J. I. (Ed.). *Constructing the Social*. London: Sage Publications.

- BOURDELAIS, P. (1993). *L'Âge de la Vieillesse*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, P. (1992). *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*. Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1998). *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. (s/d). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Vega.
- BOWD, A. D. (2003). "Stereotypes of Elderly Persons in Narrative Jokes" in *Research on Aging*, vol. 25, n.º 1. London: Sage Publications, pp 22-35.
- CAPUCHA, L. (2002). "Introdução" in *Portugal 1995-2000 Perspectivas da Evolução Social*. Oeiras: DEPP/MTS e Celta Editora, pp 1-12.
- CAPUCHA, L. (2005). "Pobreza e Políticas Sociais" conferência proferida no *Encontro Internacional: envelhecimento, família e políticas sociais*. Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CARADEC, V. (2002). *Sociologie de la Vieillesse et du Vieillissement*. Paris: Éditions Nathan.
- CASTEL, P. (1985). "L'Expert mandaté et l'expert Instituan" in *Situations d'expertise et socialisation des savoirs*. Actes de la Table Rond. CRESAL.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.

- CORDEIRO, D. (1987). *A Saúde Mental e a Vida*, 2.^a edição. Lisboa: Ed. Salamandra.
- COSTA, A. B. (1993). “Pobres Idosos” in *Estudos Demográficos*, n.º 31. Porto: INE, pp 99 a 105.
- COSTA, A. B. (1997). “População e Condições Sociais – A Reforma da Segurança Social Portuguesa” in *Revista de Estatística*, 3.º QUAD, n.º 6.
- CRUZ JENTOFT, A. J. (1999). “Enfermedades Prevalentes en Edades Avanzadas” in HERRERO, F. J. *et all* (Eds.). *Salud Pública y Envejecimiento, problemas de la geriatría en el año 2000*. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- DEBERT, G. G. (2000). “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade” in MORAES, M. e BARROS, L. de (Orgs.) *Velhice ou Terceira Idade?*, 2.^a edição. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, pp. 49-67.
- DUBAR, C. (1997). *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- DUBAR, C. (1998). “Socialisation et construction identitaire” in RUANO-BORBALAN, J.-C. (Coord.). *L’identité L’individu Le group La société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, pp 145-152.
- ERIKSON, E. H. (1994). *Identity and the Life Cycle*. London: W. W. Norton & Company Ltd.
- ESTANQUE, E. e MENDES, J. M. (1988). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento e Centro de Estudos Sociais.
- EVERARD, K. M (1999). *The Relationship Between Reasons for Activity and Older Adult Well-Being*. *Journal of Applied Gerontology*, vol. 18, n.º 3, pp 325-340.

FEATHERSTONE, M. e HEPWORTH, M. (1996). "The Mask of Ageing and the Postmodern Life Course" in FEATHERSTONE, M.; HEPWORTH, M.; BRYAN, S. T. *The Body: Social Process and Cultural Theory*. London: Sage Publications, pp 371-389.

FERNANDES, A. A. (1997). *Velhice e Sociedade*. Oeiras: Celta Editora.

FERNANDES, A. A. (2001). "Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 36. Lisboa: CIES e Oeiras: Celta Editora, pp. 39-50.

FONSECA, A. M. (2005). *Desenvolvimento humano e envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

FOUCAULT, M. (2001). *Vigiar e Punir. História da violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.

GAULLIER, X. (1988). *La Deuxième carrière – Âge – Emplois – Retraite*. Paris: Editions du Seuil.

GAURIER, B. (2001). "Project de vie, perspective de mort?" in RENIER, L.-M. e ROSSIGNOL, J. (Dirs.). *Vieillir: une leçon d'humanité*. Paris: L'Harmattan, pp 75-86.

GIDDENS, A. (1985). *The Nation State and Violence*. Cambridge: Polity Press.

GIDDENS, A. (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

GIDDENS, A. (1995). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.

GIDDENS, A. (1999). *Para uma terceira via*. Lisboa: Editorial Presença.

GIDDENS, A. (2002). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

- GIL, R. (2001). "Identité et vieillissement" in RENIER, L.-M. e ROSSIGNOL, J. (Dirs.). *Vieillir: une leçon d'humanité*. Paris: L'Harmattan, pp 35-42.
- GILLEARD, C. e HIGGS, P. (2000). *Cultures of ageing. Self, citizen and the body*. Essex: Pearson Education Limited.
- GIURGEA, C. E. (1993). *Le vieillissement cérébral*. Liège: Ed. Mardaga.
- GOFFMAN, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- GONÇALVES, J. (2002). "Segurança Social em Portugal. Uma avaliação da situação actual" in *Portugal 1995-2000. Perspectivas da Evolução Social*. Oeiras: DEPP/MTS e Celta Editora, 181-214.
- GRAEBNER, W. (1980). *A History of Retirement. The Meaning and Function of an American Institutions 1885-1978*. Londres: Yale University Press.
- GRAEFF, L. (2002). "Representações Sociais da Aposentadoria" in *Textos sobre Envelhecimento*, vol. 4, n.º 7. Rio de Janeiro: Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento da Universidade Aberta da Terceira Idade – UnATI, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
- GROISMAN, D. (2002). "A Velhice, entre o normal e o patológico" in *História, Ciências, Saúde*, vol. 9(1). Rio de Janeiro: Manguinhos, pp 61-78.
- GUERREIRO, M. D. (2000). *Emprego, família e actividades comunitárias: uma relação mais equilibrada para homens e mulheres*. Lisboa: ISCTE-CIES.
- GUILLEMARD, A.-M. (1972). *La retraite une morte sociale. Sociologie des conduites en situation de retraite*. Paris: Mouton.
- GUILLEMARD, A.-M. (1988). "Etat et Politique Sociale. Le Cas de la Politique Française de la Veillesse" in *Les Cahiers de la Recherche sur le Travail Social*, n.º15. Caen, pp 115-136.

GUILLEMARD, A.-M. (1997). "Sortie précoce do marché du travail et mutations du cycle de vie en Europe" in *Gerontologie e Société*, n.º 81. Paris: FNG, pp 71-90.

GUILLEMARD, A.-M. (2002). "De la Retraite Mort Sociale à la Retraite Solidaire: la Retraite une Mort Sociale (1972) revisitée trente ans après" in *Gerontologie e Société*, n.º 102. Paris: FNG, pp 53-66.

GUILLEMARD, A.-M. (2005). "Une Nouvelle Gestion des Âges en Réponse au Vieillissement de la Population". Encontro Internacional *Envelhecimento, família e políticas sociais*. Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GYLL, J. (1980). "Etiologia do Envelhecimento" in rev. *Ruiti*, vol. II, n.º 8, pp 66-75.

HADDAD, E. (1989). *Velhice e Políticas Públicas no Brasil*. Lisboa: ISSSL, texto policopiado.

HENRARD, J.-C. (1997). "Les processus de vieillissement et l'âge de la vieillesse" in *Actualité et dossier en santé publique* n.º 21. [Em linha]. <http://hcsp.ensp.fr/adsp/AdSP-21/D2tx041.htm> [Consultado em 21/03/2004].

HEPWORTH, M. (2000). *Stories of Ageing*. Buckingham: Open University Press.

HERZLICH, C. (1996). *Santé et Maladie analyse d'une représentation sociale*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

HUMMEL, C. (2001). "Représentations de la Vieillesse: chez les jeunes adultes et des octogénaires" in *Gerontologie et Société*, n.º 98. Paris: FNG, pp 239-252.

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (2004). Relatório Anual *Situação do Mercado de Emprego* [Em linha]. <http://www.iefp.pt> [Consultado em 06/01/2006].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2002). *O Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*. Lisboa: INE.

INFORMÁTICA, P. (2000). *Legix 2000 Bases de dados jurídicas*. [CD-ROM]. Priberam Informática. Sistema PC compatível Intel.

ISUANI, E. (1991). "Bismarck o Keynes: Quien es el culpable?" in *El Estado Benefactor: un paradigma en crisis*. Buenos Aires: Ed. Miño y Dávila.

JODELET, D. (1997). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

JOLIVET, A. (2002). "Les Comportements des Entreprises à L'Égard des Salariés Vieillissants" in *Gerontologie et Société*, n.º 102. Paris: FNG, pp 87-107.

KARSZ, S. (1988). "Déconstruire la Vieillesse" in *Les Cahiers de la Recherche sur le Travail Social*, n.º 15. CAEN, pp 33-45.

KAUFMANN, J.-C. (1996). *L'entretien comprehensive*. Paris: Ed. Nathan (col.128).

KAUFMANN, J.-C. (2004). *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*. Paris: Armand Colin.

LALANDA, P. (1988). "Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica" in *Análise Social, vol.XXXIII (148), 4.º*. Lisboa: ICS, pp 871-883.

LAROQUE, P. (s/d). *As Classes Sociais*. Lisboa : Editorial Estampa, Lda.

- LEHR, U. (1988). *Psicología de la Senectude. Processo y aprendizaje del envejecimiento*. Barcelona: Editorial Herder.
- LEHR, U. e KRUGE, A. (1990). "The Multigeneration Family – Theoretical and Empirical Contributions" in Bergener, Manfred & Finkel, Sanford I. (ed.) *Clinical and Scientific Psychogeriatrics: the Holistic Approaches*. Vol. 1, New York: Springer Publishing Company, Inc., pp 15-34.
- LELLOUCH, A. (1992), *Jean Martin Charcot et les origines de la gériatric*, Paris: Payot.
- LENOIR, R. (1998). "Objecto Sociológico e Problema Social" in CHAMPAGNE, P. *et all Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, pp. 59-106.
- LIMA e VIEGAS (1988). "A diversidade cultural do Envelhecimento: A construção social da categoria Velhice", in rev. *Psicologia*, vol. VI, n.º 2, pp 49-158.
- LUZE, Hubert (1997). *L'ethnométhodologie*, Paris, Ed. Economica.
- MAIA, F. (1988), *O Financiamento da Segurança Social em Portugal, pistas para uma nova lógica*. Braga: Conferência no Centro Regional de Segurança Social.
- MARCHAND, H. (2001). *Temas de desenvolvimento psicológico do adulto e do idoso*. Coimbra: Quarteto Editora.
- MAROY, Christian (1997). "A análise qualitativa de entrevistas" in *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 117-155.
- MATEUS, A. (2003). [Em linha].
<http://docentes.fe.unl.pt/amateus/entrevistas/Entrev8.htm> [Consultado em 28/12/2005].

- MEIER-RUGE, W. (1990). "Aging and Well-Being in Business Life". In BERGENER, M. e FINKEL, S. I. (Eds.) *Clinical and Scientific Psychogeriatrics: the Holistic Approaches*. Vol. 1, New York: Springer Publishing Company, pp 51-65.
- MENEZES, I. (2002). "Sexualidade" in ASSIS, M. (Org.) *Promoção da saúde e envelhecimento: orientações para o desenvolvimento de acções educativas com idosos*. Rio de Janeiro: Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento, UnATI, UERJ, pp 77-85.
- MILES, M. B. e HUBERMAN, M. (1984). *Qualitative Data Analysis A Source Book of New Methods*, Beverly Hills, Sage.
- MISHRA, R. (1995). *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- MIZRAHI, A. e MIZRAHI, A. (1997). "Facteurs sociaux de vieillissement précoce" in *Actualité et dossier en santé publique* n.º 21. [Em linha]. <http://hcsp.ensp.fr/adsp/AdSP-21/D21tx061.htm> [Consultado em 21/03/2004].
- MÓNICA, F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Ed. Presença.
- MONTAGUT, T. (2000). *Política Social: una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- MORAGAS, R. M. (2003). *Relações Intergerações nas Sociedades Contemporâneas*. Congresso Internacional Co-Educação de Gerações. São Paulo: SESC.
- MOSCOVICI, S. e DOISE, W. (1991). *Dissensões e Consenso. Uma teoria geral das decisões colectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MSSS - Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1996). *Segurança Social: Evolução Recente 1992 a 1995*. Lisboa: MSSS.

MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social (2002). *Relatório Nacional de Estratégia sobre o Futuro dos Sistemas de Pensões*. Lisboa: MSST.

NAÇÕES UNIDAS (2002). *Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento*. [Em linha]. <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/397/54/PDF> [Consultado em 30/09/2005].

NAVARRO-MONTES, J. (1994). *Models i Teories del Procés d'Envelhiment Humà*. Barcelona: PPU.

NUNES, B. (1997). *O Saber Médico do Povo*. Lisboa: Edições Fim de Século.

NUNES, A. S. e MIRANDA, J. D. (1969), “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações” in rev. *Análise Social* n.º 27-28, vol. II, Lisboa: GIS, pp 333-381.

O Público [Em linha]. www.publico.pt [Consultado em 10/01/2006].

OFFE, C. (1984). *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro.

PAÚL, C. (2001). *Psicossociologia da Saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.

PAÚL, C. (1997). *Lá para o fim da vida – Idosos, Família e Meio Ambiente*. Coimbra: Almedina

PAÚL, C. (1991). *Percursos pela Velhice: Uma Perspectiva Ecológica em Psicogerontologia*. Tese de Doutoramento. Porto: ICBAS, Universidade do Porto.

PELLISSIER, J. (2003). *La nuit, tous les vieux sont gris*. Paris: Daniel Radford.

- PINTADO, X. (1967). "Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus" in rev. *Análise Social* n.º 17, vol. V, Lisboa: GIS, pp 57-89.
- PROST, A. (1991). "Fronteiras e Espaços do Privado" in ARIÈS, P. e PUIJALON, B. e TRINCAZ, J. (2000). *Le Droit de Vieillir*. Paris: Fayard.
- QUARESMA, M. L. (1988). "Política de Velhice. Análise e Perspectivas" in rev. *Psicologia*, vol. n.º 2, pp 227-237.
- RAMOS, F. M. (1993). "Contributos etnográficos para uma Antropologia da Terceira Idade" in rev. *Economia e Sociologia*, n.º 56. Évora: GIAS, pp 77-88.
- REIS Jr. J. (1980). "Aspectos gerais e históricos da Geriatria" in rev. *Ruiti*, vol. II, n.º 6, pp 29-43.
- RODRIGUES, F. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Departamento Editorial – ISSScoop e CPIHTS.
- ROGADO, L. Q. (1986). "O fenómeno biológico do envelhecimento" in rev. *Ruiti*, vol. VIII, n.º 30, pp 10-31.
- ROSA, M. J. (1992). *O Envelhecimento Demográfico da População do Continente Português e a Protecção Social dos Idosos*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- RUANO-BORBALAN, J.-C. (1998). "Introduction. La construction de l'identité" in RUANO-BORBALAN, J.-C. (Coord.). *L'identité L'individu Le group La société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, pp 1-13.
- RUANO-BORBALAN, J.-C. (Coord.) (1998). *L'identité: L'individu Le groupe La société*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, pp 135-142.
- RUQUOY, D. (1997). "Situação de entrevista e estratégia do entrevistador" in *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

SÁIZ RUIZ, J. (2001). *Manual de Psicogeriatría clínica*. Barcelona: Masson, S.A.

SALDANHA, E. A. B. P. e MARQUES, L. F. C. (2001). *Sistemas de Financiamento da Segurança Social*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.

SANT'ANNA, R. M.; CÂMARA, P.; BRAGA, M. G. C. (2003). "Mobilidade na Terceira Idade: como planejar o futuro?" in *Textos Envelhecimento*, V. 6, N.º 2, Rio de Janeiro.

SANTOS, B. S. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B. S. S. (1992a) "O Estado e a Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso português" in *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, 2.ª edição. Porto: Edições Afrontamento, pp 105-150.

SANTOS, B. S. S. (1992b) "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais: o caso das políticas de saúde" in *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, 2.ª edição. Porto: Edições Afrontamento, pp 193-257.

SANTOS, B. S. S. (1993) "O Estado, as Relações Salariais e o Bem Estar Social na Semiperiferia: O caso português" in *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento, pp 15-56.

SANTOS, B. S. S. (1999a) "O Social e o Político na Transição Pós-Moderna" in *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 7.ª edição. Porto: Edições Afrontamento, pp 69-101.

SANTOS, B. S. S. (1999b). "Subjectividade, Cidadania e Emancipação" in *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 7.ª edição. Porto: Edições Afrontamento, pp 203-241.

SCHNAPPER, D. (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar.

- SCHNAPPER, D. (2000). *A compreensão sociológica*. Lisboa: Gradiva.
- SECA, J-M. (2001). *Les représentations sociales*. Paris: Armand Colin.
- SENNETT, R. (1999). Texto traduzido pela Associação Portuguesa de Sociologia da *Revista New Statesman*, n.º 557, vol. 12.
- SILVA, L. F. (coord.) (2004). *Vivências de saúde e bem-estar*. Projecto financiado por FCT/Feder no âmbito do CEMRI/UA.
- SILVEIRA, R.; GUERRA, F.; VAZ, I.; MATIAS, I. (2002). “Rede de Serviços e Equipamentos Sociais” in *Portugal 1995 – 2000 Perspectivas da Evolução Social*. Lisboa: DEPP/MTS e Celta Editora, pp 253-277.
- STRAUSS, A. e CORBIN, J. (1998). *Basics of Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- TROADEC, T. (1998). “Les salariés ont-ils un âge?” in *Gérontologie et Société n.º 85*, Paris: Fondation Nationale de Gérontologie, pp 17-38.
- VALA, J. (1996). “Representações Sociais – para uma psicologia social do pensamento social” in *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VELOZ, M. C. T.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. (1999). “Representações Sociais do Envelhecimento” in *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol. 12 n.º 2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VIVER - DeVeloping CreatIve IntErgenerational Relations (2002). Projecto 01/EQUAL/A2/IO -169 www.byweb.pt/viver.
- VRANCKEN, D. (2002). “Identité et transactions reflexives” in *Recherches sociologiques*, vol XXXIII, n.º 2.

WESTERHOF, G.; BARRETT, A.; STERVERINK, N. (2003). "Forever Young?" in *Research on Aging*, vol. 25, n.º 4. London: Sage Publications, pp 366-383.

WALL, K.; JOSÉ, J. S.; CORREIA, S. V. (2001). *Child Care and Elder Care in Multi-Career Families – Portugal (Final Report)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ZINBERG, N. E. e KAUFMAN, I. (1987). *Psicología Normal de la Vejez*. Barcelona: Paidós.